

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

Índice

O Mercosul precisa mudar e já - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2007	7
O abacaxi do Mercosul – Eliana Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 01/07/2007	9
Rodada Doha fica fora da agenda da cúpula entre Brasil e União Européia – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/07/2007	9
Chávez volta a dizer que pode retirar seu país do Mercosul – Folha de São Paulo – Mundo – 02/07/2007	11
Chávez: Venezuela poderá retirar pedido para entrar no Mercosul – O Globo – Economia – 02/07/2007	12
Brasil mantém posição sobre redução de tarifas nas importações industriais - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 02/07/2007	13
Acordo Mercosul-UE ganha novo fôlego – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 02/07/2007	14
Doha e as contradições do governo brasileiro - Adhemar S. Mineiro – Agência Carta Maior – 03/07/2007	15
ONU cobra de Brasil, Índia e China corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 03/07/2007	17
Brasil não consegue apoio do G-20 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007	18
Colonização econômica não acabou, diz Lamy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007	19
Lula viaja à Europa e tema dos biocombustíveis domina agenda - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007	20
Brasil vai tentar retomar Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007	21
Amorim não crê em saída da Venezuela - Denise Chripim Marin – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007	22
De fora – O Globo – Opinião – 03/07/2007	23
Mais uma vez, a cúpula do Mercosul ressalta desavenças – Valor Econômico – Opinião - 03/07/2007	24
Parceria Brasil-UE ajuda integração do Mercosul, diz comissária européia - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 03/07/2007	25
Chávez insiste em mudar Mercosul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007	27
'A Venezuela não tem por que se desculpar' - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007	28
'Ninguém vai estabelecer prazo para país nenhum', diz Dilma - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007	29
'Brasil deve pagar por liderança' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007	30
Lula volta a atacar países ricos pela falta de acordo - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007	32
País pode elevar taxa sem acordo no Mercosul – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/07/2007	32

Chávez dá prazo e ameaça sair do Mercosul - Isabela Martin e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 04/07/2007.....	33
Doha entra na pauta da cúpula Brasil-UE - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/07/2007	34
Hugo Chávez ameaça sair do Mercosul – Valor Econômico –Brasil - 04/07/2007	35
Um mau negócio para o Mercosul - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007	35
Brasil e UE vão insistir na volta da Rodada Doha - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – 05/07/2007	37
'Nossa proposta foi lida de cabeça para baixo', afirma Mandelson – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007	38
'Se não quiser ficar, não fica', diz Lula sobre Chávez no Mercosul - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007	39
Ao confrontar bloco, Chávez põe em risco "colchão político" – Flávia Marreiro e Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007.....	42
Lula entrega o acordo de Doha a Deus – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007	43
'Se não quiser ficar, não fica', diz Lula sobre o ultimato de Chávez - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007.....	45
Diplomata defende bloco sul-americano - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007	46
Lula apela a Deus para acordo – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007	47
Lula esbanja otimismo, mas Amorim o contradiz sobre avanço na Rodada Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007	48
Especialistas querem relações diversificadas com América do Sul - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007.....	49
Os impasses do G-8 e o Brasil - Alexandre de F. Barbosa – Valor Econômico – Opinião - 06/07/2007	50
Brasil faz reunião para tentar manter unidos os países pobres e emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007	52
Doha deve ser solidária com pobres, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2007	53
Lula defende uma 'ação humanitária' na OMC – Deborah Berlinck - O Globo – Economia – 07/07/2007.....	54
Depois das bravatas, diplomacia de Chávez encara seus limites - Ruth Costas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007	55
Mercosul: a hora de nos livrarmos de Chávez - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007.....	57
China cria plano e busca terras para produzir etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007.....	59
Merkel quer salvar Doha e telefona para Lula - Lisandra Paraguassú e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007	60
'Somos vítimas na agricultura' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007	61
Brown entra na campanha pró-Doha e liga para Lula - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/07/2007.....	62

Comércio reduz desigualdade, diz Paulson – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – 11/07/2007	62
Para EUA, disputa sobre os subsídios agrícolas é "normal" - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 13/07/2007	63
EUA querem Mercosul sem Chávez - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/07/2007	64
Incompatibilidade de gênios emperra acordo - Chico Mendez – Valor Econômico – Cultura -13/07/2007.....	66
Polarização ideológica e desintegração latina - Octavio Amorim Neto – Valor Econômico – Cultura - 13/07/2007	67
Retomar Doha? – Paulo Nogueira Bastista Junior – O Globo – Opinião – 14/07/2007	69
OMC fará nova tentativa por Doha – O Globo – Economia – 14/07/2007.....	70
'Diplomacia do etanol' aproxima Brasil e EUA - Denise Chrispim Marin, , Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/07/2007	71

Segunda Quinzena

OMC tenta acordo para salvar Doha – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 16/07/2007	72
O próximo conflito do Brasil com Chávez – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 16/07/2007	73
Sobretaxa americana ao etanol veio para ficar, diz representante do país - Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2007	75
Resposta à altura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/07/2007	76
UE pressiona Mercosul a mudar proposta de abertura industrial - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2007	77
Chávez culpa EUA por mal-estar com Brasil – Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Mundo – 17/07/2007	79
Vida ou morte da Rodada Doha - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/07/2007	80
OMC tenta salvar Doha e pede corte pesado de tarifas a emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007	82
Concessões dependem dos EUA e da UE, diz Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007	83
Entidades empresariais reagem com misto de otimismo e apreensão - Denise Chrispim Marin e Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007.....	84
Proposta afeta política industrial - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007	85
Pacote agrícola se aproxima da posição brasileira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007	86
OMC apresenta números para "pegar ou largar" na Rodada Doha – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007.....	89
OMC apresenta nova proposta para salvar Doha – O Globo – Economia – 18/07/2007	91
OMC sugere que Brasil baixe tarifas para 13% - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 18/07/2007	92

Sugestões para Doha dividem setor privado brasileiro - Raquel Landim – Valor Econômico – Internacional - 18/07/2007	94
Doha e os dilemas do Brasil – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/07/2007	96
ONU já prepara ataques ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007	97
Amorim ataca, mas insiste no acordo - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007	98
Proposta da OMC divide emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007	99
Doha - Um não sonoro para eles - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007	100
Mercosul aprova elevação de tarifa de calçados da China – Fernando Nakagawa - inheiro – 19/07/2007	102
Negociação de Doha reabriu, diz Amorim – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/07/2007	103
Amorim vê 'desequilíbrio' na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2007	104
Acordos bilaterais são alternativa ao fracasso de Doha - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2007	105
Zoellick critica posição do Brasil sobre acordo na OMC - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2007	106
Doha se enfraquece com deserções - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007	107
Um favor – O Globo – Opinião – 27/07/2007	109
Exemplo europeu – Dr. Rosinha – O Globo – Opinião – 23/07/2007	109
Banco do Sul: Brasil limita Chávez – O Globo – Economia – 23/07/2007	110
Texto agrícola e Congresso dos EUA também tornam acordo mais difícil – Assis Moreira – Valor Econômico – Especial - 23/07/2007	111
UE vai explorar divisão entre emergentes na Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – 24/07/2007	112
A parceria com a União Européia – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 24/07/2007	113
G20 vê "bom começo" em proposta para retomar Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2007	114
Emergentes barram texto base para Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2007	115
EUA atacam atuação do País – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2007	116
Brasil terá até 2017 para cortar tarifas, dizem EUA – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007	117
OMC deve discutir nova proposta industrial a partir de setembro - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007	118
De olho na questão agrícola, China dá apoio ao Brasil - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007	120
Disputa interna no Mercosul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007	122

País fala pelo G-110 em favor da agricultura – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/07/2007	122
China está disposta a barganhar com emergentes na OMC – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/07/2007	123
China: uma mão amiga para América Latina? - Javier Santiso – Valor Econômico – Opinião - 27/07/2007.....	124
'É uma pá de cal nas negociações de Doha', diz CNA - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2007.....	126
Câmara dos EUA aprova lei de subsídio agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2007	126
Liderança do Brasil na OMC ganha admiradores e críticos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007.....	127
Lamy pressiona governo sobre as negociações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007	129
País se tornou peça-chave na Rodada Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007.....	130
Sem integração, continente vive crise de energia - Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 30/07/2007.....	131
Setor privado cobra política externa ativa - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil- 30/07/2007.....	132

O Mercosul precisa mudar e já - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2007

O Brasil não pode contar com os EUA, com a União Européia (UE) e muito menos com o Mercosul para buscar novos sócios no exterior. E está na hora de o presidente mudar completamente os rumos da política comercial, que, na verdade, nem sequer temos. Vamos endurecer com os europeus, com os americanos e também com os nossos relutantes parceiros do Mercosul.

Lula foi extremamente feliz ao responder com firmeza à falsa iniciativa dos EUA e da UE de reiniciar as negociações de Doha. Bush não tem nada mais para negociar, mesmo porque perdeu o direito de negociar acordos sem que o Congresso possa introduzir alterações ou rejeitá-los. E a comunidade européia não vai alterar jamais a sua política agrícola, defendida pela França intransigente. Só agora o Itamaraty descobriu que não podemos esperar nada deles. Fazemos voto para que não leve anos para descobrir que também não podemos esperar nada dos sócios do Mercosul. É isso o que vimos na reunião do grupo, em Assunção.

SOMOS NÓS OS “IMPERIALISTAS”

Existe aqui uma situação curiosa. Nas negociações de Doha, os considerados “imperialistas” eram os EUA e a União Européia. Nestas, com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, nós é que somos os acusados.

O Mercosul já deu o que tinha de dar. Até agora, todos ganharam com o acordo, uns mais (Brasil e Argentina), outros menos (Paraguai e Uruguai). Eles querem mais. Podemos oferecer mais, mas só se houver uma reforma profunda no tratado do Mercosul, de tal forma que amplie mais a área de comércio e nos liberte para realizar acordos bilaterais. Não teremos também de prestar contas sobre medidas protecionistas que formos obrigados a dar para alguns setores.

Os sócios do Mercosul são contra, mas não podemos deixar de fazer o que todos fazem nas mesmas circunstâncias - proteger a indústria ameaçada, que não é de forma alguma incompetente, mas que não pode competir com salários de miséria associados a condições de trabalho iníquas de outros países. Não há como enfrentar países como a China e a Índia.

ESTÁ MORRENDO DE VELHO

Afinal, o Tratado de Assunção foi lançado há 16 anos! Tudo mudou desde então. Se outros parceiros não se desenvolveram tanto quanto o Brasil, não é culpa nossa. Nós também mourejamos por muitos anos num crescimento ridículo, e somente agora estamos entrando no caminho certo. O que nos beneficiou decisivamente foram as excelentes condições externas nestes últimos cinco anos, mas essas mesmas condições externas também poderiam ter beneficiado o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Se não aproveitaram, é problema deles.

O Mercosul não pode continuar imóvel quando tudo muda. Há que renovar, ou reinventar, como gosta de dizer o ministro Miguel Jorge, agora, parece, mais sensível aos desafios da indústria que recua cada vez mais em relação ao PIB e ao comércio exterior.

Sei que a realização de acordos bilaterais isolados vai criar problemas entre os parceiros sulinos, mas problemas existem para serem resolvidos.

QUE SE MUDE TUDO - O colega Celso Ming propôs sensatamente outro dia em sua coluna no Estado que o acordo do Mercosul deixe de ser uma união aduaneira para ser apenas uma área de livre comércio. Na verdade, deveríamos ter começado por aí, para depois passarmos para união aduaneira e, se tudo desse certo, entrar na terceira fase, de união monetária e, em seguida, política.

CHEGA DE VENEZUELA - Tudo se complica agora com essa insensata adesão da Venezuela ao Mercosul. Não há nada em comum entre a nossa democracia consolidada e o regime totalitário de Chávez. Ele se vangloria e se aproveita dos bilhões dos seus petrodólares para intervir em outros países do sul, pregar uma revolução dinossáurica, que nós, do Mercosul, rejeitamos.

POLÍTICA COMERCIAL, LULA! - Presidente, o senhor está acertando. Reconheça que errou ao dar tanto apoio a Chávez, do qual parece estar se afastando ainda em tempo, e se empenhe em impedir o ingresso da Venezuela no bloco. Não há vergonha alguma em voltar atrás quando se reconhece o erro.

O Mercosul não precisa ser empurrado para a UTI. Já está a caminho dela. Acabe logo com isso e mantenha com a Venezuela e os parceiros do sul o mesmo tom que usou ao falar com Tony Blair. “Não tem negócio.” Isso vale também para Chávez, que condena o etanol brasileiro por opor-se ao seu petróleo. Ele defende o seu interesse. É a hora de nós defendermos o nosso.

E, presidente, dê ordem aos ministros para que iniciem uma política comercial extremamente agressiva. Temos como exportar bem mais de US\$ 200 bilhões, e ainda assim seremos um dos últimos parceiros comerciais do mundo, que comercializa US\$ 13 trilhões e crescerá neste ano 7,5%.

Presidente, exportar gera emprego e renda, que é a base de qualquer política social, tema que tanto o sensibiliza. Ela não pode sustentar-se por muito tempo apenas em doações do Estado. O trabalhador brasileiro quer emprego, quer renda, o primeiro passo para combater as injustiças sociais.

E mail - at@attglobal.net

O abacaxi do Mercosul – Eliana Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 01/07/2007

BRASÍLIA - Hugo Chávez chegou ao poder sobre os escombros das instituições da Venezuela, soterradas pela concentração da economia no petróleo estatal e por suas conseqüências: corrupção, desigualdade, falta de investimentos, uma casta que jorrava óleo e dinheiro em Miami.

Chegou, portanto, como salvador da pátria, apoiado desde os militares até a esquerda ortodoxa, unidos por princípios nacionalistas e moralizantes. E tratou de compor um discurso e sua própria imagem com um populismo vermelho, ultrapassado e contundente.

Para o Brasil de FHC, Chávez foi um achado: as indústrias brasileiras nunca venderam tanto para a rica Venezuela, os vôos jamais foram tão lotados. Para o Brasil de Lula, foi mais do que isso: além do pragmatismo comercial, havia a identidade e a torcida ideológica.

Mas Chávez foi saindo do controle. O fechamento da economia preocupa, o autoritarismo político assusta, as agressões aos EUA ultrapassam limites diplomáticos, os métodos são questionáveis até para o (ex?) aliado PT e atingem a imprensa. Pior: Chávez passou a competir com o Brasil.

Sua ausência na reunião do Mercosul, na sexta, pesou mais do que todas as presenças. Mostra o que ele pode trazer para o bloco, como insegurança jurídica e regulatória e divisão dos parceiros, comprando Argentina, Paraguai, Equador e Bolívia com petrodólares. E não pára de trazer aviões, fuzis, tanques e, agora, submarinos russos para o continente. Para quê?

Quem se der ao trabalho de revisitar as manifestações do Planalto e do Itamaraty em relação a Chávez desde 2003 vai constatar uma nítida mudança de tom. Lula saiu da posição de "irmão", passou para a de desconfiança, chegou à de evidente falta de paciência e está na fase de contraste aberto, com trocas de recados pela imprensa. Em suma: cansou. Mas cansou tarde. elianec@uol.com.br

Rodada Doha fica fora da agenda da cúpula entre Brasil e União Européia – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/07/2007

Portugal assume hoje a presidência de turno da União Européia e já vai avisando: a Rodada Doha não está na agenda da primeira cúpula ("cimeira", como dizem os portugueses) União Européia/Brasil, a realizar-se quarta-feira, em Lisboa.

É uma espécie de habeas corpus verbal preventivo porque a festa da "cimeira" pode ser aguada pelo fato de se dar apenas 15 dias depois do estrepitoso fracasso do G4, em

Potsdam, na Alemanha. Dois dos quatro membros do grupo (Brasil e UE) são justamente os atores da reunião de Lisboa.

Mais que fracasso, houve intensa troca de tiros entre dois ministros que, por acaso, também estarão em Lisboa, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, e o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson.

Por fim, há o fato de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou no tiroteio, ao dizer que, sem liberalização do comércio agrícola de parte de UE e Estados Unidos, não há mais conversa com eles.

Se Lula decidir repetir a frase em Lisboa, será um inexorável convite para que Mandelson também repita o que disse após o fiasco de Potsdam, ou seja, que o Brasil (e a Índia, o quarto membro do G4) é o culpado de tudo, por recusar-se a reduzir suas tarifas de bens industriais.

Estará armado o cenário para manchar o que a diplomacia portuguesa chama de "nova página" na relação Brasil/União Européia. A "nova página" tomará a forma de "parceria estratégica" entre os dois.

Por isso, Doha está fora, ao menos no desejo dos anfitriões. No máximo, antecipa-se na presidência portuguesa da UE, pode haver "troca de informações". De todo modo, o novo patamar de relacionamento tende a facilitar um projeto que a chancelaria brasileira começou a acariciar com mais cuidado a partir de que sua prioridade um, a Rodada Doha, entrou em coma: um acordo Mercosul/União Européia com mais acesso à Europa aos produtos brasileiros (a UE já é o principal mercado para o Brasil).

A **Folha** ouviu da diplomacia portuguesa que está "muito inclinada a que as conversações UE/Mercosul possam avançar", não na cúpula, naturalmente, mas ao longo do semestre em que Portugal será o presidente de turno do bloco.

O problema é que a Índia, parceira do Brasil no G20 (grupo de países em desenvolvimento que quer abrir o mercado agrícola dos ricos), saiu na frente e acaba de iniciar as discussões com a UE para um acordo de livre comércio.

Comunicado conjunto distribuído na sexta diz, com todas as letras: "União Européia e Índia esperam promover o comércio bilateral por meio da remoção de barreiras em bens, serviços e investimentos em todos os setores da economia".

É literalmente o que cobram os empresários brasileiros do Itamaraty, a remoção de barreiras nos mercados ricos.

Detalhe: a Índia já tem o status de "parceira estratégica" da UE, assim como Rússia e China, que formam com o Brasil os Brics, países de grande dimensão que se tornarão potências até 2020, no exercício especulativo da Goldman Sachs.

Parceiro estratégico

O Brasil só agora "entra para o clube exclusivo dos parceiros estratégicos", na descrição feita pelo presidente da Comissão Europeia, o português Durão Barroso, sobre o acordo a ser lançado na quarta.

Não é pouco. "O Brasil entra no mapa europeu ao menos uma vez por ano para falar do que quiser, por meio de um diálogo institucional de alto nível", diz a embaixadora do Brasil na União Europeia, Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

É uma alusão ao fato de que a parceria estratégica prevê reuniões anuais de cúpula, melhor, por exemplo, do que participar do G8 ampliado (o clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), que depende de um convite. Mesmo quando ele vem, o país fica limitado a falar depois que os oito grandes já decidiram tudo.

Como em tese a cúpula de 2008 será no Brasil, o novo status levará ao país o presidente francês, Nicolas Sarkozy, estrela em ascensão no cenário europeu, já que a França será a presidente de turno da UE no segundo semestre de 2008.

Benefício colateral da "parceria estratégica": abrirá para o presidente Lula a chance de dar vazão ao interesse pela África, na medida em que a presidência portuguesa já agendou uma "cimeira" com os países africanos para dezembro. A **Folha** ouviu da diplomacia portuguesa que "é certamente possível" alguma colaboração com o Brasil junto aos países africanos.

Mas há também encargos colaterais: Durão Barroso não esconde que gostaria que o Brasil funcionasse como "força moderadora" na América do Sul. Traduzindo claramente: moderasse os impulsos do presidente venezuelano, Hugo Chávez, o que Lula tem sistematicamente se recusado a fazer.

Chávez volta a dizer que pode retirar seu país do Mercosul – Folha de São Paulo – Mundo – 02/07/2007

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, reafirmou que está disposto a retirar o pedido de ingresso do seu país do Mercosul. "Se não podemos entrar no Mercosul porque a direita brasileira e a uruguaia têm mais força, então nos retiramos", disse ele em Teerã, etapa final de uma viagem que o afastou da última cúpula do bloco, na semana passada, em Assunção.

Chávez se reuniu ontem com o presidente Mahmoud Ahmadinejad, isolado pela maioria dos países por causa de sua retórica anti-semita, e com o líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei. O venezuelano saudou o encontro como parte da "resistência antiimperialista". O principal acordo da visita prevê uma parceria entre as estatais Petropars y PDVSA para a construção de uma fábrica petroquímica na Venezuela.

Presidente venezuelano culpa direita brasileira e diz que o bloco é velho

CARACAS. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse estar disposto a retirar seu pedido para a adesão do país ao Mercosul.

Ao desembarcar sábado à noite em Teerã, para uma visita oficial de três dias ao Irã, Chávez afirmou que a Venezuela não fará parte do Mercosul “para se submeter às direitas da América Latina”. E alegou que seu governo “não está desesperado por ingressar num velho Mercosul, que não quer mudar”. O presidente venezuelano citou diretamente a oposição no Brasil.

— Se não podemos entrar no Mercosul porque a direita brasileira tem mais força, então nos retiramos. Eu sou inclusive capaz de retirar o pedido (para adesão como membro pleno do bloco) — disse Chávez a jornalistas que acompanhavam sua visita ao Irã.

Amorim sugeriu aproximação com Congresso brasileiro

Chávez voltou a criticar o que ele chama de “modelo neoliberal e de concorrência feroz” do Mercosul. Por causa da viagem ao Irã e de uma visita à Rússia, Chávez não participou da cúpula semestral do Mercosul, realizada semana passada no Paraguai.

As críticas de Chávez ocorrem pouco depois de o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, ter sugerido, em entrevista ao GLOBO, que o presidente venezuelano deveria se retratar, ou, nas palavras do chanceler, ter “um gesto positivo em relação ao Congresso brasileiro”.

No início de junho, Chávez chamou o Senado brasileiro de “papagaio dos Estados Unidos”, após senadores terem criticado a não renovação da licença da emissora de televisão RCTV, que fazia oposição ao presidente venezuelano. Parlamentares do Uruguai também já anunciaram sua intenção de impedir o ingresso da Venezuela no Mercosul, por causa da polêmica sobre a RCTV.

A Venezuela apresentou o protocolo de adesão ao Mercosul em julho de 2006, mas seu ingresso depende de aprovação do Congresso dos quatro membros plenos do bloco: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em Caracas, o ministro das Finanças da Venezuela, Rodrigo Cabezas, informou que haverá uma reunião para discutir a criação do Banco do Sul na capital venezuelana nos dias 19 e 20 de julho.

Banco do Sul terá encontro no Rio de Janeiro, em agosto

Os sete países envolvidos na proposta (Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Argentina) teriam um novo encontro em agosto, no Rio de Janeiro. O Banco do Sul quer ser uma alternativa para a região depender menos de organismos como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, idéia defendida por Chávez.

Brasil mantém posição sobre redução de tarifas nas importações industriais - Assis
Moreira – Valor Econômico – Brasil - 02/07/2007

O Brasil "não mudará em nada" sua posição sobre o corte de tarifas na importação de produtos industriais por causa de uma idéia que prevê reduções maiores apresentada por um grupo coordenado pelo Chile, disse o subsecretário de assuntos econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo.

A posição brasileira é sublinhada no momento em que as articulações voltam a aumentar em torno da Rodada Doha, com os mediadores agrícola e industrial fazendo consultas para preparar textos esboçando possíveis acordos, que deverão circular a partir de meados do mês.

Nesse cenário, os países procuram influenciar a preparação dos dois documentos. A União Européia submeteu à Organização Mundial de Comércio (OMC) um conjunto de propostas na sexta-feira, refletindo o que estava em negociação no finado G-4 com Brasil, Estados Unidos e Índia.

O Chile se juntou a México, Peru, Colômbia, Costa Rica, Hong Kong, Cingapura e Tailândia para propor redução de 58% a 64% nas tarifas industriais, aparentemente como mostra de flexibilidade para salvar Doha - e, na prática, rachando os emergentes. Embora o governo chileno diga que apóia o Brasil, o fato é que sua proposta está na mesa na OMC, sendo utilizada por países industrializados para atacar a suposta "intransigência brasileira" em Potsdam.

A proposta do Brasil é de corte de 50%, apoiada por Argentina, África do Sul e um bom número de nações em desenvolvimento. Para Brasília, a sugestão do Chile e seu grupo é ilegítima, porque eles já têm tarifas baixas e não serão submetidos a qualquer corte adicional com o que defendem. O Chile tem tarifa média de 6%, a Costa Rica de 4% e Hong Kong e Cingapura sequer impõem tarifa de importação. Além disso, 85% do comércio do Mercosul é com os EUA, com tarifa zero, e grande parte das transações é entre empresas. Mesmo um corte de 65% nas alíquotas consolidadas desses países ainda as deixaria em nível mais alto do que as taxas que realmente aplicam, o que não é o caso de Brasil e Argentina.

"A proposta desses países não corresponde à realidade do Brasil e de outros países em desenvolvimento que têm parque industrial desenvolvido, e não mudará em nada a posição oficial do Brasil em relação a NAMA", reiterou Azevedo - que está em Paris em articulações com outros países sobre Doha.

"Ninguém está parado", avisa um negociador. A UE circulou propostas de último minuto na área agrícola sobre cotas, salvaguarda especial, produtos tropicais. Os EUA não indicaram que vão fazer propostas, mas seus principais negociadores estarão em Genebra esta semana.

A proposta européia sobre expansão de cotas tarifárias reflete, segundo um europeu, um "consenso" com os EUA. Trata-se de um mecanismo que define o volume das cotas com base num nível de importação de determinado ano. Mas, para evitar as queixas dos EUA e de outros exportadores agrícolas de que as cotas podem manter as importações em volume excessivamente baixos, a proposta contém um limite de referência de 5% do consumo doméstico.

Se o crescimento das exportações não alcançar pelo menos 5% do consumo doméstico, um mecanismo de compensação será acionado para aumentar a entrada do produto. Mas não está claro o parâmetro da fórmula européia, o que pode mudar

substancialmente o resultado do que Bruxelas aparentemente oferece. De outro lado, a proposta também defende ajustes de "sensibilidade", de forma que qualquer aumento das cotas resultará em menos ganho de acesso ao mercado do que teria sido o caso se os produtos sensíveis fossem sujeitos a corte tarifário pleno.

Acordo Mercosul-UE ganha novo fôlego – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 02/07/2007

O Brasil avisou a União Européia (UE) que está pronto a retomar a negociação do acordo de livre comércio Mercosul-UE, sem esperar por certezas sobre o futuro da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC). "A bola está do lado europeu", declarou o subsecretário de assuntos econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo.

Já o principal negociador europeu, Karl Falkenberg, aguarda uma sinalização a partir do encontro entre o comissário de comércio, Peter Mandelson, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, nesta quarta em Lisboa, a margem da cúpula Brasil-UE.

"Eles vão falar muito sobre as relações bilaterais, parceria estratégica, continuar a discutir sobre Doha e sobre como avançar após as dificuldades que encontraram em Potsdam, e veremos se eles têm a vontade e o tempo de falar também sobre a retomada da negociação Mercosul-UE", afirmou.

Até agora, Bruxelas tem condicionado a retomada da negociação regional ao fim da Rodada Doha, porque não quer fazer concessões agrícolas duas vezes. Mas a Alemanha, maior exportador mundial, impulsiona a UE a procurar rapidamente diferentes acordos bilaterais na medida em que vê as chances de sucesso da Doha diminuírem.

"Nossa prioridade continua sendo Doha, e ainda confiamos num acordo este ano", disse o secretário de Economia da Alemanha, Bernd Pfaffenbach, à agência Bloomberg. "Mas já começamos a tomar pequenas precauções para construir nossa rede [de acordos preferenciais]".

Falkenberg considera ser "muito cedo" para discutir as bases para a retomada da negociação UE-Mercosul, mas lembrou que existe o "histórico da negociação" com diferentes ofertas. Em abril do ano passado, os dois blocos chegaram a colocar na mesa "elementos para um possível acordo". A UE considerou a demanda de cotas pedidas pelo Mercosul como "bem além" do que Bruxelas pode oferecer para entrada de carnes, etanol, banana, milho, arroz, açúcar, queijo e trigo, mas deixou claro que tinha "algumas flexibilidade".

No mesmo documento, Bruxelas insistiu que a cobertura do acordo deve ser de 90% do comércio birregional, levando em conta 353 produtos prioritários para exportadores europeus. (AM)

Doha e as contradições do governo brasileiro - Adhemar S. Mineiro – Agência Carta Maior – 03/07/2007

Sucesso da Rodada Doha na OMC através da equação atual, de tentar ganhar mercados agrícolas em troca de perdas na indústria, apresenta contradições agudas com o objetivo de aceleração do crescimento no Brasil.

Desde o fim do processo eleitoral no país, vimos uma forte movimentação do governo brasileiro em geral, e do Ministério das Relações Exteriores em particular, com o ministro Celso Amorim à frente, na tentativa de retomada das negociações da Rodada de Doha, a etapa em curso de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas movimentações, que se intensificaram a partir do Fórum Econômico Mundial em Davos no começo deste ano, passaram por várias reuniões formais e informais, onde se busca driblar os impasses que perduram desde meados do ano passado, quando essas negociações travaram.

Como é conhecido, para os que acompanham, o impasse central continua a se dar em torno da tentativa de abertura de mercados e redução de subsídios, em produtos agrícolas, dos países de maiores mercados, particularmente os Estados Unidos e a União Européia, em troca da abertura do mercado de produtos industriais (conhecido nas negociações pela sigla em inglês Nama – Non-Agricultural Market Access) e serviços dos países em desenvolvimento.

Essa troca tem uma conseqüência evidente do ponto de vista de estratégia de desenvolvimento: significa consolidar alguns países como exportadores de produtos primários, e outros com os setores industriais e de serviços, mais dinâmicos, com mais capacidade de formar seus próprios preços, ao invés de tomarem os preços de mercado como os setores de primários, capazes de gerar melhores empregos e mais renda, de desenvolver mais tecnologia, de ser mais autônomos e menos dependentes. Conseqüências, como se pode ver, que têm impactos não só econômicos, mas fundamentalmente sociais e políticos. Além disso, têm forte impacto ambiental, pois os setores produtores de primários, sejam produtos agrícolas, agroindustriais ou de mineração, são os de maior impacto – negativo – sobre o meio-ambiente. Assim, é bom que fique bem clara a estratégia adotada, para que se possa identificar com mais clareza os ganhadores e perdedores com sua adoção.

Existem muitos outros pontos importantes que devem ser levados em consideração nesta discussão, mas o objetivo a partir daqui é mais preciso, e bastante atual: apontar que, em um momento em que as discussões internas no Brasil apontam para a questão do crescimento econômico, em especial pelos discursos da campanha eleitoral do ano passado e, mais recentemente, pelo lançamento do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, existe uma contradição forte entre o objetivo do crescimento econômico e a ampliação da opção preferencial pelo mercado externo, em especial a inserção internacional que prioriza a obtenção de mercados para produtos primários.

O primeiro ponto aqui na discussão é a relação tênue entre crescimento das exportações ou crescimento do comércio exterior, e crescimento do PIB.

A tabela (clique para ver) mostra que, por exemplo, em um ano como 2003, em que as exportações cresceram 21% e o saldo comercial cresceu quase 89%, o PIB teve um pífio crescimento de 0,5%, ou que enquanto o saldo comercial crescia apenas 3,1% em 2006 (contra mais de 30% nos dois anos precedentes, e quase 89% em 2003), e as exportações 16%, bem menos que nos anos anteriores, o PIB crescia 2,9%, mais do que no ano anterior – ou seja, enquanto as exportações e o saldo comercial cresciam menos em 2006 do que em 2005, o PIB crescia mais. Isso não quer dizer necessariamente que não exista relação entre o PIB e o saldo comercial, mas apenas que essa relação é muito tênue e, como mostrou o ano de 2006, as explicações para o crescimento do PIB devem ser buscadas muito mais no mercado doméstico.

Por outro lado, e observando aqui o mercado doméstico, a troca proposta para viabilizar o rompimento do impasse na Rodada Doha é dramática desse ponto de vista, pois implica trocar mais dinamismo para um setor exportador em que o que responde fundamentalmente pelo saldo comercial são commodities agrícolas e minerais de baixo ou nenhum processamento, cuja renda se concentra em alguns poucos grandes produtores e empresas comerciais nacionais e transnacionais que dominam o circuito de produção e comercialização desses produtos – com baixa capacidade de repassar a dinâmica de seu crescimento exportador para os demais setores, em troca da perda de renda e emprego em uma série de setores industriais internos onde a renda dos trabalhadores e a capacidade de encadeamento interno das cadeias viabilizariam uma dinâmica maior de crescimento da economia. Estaremos trocando a garantia da renda exportadora para uns poucos pela perda de renda e emprego de muitos, o que poderá ter impactos negativos se o objetivo declarado – a aceleração do crescimento econômico – for para valer

Mais complicado ainda, pois em um momento de forte restrição orçamentária, onde o Ministério da Fazenda anuncia que um dos objetivos do PAC é reduzir o déficit nominal das contas públicas, é prometido aos setores industriais que serão afetados pela barganha que permitiria viabilizar a retomada das negociações (e que hoje já são, antes do eventual rebaixamento das tarifas de importação, já afetados por uma taxa de câmbio fortemente apreciada), caso isso aconteça, recursos para se reestruturar. Evidentemente em um quadro em que os responsáveis pelo orçamento público prometem fazer milagres para a ampliação do investimento público que possa viabilizar o crescimento, e é restringida a possibilidade de melhorias salariais para os trabalhadores do setor público, além de todas as restrições que já sofre a oferta de serviços públicos em setores sociais, a promessa significa ainda menos recursos orçamentários disponíveis para esses setores (a menos que o governo esteja pensando em financiar a reestruturação dos setores perdedores com as negociações taxando mais os setores exportadores que seriam beneficiados, o que não foi anunciado hora nenhuma e seria uma surpresa, pois a trajetória recente é de permanentes e ampliadas concessões a esses setores).

Teríamos ainda, caso fossem retomadas as negociações com a barganha proposta, e essa tivesse sucesso, uma nova forte pressão do eventual dinamismo dos setores da grande agricultura comercial de exportação sobre a produção e a propriedade da agricultura familiar, cuja capacidade de empregar brasileiros na produção rural e se encadear dinamicamente com outros setores é muito maior do que a da grande agricultura comercial, concentrando potencialmente mais ainda a renda e a produção no campo ou exigindo a

ampliação de recursos orçamentários para o apoio à agricultura familiar como forma de mantê-la viável.

Vista desse prisma, a finalização com sucesso da Rodada Doha na OMC através da equação hoje colocada de troca de abertura da possibilidade de expansão das exportações da grande agricultura comercial por perdas no setor industrial apresenta contradições agudas com o objetivo de uma aceleração do crescimento econômico, e de novo, assim como em relação à política de taxas de juros e de câmbio do Banco Central, se deve ter bastante claro que, se crescer de forma mais acelerada é efetivamente um objetivo, este objetivo se mostra contraditório com a opção que viabiliza o fechamento da Rodada de Doha hoje, em que o que vale é o ganho de poucos que ganham com a expansão do comércio internacional do país, em troca dos efeitos perversos sobre a renda e o mercado interno. Adhemar S. Mineiro é economista e assessor da Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

ONU cobra de Brasil, Índia e China corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 03/07/2007

Países estão entre emergentes que mais emitem gás

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, cobrou da China, Brasil e Índia ações para reduzir suas emissões de CO₂. Anteontem, a ONU publicou um relatório sobre as metas de redução de pobreza e de degradação ambiental pelo qual os países emergentes já são responsáveis por emissões de CO₂ equivalentes às dos países ricos.

Para Ban Ki-Moon, está na hora de esses grandes países emergentes também atuarem para reduzir suas emissões. Uma das Metas do Milênio estabelecidas em 2000 é a reversão da degradação do ambiente até 2015, objetivo que não está sendo obtido.

“A China é um dos mais importantes países emissores e deve participar dos esforços coletivos da comunidade internacional”, afirmou. Para Ban, Índia e Brasil também devem assumir essa responsabilidade, já que são “importantes países emissores”. “Os países em desenvolvimento e os desenvolvidos têm responsabilidades comuns. Precisamos coordenar ações concretas.”

Para o economista-chefe do Banco Mundial, François Bourguignon, 75% do crescimento das emissões até 2015 será gerado pelos emergentes. “Estão enganados aqueles que acham que a responsabilidade é só dos ricos.”

Brasil, China e Índia afirmam que não podem, em seus atuais níveis de desenvolvimento, estabelecer tetos de emissões de CO₂, sob o risco de que seus planos de crescimento sejam prejudicados.

Para a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, “o efeito desse empate no clima ainda não foi sentido”, já que a contribuição histórica dos ricos para o efeito estufa é maior. “Devemos então é analisar a atribuição do ônus e buscar soluções, em parceria, para termos um futuro mais limpo.”

Brasil não consegue apoio do G-20 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007

Argentina propõe que países do grupo dêem aval por escrito à decisão brasileira em Potsdam, mas desiste da idéia

Os países do G-20 (grupo que reúne as economias emergentes) não conseguem chegar a um acordo para dar apoio por escrito ao Brasil pela atitude do Itamaraty nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, principalmente, diante de sua decisão de não aceitar as propostas feitas por Estados Unidos e Europa, duas semanas atrás, na conferência de Potsdam, na Alemanha.

Na semana passada, o governo argentino tentou mostrar solidariedade ao Brasil e enviou uma carta aos demais membros do G-20 sugerindo que uma declaração fosse assinada por todos, mostrando uma espécie de reconhecimento pelo trabalho de Brasília nas negociações. O governo brasileiro avaliou a iniciativa argentina como 'positiva'.

Mas alguns dias depois, os argentinos foram obrigados a desistir da idéia. Mandaram uma nova carta a todas as delegações dos países emergentes explicando que a iniciativa estava sendo abandonada diante dos comentários recebidos contra a proposta. Na prática, alguns governos do bloco estimaram que não seria o momento de assinar uma declaração a favor do Brasil ou do processo ocorrido em Potsdam, que apenas incluía americanos, europeus, indianos e brasileiros.

Buenos Aires tomou a iniciativa por ser um dos países que mais pressionaram o Brasil para que um acordo não significasse a abertura das economias em desenvolvimento para os produtos industriais, sem que os mercados agrícolas fossem liberalizados em uma dimensão considerada como adequada.

Para diplomatas de países que fazem parte do bloco, a dificuldade do G-20 em tomar uma decisão de assinar uma declaração a favor do Brasil é uma demonstração das dúvidas que muitos governos têm em relação a qual seria a melhor estratégia.

Em Potsdam, o chanceler Celso Amorim deixou claro que não poderia seguir negociando um acordo que representasse uma 'traição' em relação aos demais países do G-20.

Mas esse não é o primeiro sinal de dificuldade encontrado pelo Brasil entre os países emergentes. Após o colapso de Potsdam, um grupo de oito países em desenvolvimento apresentou uma proposta de cortes de tarifas de importação de bens industriais que vão

além do que o Brasil afirmou estar preparado para aceitar. Alguns dias depois, Amorim ligou para o governo chileno, que organizava a iniciativa, para entender o motivo da proposta.

Em Potsdam, Brasil e Índia se recusaram a aceitar a proposta de Estados Unidos e Europa de exigir cortes de 58% nas tarifas de bens industriais nos países emergentes. Brasília e Nova Délhi argumentaram que o corte não era proporcional ao que os países ricos ofereceram no setor agrícola. O problema é que o colapso de Potsdam coloca em questão a própria conclusão da Rodada da OMC neste ano, o que não agradou a muitos países.

Hoje, o G-20 reúne-se em Genebra para debater uma estratégia para as próximas semanas. Na sexta-feira, a OMC deve apresentar sua versão do que acredita ser a proposta final para a abertura dos mercados agrícolas e de bens industriais.

Colonização econômica não acabou, diz Lamy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, disse ontem que a colonização econômica ainda não está superada, apesar da descolonização política ter ocorrido há 50 anos. Em discurso nas Nações Unidas (ONU), Lamy disse que a OMC está numa 'encruzilhada' e, se Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa não se moverem, o fracasso pode ser 'fatal'. Para Lamy, um acordo poderia ser obtido se os países fizessem concessões que ele considera pequenas.

Para o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, o mundo 'precisa, desesperadamente', de um acordo na OMC, até para ter a capacidade de lutar contra a pobreza. Os principais líderes de organizações internacionais se reuniram ontem, em Genebra, para debater o futuro da economia mundial e não deixaram de destacar a OMC. 'Os obstáculos ao comércio, os subsídios agrícolas e as regras exigentes sobre direitos de propriedade intelectual aumentam as desigualdades no mundo', disse Ki-Moon.

Murilo Portugal, vice-diretor do FMI, também 'lamentou profundamente' a crise na OMC. Para a entidade, rodada é importante para manter afastadas 'pressões protecionistas' que poderiam ter custos elevados. Para Lamy, está claro que a abertura comercial seria importante para a luta contra a pobreza, ainda que não seja suficiente se for aplicada sem reformas. Segundo ele, as regras da OMC ainda 'perpetuam' os desequilíbrios, em prejuízo dos países em desenvolvimento, como no caso dos subsídios agrícolas. 'Se a descolonização política ocorreu há 50 anos, não completamos ainda descolonização econômica', afirmou.

Segundo Lamy, se os países querem um acordo em 2007, precisam ceder nas negociações agrícolas e industriais. Para ele, as concessões necessárias 'não são grandes'. Em termos de subsídios, a diferença entre o que o Brasil quer e o que os EUA estão dispostos a dar representa uma semana de comércio dos EUA com a Europa.

Lula viaja à Europa e tema dos biocombustíveis domina agenda - Lu Aiko Otta –
Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007

Participação em cúpula Brasil-União Européia causa ciúmes em parceiros do Mercosul

Os biocombustíveis serão o tema principal da viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz esta semana à Europa. Amanhã, ele participa da reunião de cúpula Brasil-União Européia, lançamento de uma aliança estratégica que inclui o País num seleto grupo do qual já fazem parte Estados Unidos, Canadá, Rússia, Índia e China.

Na quinta-feira, Lula será o convidado de honra de um seminário sobre biocombustíveis promovido pela União Européia, em Bruxelas. Os dois atos marcam o início da presidência portuguesa no bloco. O Brasil é o último dos 'Brics' (grupo de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China) a formalizar uma aliança com a Europa. Ainda assim, a iniciativa causou ciúmeira na vizinhança. O governo uruguaio enviou correspondência a Lula na semana passada pedindo detalhes sobre a parceria, preocupado com a possibilidade de o País iniciar negociações diretamente com a Europa, sem considerar as posições dos demais sócios no Mercosul.

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a costura do acordo Mercosul-União Européia estarão na pauta de discussões mas, destacou a diretora do Departamento de Europa do Itamaraty, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, essa não será uma reunião negociadora. Da mesma forma, o chefe da delegação da União Européia no Brasil, embaixador João Pacheco, afirmou que as negociações comerciais serão com o Mercosul.

A aliança estratégica a ser lançada amanhã vai tratar de outros temas, que independam do Mercosul. Nessa pauta, que passa por meio ambiente, tecnologia e agricultura, os biocombustíveis sobressaem. A Petrobrás e a empresa portuguesa de energia Galp assinarão memorando de entendimento para a produção de óleos vegetais no Nordeste e, futuramente, na África. No mais, a declaração final deverá ser um conjunto de boas intenções políticas que, se tudo correr bem, serão concretizadas nos próximos meses. As reuniões de cúpula deverão se repetir a cada ano, e a expectativa é que isso acelere os entendimentos nessas áreas.

De reunião de cúpula, que será realizada à tarde, participarão, além de Lula, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, o primeiro-ministro português, José Sócrates, e o primeiro-ministro da Eslovênia, Janez Jansa. Mais tarde, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, oferece um jantar do qual deverão participar também a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, o primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, o primeiro-ministro da Hungria, Ferenc Gyurcsany, e o primeiro-ministro da Finlândia, Jan Peter Balkenende.

Antes da reunião, Lula fará o encerramento da cúpula empresarial Brasil-União Européia. Nesse evento, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fará uma apresentação sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pelo lado brasileiro, deverão participar

os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jackson Schneider, da Copersucar, Hermelindo Ruete de Oliveira e da Unica, Marcos Jank, entre outros. O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, deverá ser representado pelos diretores da Área Internacional, Nestor Cerveró, e de Gás e Energia, Ildo Sauer.

Além de Dilma, Lula virá acompanhado dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Também fazem parte da comitiva o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Brasil vai tentar retomar Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007

Cúpula Mercosul-UE é chance para retomar o diálogo

À margem da reunião de cúpula Brasil-União Européia, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deverá encontrar-se com o comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, numa tentativa de retomar o diálogo sobre a Rodada Doha. Na diplomacia brasileira, Doha continua a ser prioritária mesmo depois do recente fracasso em Potsdam, na Alemanha, quando o G-4 - composto pelos quatro protagonistas da rodada (Brasil, União Européia, Estados Unidos e Índia) - tentou em vão delinear um entendimento.

A saída, avaliam diplomatas, será buscar outro formato de negociação, provavelmente contemplando um grupo maior de interlocutores. O diálogo, que já estava difícil, ganhou no fim de semana mais um complicador: o fim da possibilidade de o governo dos Estados Unidos fechar um acordo sem ter de submetê-lo ao Congresso.

Embora a intenção não seja negociar, o encontro será uma boa oportunidade para restabelecer o diálogo. A reunião de cúpula e o jantar logo após serão ocasiões para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insistir na tese de que só uma interlocução no mais alto nível político, entre chefes de Estado, será capaz de tirar Doha do impasse.

Na semana passada, ele enviou um duro recado aos países desenvolvidos: sem cortes substanciais na proteção à agricultura, 'não tem conversa'. Em diálogo por telefone com o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, ele ponderou que os europeus não podem negociar como no século 20, defendendo antigos esquemas de proteção à agricultura.

Ontem, Lula voltou à carga. Na comemoração de 50 anos da fábrica da Scania, ele contou que o Brasil, 'pela primeira vez', havia resistido às pressões dos ricos, referindo-se à reunião de Potsdam. 'Fizemos questão de dizer que tinha acabado aquele momento de subserviência. Nós queríamos ser tratados em pé de igualdade.'

ACORDOS BILATERAIS

Após o fracasso de Potsdam, empresários e especialistas em comércio exterior brasileiros insistiram que o Brasil deveria reforçar as negociações bilaterais - como o acordo Mercosul-União Européia. As negociações para isso, avaliam ambos os lados, deverão ser retomadas em setembro ou outubro.

Mas, na avaliação brasileira, a OMC segue sendo mais importante, porque é a única possibilidade de se cortarem subsídios dos países ricos à agricultura. O acordo entre Mercosul e União Européia, avalia o Itamaraty, é mais restrito. Enquanto Doha ataca a proteção à agricultura, o acordo com a UE apenas estabelecerá regras e limites para o comércio de ambos os lados - em tese, abrindo mais espaço para a produção agropecuária brasileira no mercado europeu, mas sem tocar em subsídios. Na visão do Itamaraty, um acerto na Rodada Doha daria uma base mais concreta para as negociações entre Mercosul e União Européia.

Amorim não crê em saída da Venezuela - Denise Chrispim Marin – estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 03/07/2007

Ministro quer que o ingresso do país no Mercosul seja rápido

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem que 'não espera' que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, apresente um pedido de retirada de seu país do Mercosul. A ameaça de Chávez tornou-se mais enfática no sábado, quando já havia terminado a 33ª Cúpula do Mercosul, em Assunção (Paraguai).

Nessa ocasião, o líder venezuelano, que não participou do encontro, declarou que seu governo retiraria o pedido de adesão plena se não houvesse como superar as resistências da 'direita brasileira'.

'Espero que isso não ocorra', disse Amorim, ao final da posse do embaixador Ronaldo Sardenberg na presidência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). 'Espero que as condições de ingresso da Venezuela sejam preenchidas para que possamos rapidamente concluir esse processo.'

No sábado, em Minsk (Belarus), Chávez declarou novamente que seu país não estava disposto a aderir ao 'velho Mercosul'. 'Se não podemos entrar no Mercosul porque a direita brasileira tem mais força, então nos retiramos. Sou até capaz de retirar o pedido de adesão', disse.

Para Amorim, a atitude de Chávez não se reflete em pressão sobre o Brasil. 'Não há pressão. Primeiro, o Brasil não é suscetível a pressões. A Venezuela tem uma contribuição positiva a dar. A diversidade de opiniões é uma riqueza que é boa para o Mercosul', observou.

A adesão plena da Venezuela foi um ato político consolidado em um protocolo firmado pelos cinco países do bloco, em julho de 2006. Desde então, a Venezuela é um membro pleno em processo de adesão, que participa dos encontros, mas não tem direito a voto nem precisa cumprir deveres. Argentina, Uruguai e Venezuela já obtiveram a aprovação de seus respectivos legislativos ao documento.

As dúvidas sobre essa decisão inflamam o Congresso brasileiro, que mantém a tramitação do protocolo congelada há quatro meses, enquanto o governo do Paraguai nem sequer enviou o documento ao Parlamento. A principal pendência está na ausência de compromissos da Venezuela com a liberalização do comércio com o Brasil e a Argentina.

Essas negociações vêm sendo empurradas por Caracas. As recentes acusações de Chávez contra o Senado brasileiro - apontado como 'papagaio' do Congresso dos Estados Unidos - pioraram o cenário.

Com o cuidado de não entrar no jogo de acusações, Amorim reiterou que o presidente venezuelano deveria enviar uma 'palavra de simpatia' ao Congresso brasileiro para distender o cenário. 'Simpatia sempre ajuda, assim como a compreensão das diferenças', insistiu.

De fora – O Globo – Opinião – 03/07/2007

Venezuela de Chávez ajuda o Mercosul mantendo-se distante dele O propósito básico do Mercosul é integrar as economias do continente — em um primeiro momento, congregando os países do Cone Sul —, para que elas ganhem escala que lhes permita competir no mercado mundial, hoje dividido em blocos ou acordos de cooperação e de livre comércio.

É natural que existam divergências dentro desses blocos, pois o processo de integração não elimina os interesses nacionais. Mas nos seus objetivos estratégicos o bloco precisa estar suficientemente afinado para negociar com terceiros em condições favoráveis.

Tal filosofia deu resultado no começo do Mercosul. Os quatro países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) admitiram o Chile e a Bolívia como nações associadas, com direito a voz e não a voto nas decisões tomadas pelo mercado comum.

O significativo crescimento no intercâmbio comercial do Mercosul, a superação de antigos antagonismos e a efetiva possibilidade de integração da infra-estrutura regional despertaram o interesse de outros países do continente pelo Mercosul, entre os quais a Venezuela, cujo pleito foi inicialmente recebido com entusiasmo por todos os participantes, na expectativa de que o mercado comum continuasse a se fortalecer no cenário internacional.

Mas, desde então, o governo de Hugo Chávez tem tomado atitudes que afastam seu país cada vez mais da vida democrática, caminhando no sentido inverso ao desejado pelos fundadores do Mercosul.

A postura de Chávez é isolacionista, e não de inserção na economia globalizada. Com a entrada da Venezuela para o bloco, esperavase que Chávez se submetesse aos interesses comuns de acordo com a visão da maioria, mas, na prática, isso não aconteceu.

Ao contrário, Chávez dá provas de que sua única intenção é usar o Mercosul como escudo para continuar atacando os que elegeram como adversários internamente e na política exterior.

Enquanto Chávez se mantiver nessa linha, a presença da Venezuela no Mercosul não é mais desejável, já que traz mais embaraços ao bloco do que ganhos. O melhor agora seria deixá-lo de fora, como uma boa contribuição em favor da democracia.

Mais uma vez, a cúpula do Mercosul ressalta desavenças – Valor Econômico – Opinião - 03/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou à 33ª Cúpula de Presidentes do Mercosul, em Assunção, com idéias corretas, embora tardias. "Agora, mais do que nunca", disse Lula, "devemos aprofundar a parceria com outros países e blocos". Com o fracasso de Doha, não sobra ao Brasil seguir outro rumo que o que aquele para o qual já deveria ter tentado antes, o dos acordos comerciais paralelos, como fizeram com ênfase, no continente, México e Chile, sem contar os Estados Unidos. Os outros sócios do Mercosul, com exceção de Hugo Chávez, que se encontrava na Rússia arrematando submarinos para deter eventuais invasões americanas, se comportam mais como parte do problema do que da solução. A preocupação de Lula pressupõe uma afinação cada vez maior dos membros do Mercosul, afinação esta ainda distante, como cada cúpula indica.

Às vésperas da chegada em Assunção de Lula, que trazia a determinação de resolver contenciosos do comércio fronteiriço com o Paraguai, o governo do país anfitrião sepultou ao menos provisoriamente a aspiração do Brasil de elevar tarifas de importação de calçados e confecções de 20% para 35% e mudar a forma de cálculo da taxa. O Uruguai deu sua concordância ao veto, que agora terá de ser negociado pelo Itamaraty e por empresários dos quatro países. Os uruguaios se insurgiram contra a medida por motivos óbvios - já estimulados pelo governo a ganhar competitividade, esses dois setores, com a proteção extra pedida, teriam para si uma defesa excessiva.

Os sócios menores do Mercosul têm sido fonte constante de divergências. O Uruguai chegou a cogitar um acordo paralelo com os Estados Unidos e o Paraguai sente-se prejudicado com a intensa fiscalização da Receita Federal contra o contrabando e a sonegação de impostos na Tríplice Fronteira. A saída apresentada pelo governo brasileiro aos paraguaios foi a criação de um Simples dos sacoleiros, com formalização de empresas, simplificação e alíquota única de importação de 25% para quem faturar até R\$ 240 mil por ano. Tenta-se pôr um esparadrapo na ferida principal, que é o abrigo formal ou informal dado pelo governo vizinho à falsificação, contrabando de produtos e evasão de divisas.

Para retirar o Paraguai da situação de entreposto comercial, o Mercosul concedera ao país um percentual de conteúdo regional menor, que seria gradativamente aumentado. Essa flexibilidade, porém, foi agora novamente estendida: as regras de origem foram adaptadas para beneficiar o Paraguai até 2022. Provavelmente, esta tenha sido a contrapartida à aprovação do prazo - 2009 - para que a cobrança dupla da Tarifa Externa Comum de produtos importados e de fora do bloco seja eliminada. Essas receitas são mais relevantes no caso do Paraguai do que dos outros sócios.

Institucionalmente, esta talvez tenha sido a mais importante decisão da cúpula. A redução das assimetrias foi jogada para a frente, após ser aprovada a criação de um fundo para estimular as pequenas e médias empresas do Mercosul. Das reuniões resultou pouca coisa de fundamental, tanto para o mal quanto para o bem. Evo Morales, presidente da

Bolívia, voltou a criticar a campanha brasileira pelo biocombustível, qualificando-a de "entusiasmo nocivo".

Pairava sobre as discussões os efeitos da forte pressão das empresas brasileiras para que se detenha a entrada da Venezuela no Mercosul - politicamente temerária, economicamente indefinida. Chávez não estava presente, mas seus representantes não se cansaram de acusar as forças da direita pela iniciativa. Mas o presidente venezuelano já anda desacostumado do convívio com oposições e sua intempestividade pode até fazer mais pelo Mercosul do que o lobby das empresas do Brasil. Em Teerã, Chávez disse que "se não podemos entrar no Mercosul porque a direita brasileira tem mais força, então nos retiramos". Mais significativo: "Eu sou inclusive capaz de retirar o pedido (de adesão)." Sem Doha, o Mercosul terá de selecionar melhor os seus parceiros e uniformizar suas posições sobre o que pretende para si e para acordos comerciais. O entendimento dentro do bloco continua bastante insatisfatório, o que mina a sua própria construção institucional. Desse jeito, é muito difícil negociar com outros países.

Parceria Brasil-UE ajuda integração do Mercosul, diz comissária europeia - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 03/07/2007

A parceria estratégica que a União Europeia (UE) oferece ao Brasil terá impacto positivo na integração do Mercosul, espera a comissária europeia de Relações Externas, Benita Ferrero-Waldner. O plano de ação da parceria será debatido amanhã em Lisboa, na primeira cúpula Brasil-UE. Em setembro ou outubro, o Brasil vai apresentar seu próprio documento de prioridades, e o plano final ficará para a cúpula do ano que vem.

A reunião de Lisboa está contaminado pela Rodada Doha. A atenção se concentra no que os dois lados dirão sobre os rumos da negociação global de comércio. A UE será representada pelo premiê português, José Sócrates, e pelo presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso; o Brasil, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro Celso Amorim e o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, também se reúnem, pela primeira vez desde o fiasco de Potsdam. A cúpula deve manifestar "determinação" de concluir o acordo UE-Mercosul, mas aparentemente sem fixar data. Haverá ainda encontro de empresários brasileiros e europeus. A seguir, trechos da entrevista por escrito pela comissária Ferrero-Waldner.

Valor: *Por que a UE oferece parceria estratégica ao Brasil?*

Benita Ferrero-Waldner: O Brasil é um parceiro importante para a Europa e um grande ator regional e internacional. Vemos um enorme potencial para desenvolver nossa relação. Juntos, podemos fazer a diferença em desafios globais como mudança climática, pobreza, multilateralismo, direitos humanos e outros. Uma parceria estratégica oferece ainda uma estrutura global e coerente para avançar nossa cooperação em setores como energia, pesquisa ou desenvolvimento regional e construir novos vínculos entre nossos povos. E temos, os dois lados, interesse em completar com sucesso a Rodada Doha e a negociação UE-Mercosul.

Valor: *Certos críticos dizem ver parceria, mas não estratégia.*

Ferrero-Waldner: Os esforços da UE para desenvolver vínculos bilaterais com países individuais não estão em conflito com seu desejo de manter e reforçar relações com grupos regionais e para continuar a fortalecer a parceria UE-América Latina. Os três níveis de relação - nacional, sub-regional, regional - realmente se reforçam mutuamente e

permitem desenvolver sinergias e complementaridades, explorar oportunidades e desafios a partir de diferentes perspectivas.

Valor: - *Quais as prioridades da UE na parceria com o Brasil?*

Ferrero-Waldner: Primeiro e sobretudo a parceria deverá servir para reforçar nosso diálogo político, tornar mais efetiva nossa cooperação na cena global, no âmbito da ONU, e para melhor promover os direitos humanos. Ela também nos permite trabalhar melhor juntos em desafios globais, particularmente mudança climática, e aumentar a estabilidade e a prosperidade na América Latina. Esse diálogo terá impacto positivo para o acordo de associação UE-Mercosul. Vamos ampliar a concessão de bolsas de estudos através do programa Erasmus Mundus, de troca de estudantes. E vamos lançar um diálogo cultural com o Brasil.

Valor: *O setor privado na UE e no Brasil pensa que a relação bilateral é muito grande para a parceria ser puramente política. Qual o peso que a UE dá a economia e comércio?*

Ferrero-Waldner: Uma grande parte de nossas relações envolve questões econômicas e comerciais, e temos grande interesse em melhorar o comércio bilateral. A UE é o parceiro comercial mais importante do Brasil, com 22% do total do comércio, e um grande investidor no país. Infelizmente, o Brasil só ocupa a 11ª posição na balança comercial da UE. Nosso objetivo é elevar a relação comercial através da Rodada Doha e da negociação UE-Mercosul. Mas gostaria de sublinhar que a dimensão comercial da nossa relação bilateral continuará a ser governada pelo acordo UE-Mercosul, que estamos decididos a concluir o mais rápido possível do ponto de vista técnico e político. Ao mesmo tempo, vemos nossa parceria com o Brasil como sendo complementar ao que estamos tentando alcançar no Mercosul: reforçar os esforços da região por integração econômica e política.

Valor: *Por que não há uma só menção à "agricultura" na comunicação da UE sobre a parceria?*

Ferrero-Waldner: O aspecto mais importante da agricultura é o comércio, e isso está sendo tratado no âmbito do Mercosul. É questão de região para região.

Valor: *Quando será possível concluir a negociação UE-Mercosul?*

Ferrero-Waldner: Estamos numa fase avançada da negociação, mas há trabalho a fazer. Devemos levar em conta o "timing" da Rodada Doha. A importância e influência do Brasil e seu vasto mercado no Mercosul são evidentes, e ao compartilhar com seus parceiros seu conhecimento da UE e experiência na negociação conjunta, o Brasil pode apoiar melhor os esforços do Mercosul de criar mercado comum e união política. A ativação desse diálogo empurra o Brasil no caminho de mais integração regional e encoraja mais abertura nas negociações. No entanto, existem relações bilaterais com todos os membros do Mercosul, com mais ou menos intensidade.

Valor: *A Venezuela no Mercosul dificulta o acordo UE-Mercosul?*

Ferrero-Waldner: Esperamos que não seja um problema. Deve ser visto como oportunidade. A Comissão Europeia entende a vontade do Mercosul de ampliação. Integração mais profunda no Mercosul e na América Latina podem beneficiar nossas relações mútuas.

Valor: *A parceria com a Índia levou quatro anos. E com o Brasil?*

Ferrero-Waldner: Cada parceria tem sua própria velocidade. Nossa prioridade [na cúpula] é dar conteúdo à parceria. Como fizemos com China e Índia, a UE pedirá que o Brasil submeta a sua estratégia.

Em discurso transmitido por rádio e TV, presidente pede respeito e ameaça sair do bloco por dignidade

Agências Internacionais - O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou ontem que, se os Congressos de Brasil e Paraguai não ratificarem o processo de adesão de seu país ao Mercosul nos próximos três meses, ele desistirá da idéia de entrar no bloco. 'Se não for feito em três meses, nos retiraremos por dignidade, porque consideramos uma falta de respeito', afirmou ele, em um discurso transmitido em cadeia de rádio e televisão.

Chávez reiterou que a Venezuela quer outro sistema de integração na América do Sul. Em uma parte do discurso, referiu-se diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 'Nós não desistimos do Mercosul, insistimos em que mude.'

O venezuelano voltou a responsabilizar alguns setores do Congresso brasileiro pelo atraso no processo de ratificação da entrada de seu país no Mercosul. 'Vamos esperar até setembro. Não esperaremos mais, porque os Congressos do Brasil e do Paraguai não têm razão política nem moral para não aprovar nossa entrada. Se não o fizerem, vamos nos retirar até que haja novas condições.' Autoridades brasileiras foram duras nas respostas ao presidente venezuelano.

Chávez disse que a oposição do Brasil ao ingresso da Venezuela se deve ao desejo dos empresários brasileiros de eliminar as proteções aos produtores venezuelanos. Durante o discurso, ele garantiu que seu país não vai ceder.

'Empresários venezuelanos, não vou deixá-los desamparados diante de ninguém. Nem diante do Brasil nem diante dos Estados Unidos nem diante da Europa nem diante do Irã, de ninguém', prometeu.

Ele advertiu os empresários brasileiros que, se a Venezuela não entrar no Mercosul, eles têm muito mais a perder do que os venezuelanos. Chávez ilustrou a afirmação com números sobre o crescimento das exportações brasileiras à Venezuela nos últimos anos, que passaram de US\$ 539 milhões em 2003 para US\$ 2,973 bilhões no ano passado.

O líder venezuelano destacou que os Congressos de Argentina e Uruguai já aprovaram o ingresso de seu país no bloco. 'Para nós, as condições estão completas, só falta que o do Brasil aprove', afirmou. 'Portanto, a bola está com vocês (referiu-se ao Brasil).'

Em 4 de julho de 2006, os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Paraguai, Nicanor Duarte, e do Uruguai, Tabaré Vázquez, assinaram em Caracas o documento que previa o ingresso da Venezuela no Mercosul. Um ano depois, os parlamentos de Brasil e Paraguai ainda não cancelaram a adesão venezuelana.

No caso brasileiro, a situação complicou-se depois de Chávez dizer que o Congresso era 'papagaio' dos Estados Unidos. A crítica ocorreu depois de os senadores terem repudiado o fechamento do canal de televisão RCTV. Chávez não renovou a concessão por considerar a rede golpista (ler mais ao lado).

CONSULTAS

O presidente do Parlamento do Mercosul, o uruguaio Roberto Conde, afirmou que iniciará consultas com os países do bloco a respeito do ultimato dado por Chávez. 'Consultaremos sobre o caso. O Parlamento não se reunirá até 6 de agosto, mas antes dessa data discutiremos o tema', disse. Conde defendeu que se tire 'a carga ideológica do debate' e disse que se deve 'trabalhar com prudência para resolver um tema complicado'.

FRASES - Hugo Chávez - Presidente da Venezuela

'Se não for feito em três meses, nos retiraremos por dignidade, porque consideramos uma falta de respeito'

'Vamos esperar até setembro. Não mais, porque os Congressos do Brasil e do Paraguai não têm razão política nem moral para não aprovar nossa entrada'

'Empresários venezuelanos, não vou deixá-los desamparados. Nem diante do Brasil nem diante dos Estados Unidos nem diante da Europa nem diante do Irã'

'Para nós, as condições estão completas, só falta que o Congresso do Brasil aprove. Portanto, a bola está com vocês (referindo-se ao Brasil)'

'A Venezuela não tem por que se desculpar' - Efe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, qualificou de 'impertinentes' as declarações do chanceler brasileiro, Celso Amorim, para quem a Venezuela deveria se desculpar com o Congresso brasileiro para acelerar a aprovação de seu ingresso no Mercosul. 'A Venezuela não tem nada por que se desculpar. É o Congresso do Brasil que deve se desculpar por se imiscuir nos assuntos internos da Venezuela', afirmou Chávez.

A polêmica começou quando os congressistas brasileiros criticaram a decisão da Venezuela de não renovar a concessão da rede Rádio Caracas de Televisión (RCTV). Chávez rebateu, chamando os parlamentares brasileiros de 'papagaios', que repetem as palavras de ordem de Washington.

'Se o Brasil insistir em que a Venezuela tem de se desculpar, não entraremos (no Mercosul). Não estamos desesperados para entrar no Mercosul, e menos ainda quando sentimos que ali não há muita vontade de mudar', disse o governante.

Chávez reiterou que tem interesse apenas em um 'novo Mercosul'. 'Se queremos a integração, é preciso mudar os paradigmas do capitalismo selvagem', disse. 'Se nos pedirem que nos suicidemos e abramos nossa economia, não vamos fazê-lo, nem com o Mercosul nem com a CAN (Comunidade Andina) nem com a Europa nem com ninguém.'

'Ninguém vai estabelecer prazo para país nenhum', diz Dilma - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

Ministra-chefe da Casa Civil rechaça ultimato do presidente venezuelano

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, rechaçou as afirmações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e afirmou que o Brasil não vai obedecer a prazos definidos pelo governo venezuelano para que ratifique a adesão do país ao Mercosul. 'Ninguém vai estabelecer prazo para país nenhum. Nem nós. Ninguém estabelece prazo para nós nem nós estabelecemos prazo para ninguém.'

Ao chegar a Fortaleza, onde acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saneamento e urbanização no Ceará, Dilma afirmou que a relação do Brasil com os países da América Latina não tem prazo. 'Essa relação será sempre necessária porque participamos do mesmo continente. Somos vizinhos e essa relação de vizinhança não é relação de escolha.'

Dilma Rousseff disse que interessa ao Brasil o relacionamento com a Venezuela do ponto de vista de integração energética, de acesso às riquezas energéticas e de parceria de estrutura e desenvolvimento da região. 'Portanto, não se trata de estabelecer prazos. Ninguém vai estabelecer prazo para país nenhum', reiterou.

A ministra afirmou, ainda, que o Brasil tem tido uma atitude madura e de responsabilidade nas relações com a América Latina. Ela lembrou que o Brasil tem papel estratégico na América Latina e é interesse do País manter a integração econômica, geopolítica, social e cultural na região.

Lembrando que cada país tem sua característica, Dilma afirmou: 'Vamos ter de estruturar uma convivência civilizada que permita que, respeitando as nossas diversidades, estruturemos um consenso comum, respeitando todos. Qualquer iniciativa nossa é sempre do interesse para a construir um acordo', salientou.

'PODERES HARMÔNICOS' - O ultimato do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso brasileiro não passa de 'factóide de um líder que tenta desviar a opinião pública dos reais problemas de seu país, como o abastecimento de alimentos'. A avaliação é do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI).

O senador disse que Chávez trata o tema da adesão da Venezuela ao Mercosul como se estivesse falando de questões internas de seu país, onde 'os três Poderes estão sob seu comando'. Fortes também apoiou a posição do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para quem Chávez deveria dirigir uma 'palavra simpática' para distender sua relação com o Congresso Nacional.

'No Brasil, os Poderes são harmônicos. O Congresso vai analisar essa adesão ao Mercosul ao longo do tempo que for necessário e pelo seu lado permanente - a Venezuela - e não pelo seu lado transitório - o presidente Chávez', declarou.

O presidente do Congresso paraguaio, Miguel Abdón Saguier, qualificou como 'agressões gratuitas' as declarações de Chávez. 'Nos agride gratuitamente o presidente Chávez. Vamos ver o que acontecerá, vamos estudar bem o tema', disse ele.

FRASES - Dilma Rousseff - Ministra-chefe da Casa Civil

'Ninguém estabelece prazo para nós e nós não estabelecemos prazo para ninguém'

Heráclito Fortes - Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado

'O Congresso vai analisar essa adesão ao longo do tempo que for necessário e pelo seu lado permanente, a Venezuela, e não pelo seu lado transitório, o presidente Chávez'

COM EFE E DENISE CHRISPIM MARIN

'Brasil deve pagar por liderança' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

Para vice-chanceler boliviano, País é o maior responsável pelos custos da integração regional

O governo do boliviano Evo Morales faz um alerta: o Brasil não pode apenas ser líder regional sem aceitar os 'custos' de promover uma situação mais justa dos demais países da América do Sul e da integração entre as economias. Em entrevista ao Estado, o vice-chanceler boliviano, Hugo Fernandez Araóz, afirma que as empresas estrangeiras de petróleo, entre elas a Petrobrás, já acumularam lucros que compensaram os investimentos feitos nos últimos anos no país.

'Precisamos que os grandes países, como Brasil e Argentina, estejam dispostos não apenas a ser líderes, como também a assumir os custos de uma maior articulação entre os países. E para isso há que pagar, e isso é que pode ser um tema difícil', afirmou. Para o vice-chanceler, 'os países grandes não podem ver esse preço como um custo, mas como um investimento'.

Em sua avaliação, a sociedade civil brasileira está mais disposta a pagar pelos custos de ajuda os países mais pobres que o governo. 'Na Europa, França e Alemanha tiveram de ajudar aos menos desenvolvidos, como foram Irlanda e Espanha em um momento. O mesmo esquema precisamos pensar para a América do Sul.'

Sobre o papel da Venezuela na região, o vice-chanceler acredita que o governo de Hugo Chávez ainda não possa disputar a liderança sul-americana com o Brasil. 'Hoje, o Brasil é o líder, mas a Venezuela precisa ter seu papel, pois tem petróleo e enormes recursos', afirmou Fernandez Araóz, jesuíta nos anos 60 e 70.

TRATAMENTO EQUILIBRADO

Na avaliação do vice-chanceler, os recursos gerados pelo petróleo e gás natural na Bolívia são as apostas do país em seu plano de redução da pobreza. Segundo ele, a Petrobrás e as demais empresas petrolíferas estrangeiras já tiveram lucros suficientes para amortizar os investimentos que fizeram na Bolívia nos últimos anos.

'Todas as empresas que foram à Bolívia recuperaram facilmente seus investimentos. Contavam com isenções fiscais, não pagavam impostos e em pouco tempo amortizaram todo o seu investimento. Não podem se queixar de que a Bolívia os tratou mal. O que queremos é um tratamento equilibrado', afirmou o representante de La Paz.

'A Petrobrás, como uma multinacional, aproveitou as condições artificiais que se criaram na Bolívia para atrair capital. Mas o Estado tem de recuperar sua capacidade de repartir a riqueza. As grandes empresas têm sua utilidade, mas não podíamos seguir como estava antes', disse Araóz.

Segundo ele, desde que o processo de nacionalização começou e os contratos foram revistos, a Bolívia quadruplicou seus ingressos vindos do petróleo e gás natural.

'Aumentamos os ingressos das vendas de US\$ 300 milhões por ano para US\$ 1,2 bilhão. Esse dinheiro será usado para o desenvolvimento do País. Para isso, temos de cobrar dos que ganham mais para dar aos que ganham menos', completou o ex-jesuíta.

Lula volta a atacar países ricos pela falta de acordo - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

Pouco antes de embarcar na noite de ontem para Portugal e Bélgica, onde vai participar da Cúpula Brasil-União Européia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar os países ricos por não terem fechado as negociações na Rodada Doha.

Lula ressaltou, no entanto, que ainda acredita em acordo. Segundo ele, numa negociação vão sendo feitas ofertas, 'até que se chegue a um ponto de equilíbrio'. Por isso, prosseguiu, 'estou convencido que ainda vamos fazer este acordo'.

Para o presidente, quando se trata de negociação, os países ricos sabem que o Brasil não está sozinho: 'Está com China, Índia, África do Sul, México, Argentina, Chile, Venezuela, e eles sabem que eles representam o G-20'.

País pode elevar taxa sem acordo no Mercosul – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/07/2007

Paraguai e Uruguai haviam negado aumento da TEC para calçados e confecções provenientes da China

O Brasil está disposto a elevar unilateralmente, de forma temporária, a tarifa de importação de confecções e calçados oriundos da China para 35% se o Paraguai e o Uruguai não concordarem com o aumento da TEC (Tarifa Externa Comum), adotada pelos membros do Mercosul. Os dois países, por motivos diferentes, posicionaram-se contra o aumento na reunião de cúpula do bloco econômico, na semana passada.

"Se não houver concordância, é uma possibilidade que existe, sim [o aumento unilateral]", disse Ivan Ramalho, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento. A elevação da TEC foi aprovada pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), mas é necessário consenso entre os países do Mercosul. Ao serem consultados informalmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai sinalizaram pela aprovação no mês passado. Na sexta, porém, o Paraguai pediu mais explicações sobre o impacto nos setores de confecções. O Uruguai informou que já adotara medidas para ajudar sua indústria, portanto o aumento da TEC figuraria como uma dupla proteção.

"Nem Uruguai nem Paraguai nos disseram que não concordam com a elevação da TEC. O que eles pediram foi um período de tempo, uma semana, dez dias", frisou Ramalho.

Para esclarecer as dúvidas, o assunto será discutido em Assunção na segunda-feira, em uma reunião dos governos brasileiro e paraguaio com representantes da Uipa (União Industrial Paraguaia), da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) e da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados).

Hoje, têxteis e calçados chineses pagam uma tarifa de 20% para entrar em algum dos quatro países do Mercosul. Apesar disso, os produtos da China são mais competitivos do que os brasileiros, o que levou o governo a aprovar essa elevação da TEC a pedido da indústria.

Na prática, a China não é vista como uma economia de mercado e não segue padrões internacionais de remuneração salarial ou respeito à propriedade intelectual, entre outros fatores que reduzem fortemente o preço de seus produtos.

Uma tarifa maior no Mercosul aumenta a competitividade também nos países do bloco, pois não há taxa nas vendas brasileiras aos vizinhos do bloco. O curioso nesse caso é que uma tarifa externa mais alta também protegeria a indústria paraguaia. Procurada ontem, a embaixada paraguaia estava indisponível para entrevistas. Ramalho, porém, nega que o Paraguai esteja endurecendo nessa questão como forma de pressionar o Brasil a ceder em outros temas, como o reajuste dos royalties pagos pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Caso o Paraguai e o Uruguai concordem com a elevação da TEC, não será preciso esperar por uma nova reunião de cúpula do Mercosul, daqui a seis meses -o aumento será implementado por uma reunião virtual dos chanceleres do bloco.

Setor têxtil

Para o presidente da Abit, Fernando Pimentel, o governo brasileiro deve elevar a tarifa de importação mesmo se Paraguai e Uruguai se opuserem à medida. "Devemos preservar nossa convivência com os demais países, mas o Brasil não pode ter um parque têxtil sem concorrência com os parceiros internacionais. Estamos seguros de que o governo vai fazer o que é melhor para o Brasil."

Chávez dá prazo e ameaça sair do Mercosul - Isabela Martin e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 04/07/2007

Venezuelano diz que espera só até setembro pela aprovação do Brasil, mas não vem cumprindo cronograma

FORTALEZA, BRASÍLIA e CARACAS.O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou ontem que, se até setembro os Congressos brasileiro e paraguaio não aprovarem o processo de adesão de seu país ao Mercosul, ele vai se retirar do bloco.

Fontes do governo brasileiro dizem que Chávez não vem cumprindo o cronograma de adesão ao Mercosul e está "jogando para a platéia". As declarações do presidente venezuelano foram prontamente criticadas pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e por parlamentares brasileiros.

Em entrevista a uma emissora de TV local, Chávez afirmou que a Venezuela quer outro sistema de integração na América do Sul, e voltou a responsabilizar o Congresso brasileiro pela demora na ratificação de seu ingresso no Mercosul: — Vamos esperar até setembro.

Não esperaremos mais porque os Congressos de Brasil e Paraguai não têm razão política ou moral para não aprovar nosso ingresso. Se não o fizerem, vamos nos retirar até que haja novas condições.

Para senador, Chávez não passa de factóide

Dilma afirmou que a relação entre Brasil e Venezuela é necessária porque os países são vizinhos e fazem parte de um mesmo continente. Mas ressaltou que o governo brasileiro não aceitará imposição de prazos: — Ninguém estabelece prazo para nós, nem nós estabelecemos prazo para ninguém.

Ela enfatizou que o Brasil adota uma atitude responsável nas discussões, e, numa crítica velada a Chávez, disse que o Brasil tem sabido respeitar a soberania dos outros países.

— A palavra central para definir nossa ação no que se refere às relações com países da América Latina é responsabilidade.

Essa responsabilidade significa o seguinte: temos todo o interesse econômico, geopolítico, social, cidadão e cultural na integração.

E temos demonstrado isso em atitudes práticas — disse a ministra, que acompanhou o presidente Lula a Fortaleza para o anúncio da liberação de R\$ 978,8 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de saneamento e urbanização de favelas.

Fontes da diplomacia brasileira afirmaram que as últimas declarações de Chávez mostram que ele não tem mais interesse em continuar no Mercosul. Seus freqüentes ataques ao Congresso brasileiro e o risco de um novo adiamento na apresentação do cronograma de reduções das tarifas de importação venezuelanas, previsto para 2 de setembro — mês que coincide com o ultimato do venezuelano — deixam claro que Chávez vem “jogando para a platéia”, para não ser responsabilizado pelo fracasso de seu projeto de ser sócio pleno do Mercosul, afirmou um graduado diplomata.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Heráclito Fortes, é mais crítico. Para ele, Chávez não passa de um “factóide”, ou seja, procura ganhar espaço na mídia com fatos que podem ou não ser verdadeiros: — O presidente Hugo Chávez acha que representa os três poderes na Venezuela.

Doha entra na pauta da cúpula Brasil-UE - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/07/2007

O lançamento, hoje, da parceria estratégica que a União Européia (UE) oferece e o Brasil aceita, apresentada por Bruxelas como "o início de uma nova era nas relações bilaterais", ameaça ser obscurecido por novo confronto entre os dois parceiros sobre a Rodada Doha. O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, em entrevista à BBC Brasil, ontem, teria dado o tom, declarando-se "perplexo" com afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o fiasco de Potsdam.

Na segunda-feira, no palco armado pela Scania em São Bernardo do Campo, Lula enalteceu "a coragem do Brasil de não ceder aos interesses das economias desenvolvidas", acusou os países ricos de não cederem nada e cobrarem muito e salientou que acabou "o período de subserviência". Segundo a rádio britânica, depois de dizer que não tinha idéia do que o presidente Lula queria falar, Mandelson retrucou que "o momento não é para retórica e sim para negociar". Acrescentou, ainda segundo a emissora, que os negociadores estão

familiarizados com o que a UE está oferecendo e com o nível de flexibilidade que podem ter.

Procurado pelo Valor ontem à noite em Lisboa, Mandelson respondeu pelo seu porta-voz que não estava falando com jornalistas, mas que seu objetivo nesta quarta-feira é de ver com Amorim como levar a negociação adiante, mostrar liderança e tentar concluir o mais rapidamente possível a Rodada Doha.

Mandelson estará hoje com o ministro Celso Amorim e também na presença do presidente Lula e de empresários brasileiros e europeus. Estes se dizem "preocupados" com o estado deplorável da negociação.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, sinalizou que há margem de flexibilidade do lado empresarial brasileiro. "Até agora prevaleceram as posições defensivas, tanto da UE em bens agrícolas, como do nosso lado em relação a outras áreas e se quisermos essa negociação é evidente que será necessária flexibilização", afirmou. Para o empresário, isso passa sobretudo por disposição da Europa na área agrícola, mas do lado brasileiro dá para "flexibilizar alguma coisa", pesando sensibilidades de certos setores e o cronograma de abertura.

No lançamento da parceria estratégica, hoje, estarão em Lisboa o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, o primeiro-ministro português, José Sócrates, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, e o primeiro-ministro da Eslovênia, Janez Jansa. A chefe do governo alemão, Angela Merkel, cancelou sua vinda por razões internas.

Hugo Chávez ameaça sair do Mercosul – Valor Econômico – Brasil - 04/07/2007

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ameaçou retirar o país do Mercosul caso o país não esteja totalmente integrado ao bloco em três meses. A declaração foi feita durante solenidade em Caracas, segundo a Agência Bolivariana de Notícias. "Nós esperamos que se chegue a um consenso em relação à nossa adesão", afirmou o presidente venezuelano. "Não é possível que a Venezuela seja simplesmente uma figura sem voz nem voto nas decisões que se tomam no Mercosul, isso não é integração."

Em Brasília, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que "o Congresso vai se decidir soberanamente e em momento oportuno".

Um mau negócio para o Mercosul - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Hugo Chávez será permanente ou transitório? A questão é inevitável, diante da resposta do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes, ao ultimato do presidente venezuelano aos Parlamentos do Brasil e do Paraguai. O Congresso brasileiro, disse o senador, vai examinar a adesão da Venezuela ao Mercosul 'pelo seu lado permanente' e não pelo 'transitório'. Segundo ele, o país permanece, o presidente, não. O senador pode ter sido precipitado. Primeiro, porque o coronel Hugo Chávez tem a possibilidade legal de se eleger um número ilimitado de vezes. Segundo, porque não há

como distinguir os objetivos do Estado venezuelano, neste momento, dos propósitos políticos de seu governo. Esses propósitos podem ser um entrave à capacidade negociadora do Mercosul. Um bloco só pode funcionar se os seus objetivos diplomáticos forem decididos em conjunto. O presidente venezuelano obviamente não pensa dessa forma. Em terceiro lugar, o candidato a sócio deve conformar-se às normas do clube, e não o contrário. O coronel Chávez declarou mais de uma vez não estar interessado no 'velho Mercosul'. Ele pretende, portanto, moldar o 'novo' segundo sua vontade, isto é, de acordo com os planos da 'alternativa bolivariana', seja qual for o seu significado. Por todos esses fatores, o presidente venezuelano é muito mais que um dado secundário e transitório. Essas questões são essenciais para qualquer avaliação razoável da adesão da Venezuela. O ultimato do presidente Chávez - três meses para a votação pelos Parlamentos do Brasil e do Paraguai - não seria um detalhe importante, se fosse apenas uma nova manifestação de incivilidade ou de mau jeito. É mais que isso. A truculência do presidente venezuelano corresponde a um padrão de governo e de política internacional, apesar do 'realismo' sempre lembrado por seus admiradores brasileiros. De fato, a Venezuela continua a vender petróleo aos Estados Unidos, mas também não teria alternativa a curto prazo. Tomar esse comércio como prova de razoabilidade é ir longe demais. Quais seriam os custos e benefícios para o Brasil - e para o Mercosul, naturalmente - da adesão da Venezuela, neste momento? Esta é a pergunta relevante. Do ponto de vista comercial, nada se acrescentaria. O Brasil já é um importante fornecedor da Venezuela e não teria maiores vantagens por muitos anos, até porque o presidente Chávez não aceita maior abertura de mercado ainda por longo tempo. O ganho para os demais países do bloco seria igualmente nulo ou quase nulo, desse ponto de vista. Chávez tem conquistado simpatias, no Mercosul, unicamente por seu apoio financeiro a alguns países. O mais beneficiado tem sido a Argentina, pois o Tesouro venezuelano tem sido um importante comprador de seus títulos públicos. Sem Chávez, o presidente Néstor Kirchner teria tido imensa dificuldade para rolar a dívida pública. Será esse um bom motivo para conceder ao presidente venezuelano voz e voto nas deliberações do Mercosul? É preciso buscar mais do que resultados econômicos e comerciais na integração sul-americana, têm dito os estrategistas internacionais do governo brasileiro. A idéia pode ser boa, mas quais seriam os vínculos políticos com a Venezuela de Chávez? O governo brasileiro ainda não conseguiu explicar com um mínimo de clareza o sentido político da incorporação da Venezuela ao Mercosul. Os congressistas deveriam cobrar essa explicação, muito detalhada, antes de resolver o assunto. Com a participação venezuelana, tem dito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Mercosul se estenderá desde a Terra do Fogo até o Caribe. Segundo ele, será um grande passo para a integração sul-americana. Duas perguntas: 1) qual a vantagem de um bloco tão grande, se o Mercosul continuar fragmentado - talvez mais do que antes - e perder capacidade para negociar acordos de livre-comércio sem restrições ideológicas? 2) que integração sul-americana será essa, aquela esboçada pela diplomacia regional nos anos 90 ou aquela pretendida pela alternativa bolivariana? Para os mais otimistas, será melhor para a região um Chávez submetido à disciplina do Mercosul e à cláusula democrática do bloco. Pura fantasia. Se os defensores do ingresso da Venezuela estivessem preocupados seriamente com essa cláusula, neste momento, a discussão poderia ter tomado outro rumo. Mais fantasiosa, ainda, é a esperança de ver um Chávez disposto a contribuir para a harmonia de um bloco já muito dividido - a não ser para harmonizá-lo segundo suas ambições. ***Rolf Kuntz é jornalista**

Brasil e UE vão insistir na volta da Rodada Doha - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo
– 05/07/2007

Decisão foi tomada ontem por Lula e pelo chefe de governo português, que ocupa a presidência do bloco

Brasil e União Européia (UE) não vão desistir da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa foi uma das principais decisões da reunião de cúpula realizada ontem, na qual o Brasil foi convidado a formar uma aliança estratégica com a Europa. 'Os que disseram que Doha estava morta encontram aqui uma resposta à altura', disse o presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso.

Segundo ele, na reunião avaliou-se que 'as posições não estão tão afastadas como se pretende'. Mas ressaltou que 'é preciso trabalhar imediatamente' para avançar. 'Temos algumas semanas, não meses.'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que é necessário reconhecer 'o óbvio': que não houve acordo porque as propostas não agradaram as partes. Por isso, é necessário voltar a negociar. Lula recomendou, também, que as conversas busquem o equilíbrio. 'Por isso as pessoas casam: porque acham que vão ganhar com isso', comentou.

Para Lula, 'os que precisam ganhar mais são os mais pobres e os que precisam ganhar menos são os mais desenvolvidos'. Ele afirmou que o Brasil está 'preparado para ser mais flexível, desde que os resultados atendam aos justos pleitos que compartilham os países do G20 e do Mercosul'.

Até a ajuda divina foi invocada por Lula para levar a bom termo a Rodada Doha, considerada fundamental, pelo Brasil, por ser a melhor forma de reduzir os subsídios dos países ricos à agricultura. 'Que Deus nos ajude a concluir o acordo.'

O presidente reiterou a sua fé num desfecho positivo por duas razões: porque acredita que 'as pessoas trabalham para que o dia de amanhã seja melhor que ontem' e porque os líderes precisam escolher 'um gesto para passar para a história como útil ou inútil'. Ele contou que disse ao francês Jacques Chirac, ao americano George W. Bush e ao britânico Tony Blair que, 'em determinado momento, é preciso escolher com que cara queremos passar para a história.

PARCERIA

O primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, resumiu os três itens que Brasil e UE consideraram fundamentais na parceria estratégica, como forma de marcar a presidência portuguesa da UE. Além de retomar Doha, ambos concordaram com a necessidade de fortalecer o multilateralismo e dar resposta ao problema do aquecimento global. Nesse sentido, Brasil e Portugal firmaram um acordo para a produção e comercialização de biocombustíveis.

Na troca de gentilezas, Sócrates afirmou que a Europa precisava fortalecer suas pontes com a América Latina, com o Mercosul, e, sem dúvida, o Brasil é a 'trave mestra'. Lula lembrou os laços culturais e étnicos que o unem a Portugal. 'Meu Silva não é inglês, não é alemão; é português.' Brasil e UE decidiram fazer reuniões de cúpula todos os anos para acelerar parcerias em todas as áreas.

Lula segue hoje para Bruxelas, onde é convidado de honra de um seminário sobre biocombustíveis. A UE tem metas de ampliar o uso de combustíveis renováveis. O continente tem poucas reservas de combustíveis fósseis, o que o torna dependente da Rússia, no caso do gás, e do Oriente Médio, nos demais derivados de petróleo. A energia foi escolhida como prioridade da UE no mandato português. Um novo seminário está sendo programado para 2008, no Brasil.

'Nossa proposta foi lida de cabeça para baixo', afirma Mandelson – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Comissário de Comércio da UE diz que ficou perplexo com declarações de Lula sobre reunião de Potsdam

Alguém deve ter lido a proposta dos europeus para o acordo agrícola na Organização Mundial do Comércio (OMC) 'de cabeça para baixo'. Essa foi a explicação encontrada pelo comissário de Comércio Exterior da União Européia, o britânico Peter Mandelson, para as afirmações que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez na última segunda-feira. 'A União Européia falou, falou, falou, mas, na hora de apresentar a carta que estava no bolso, não apresentou', disse o presidente, durante evento na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo.

Anteontem, em entrevista à BBC Brasil, Mandelson afirmou ter ficado 'perplexo' e 'confuso' com as declarações de Lula. Ontem, adotou um tom mais diplomático. 'Vi o presidente falar em flexibilidade.'

Lula, de seu lado, evitou entrar em choque com o britânico. 'Não estou na mesa de negociações', disse. Ele, porém, reiterou o apelo para que os negociadores busquem um acordo, 'mesmo não sendo o acordo dos sonhos'. Embora tenha evitado novas críticas a Lula, Mandelson foi duro ao discursar no almoço da cúpula empresarial Brasil-União Européia. Ele afirmou que os países em desenvolvimento, 'inclusive o Brasil', vão sair perdendo com o fracasso da rodada Doha.

Aos industriais, o britânico fez uma proposta que, nas contas do empresariado brasileiro, significa um ligeiro recuo em relação ao que a Europa defendeu na reunião de Potsdam, há duas semanas, quando fracassou a estratégia de tentar um pré-acordo entre os quatro protagonistas da Rodada Doha: Brasil, União Européia, Estados Unidos e Índia, o chamado G-4. Naquela ocasião, os europeus defendiam que a indústria deveria cortar suas tarifas em aproximadamente 58%.

Ontem, o britânico acenou com um conjunto de cortes tarifários que, nas contas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), significaria uma redução de aproximadamente 53%. A proposta, porém, foi considerada 'inaceitável' pela CNI, porque está longe do que a entidade colocou sobre a mesa (um corte de 48%) e também porque, no esquema tarifário da OMC, deixaria a indústria brasileira com uma tarifa mínima de 11,7% e máxima de 12%. Ou seja, haveria um intervalo reduzidíssimo entre uma e outra, o que impediria a implantação de qualquer política industrial.

Além disso, a proposta de Mandelson nem toca no que é prioridade para o Brasil: a redução dos subsídios dos países desenvolvidos à agricultura. Mesmo para a CNI, que é uma entidade industrial, esse ponto é fundamental. O comissário, porém, se recusou a falar sobre o tema.

Logo pela manhã, Lula reuniu-se por duas horas com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Segundo auxiliares do ministro, os dois falaram sobre a reunião de Potsdam e discutiram possíveis caminhos a serem seguidos, sem uma conclusão.

'Se não quiser ficar, não fica', diz Lula sobre Chávez no Mercosul - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Presidente reafirma amizade com venezuelano; no governo, há quem torça para que o país continue fora do bloco

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu ontem o ultimato dado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pelo qual pretende se retirar do Mercosul, caso o Congresso brasileiro não aprove sua adesão até setembro. 'Para entrar tem de ter as regras. Para sair, não tem regra. Se não quiser ficar, não fica', afirmou Lula, em entrevista coletiva ao final da reunião de cúpula Brasil-União Européia.

Ele acrescentou, por outro lado, que 'é difícil' fazer política externa comentando declarações de terceiros sem saber ao certo em que contexto foram dadas e afirmou que é amigo de Chávez. 'Não faltarão momento nem oportunidade para uma boa prosa e para saber o que está acontecendo.'

A linha de atuação do venezuelano, porém, não teve um comentário tão ameno do presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso. Ele lembrou que o bloco mantém posição firme pela liberdade de expressão e é seu dever manifestar preocupação toda vez que ela é atacada. Em maio, quando Chávez não renovou a licença da RCTV, Barroso divulgou nota condenando o ato.

A ameaça de Chávez de não aderir ao Mercosul é vista com certo alívio, quase uma torcida, na equipe de governo. 'Ele está fora e vai continuar fora', comentou um integrante do alto

escalão, acrescentando que o venezuelano nunca teve intenção real de ingressar no bloco. O comentário nos bastidores é que a indústria energética da Venezuela estaria contra a adesão ao Mercosul.

A ausência de Chávez seria, na avaliação desse funcionário, uma forma de evitar novos problemas no bloco. Se hoje já é difícil um entendimento com a Argentina e o Paraguai, o problema ficaria ainda mais grave se o diálogo envolvesse também a Venezuela. 'Não iríamos negociar nem casca de amendoim.'

Chávez já havia declarado que não tinha interesse em fazer parte do 'velho Mercosul'. Ele disputa com Lula a liderança na região. O presidente brasileiro, porém, reafirmou o interesse na aliança com a Venezuela, lembrando que os dois países têm importantes acordos, como o de um gasoduto cortando a América do Sul, além da sociedade na construção de refinarias em ambos os territórios. Segundo o presidente, é interesse do País que todos os países sul-americanos estejam no bloco.

O convite para o ingresso dos venezuelanos foi feito por Lula, na reunião do Mercosul em Mar del Plata, no fim de 2005. Porém, segundo ele, para que a adesão ocorra é preciso que todos os sócios estejam de acordo e os Legislativos aprovem. Os congressos da Argentina e do Uruguai já aprovaram a Venezuela, enquanto os do Brasil e do Paraguai ainda não.

Em maio, o governo venezuelano não renovou a concessão da RCTV, acusada por Chávez de participar do golpe que tentou derrubá-lo do poder. O Senado brasileiro aprovou uma moção condenando a decisão, e por isso foi classificado como papagaio dos Estados Unidos pelo venezuelano. É nesse clima de animosidade que está sendo examinado a adesão do novo sócio ao Mercosul.

FRASES - Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente

'Para entrar tem de ter as regras. Para sair, não tem regras' 'Não faltarão momento nem oportunidade para uma boa prosa e para saber o que está acontecendo'

Integrante do alto escalão do governo - 'Ele está fora e vai continuar fora'

Quem não quer não fica no Mercosul, diz Lula – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007

Presidente reage com conformismo à ameaça de Chávez de deixar bloco, mas faz defesa da participação da Venezuela

Lula afirma em Lisboa que a relação com Caracas é "extraordinária" e que vai discutir problemas em conversa com venezuelano

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu com conformismo ao "ultimato" de seu colega venezuelano, Hugo Chávez, aos Congressos brasileiro e paraguaio para que aprovem até setembro a entrada da Venezuela no Mercosul, sob pena de solicitar a retirada do pedido de ingresso no bloco. "Para entrar [no Mercosul] tem que ter regras, mas para sair não tem regras. Quem não quer ficar não fica", disse Lula.

Não escondeu que prefere que a Venezuela fique. Primeiro, ao qualificar de "extraordinária" a relação do Brasil com a Venezuela, citando o gasoduto que se pretende construir, "atravessando toda a América do Sul", e os projetos conjuntos entre as estatais Petrobras e PDVSA para a construção de refinarias em ambos os países. Depois, o presidente brasileiro afirmou que "acabou o tempo em que ganhávamos algo de costas um para o outro".

Lula não quis estabelecer um debate via mídia com seu colega venezuelano. Preferiu jogar os esclarecimentos para uma conversa pessoal com Chávez. "Não faltará tempo e conversa para saber o que está acontecendo de verdade", disse Lula. Lamentou que essa conversa não pudesse ter sido feita na recente reunião de cúpula do Mercosul, no Paraguai, pela ausência de Chávez -que estava em viagem à Rússia.

Mas o presidente brasileiro teve que ouvir uma dura crítica do presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso, à não-renovação da concessão do canal RCTV pelo presidente Chávez.

"Nós defendemos em qualquer parte do mundo a liberdade de expressão. Sempre que há uma redução do pluralismo, temos o direito e o dever de expressar nossa preocupação", disparou Barroso durante a entrevista coletiva de encerramento da 1ª Cúpula Brasil/União Européia.

A portas fechadas, Lula e seu chanceler, Celso Amorim, fizeram uma exposição sobre o processo de integração sul-americano, durante a qual defenderam a participação venezuelana. Amorim lembrou que a diversidade de opiniões enriquece o processo, citando o exemplo da própria Europa, em que há freqüentes divergências entre os 27 países que fazem parte do bloco europeu.

Na véspera, Amorim havia sido criticado por Chávez, que considerou "impertinente" a sugestão do chanceler para que ele fizesse "um gesto" em direção ao Congresso brasileiro, para dissolver o mal-estar que causou ao chamar o Parlamento de "papagaio" dos EUA.

É a primeira vez que Chávez critica diretamente um membro do governo Lula. Até então, as críticas eram ou ao Congresso (que tem forte maioria lulista) ou a uma difusa "direita" que supostamente estaria interessada em bloquear a entrada da Venezuela no Mercosul.

Coincidência ou não, Amorim ontem ficou longe das vistas dos jornalistas o dia todo, o que não é habitual nele.

Na reunião com Lula, os europeus não fizeram exatamente uma cobrança sobre a Venezuela, mas o premiê português, José Sócrates, não deixou de observar, com uma pitada de ironia, que ele e Durão Barroso conhecem bem o Brasil, o suficiente para saber que não se fazem no país há algum tempo discursos como "os que temos ouvido de outros governantes".

Os europeus perguntaram também sobre as relações Brasil/Cuba. Explica-se a curiosidade: está começando um tímido processo de diálogo entre a União Européia e Cuba, e é natural que o bloco europeu queira ouvir um governante como Lula com antigas relações com a ilha caribenha.

Ao confrontar bloco, Chávez põe em risco "colchão político" – Flávia Marreiro e Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007

Bravata irresponsável, blefe de bom jogador ou fim de jogo de fato? Na tentativa de desvendar os objetivos do presidente venezuelano Hugo Chávez ao apresentar seu ultimato ao Mercosul, os analistas ouvidos pela Folha lançam as três interpretações. Seja qual for a hipótese, eles concordam que Chávez, com a atitude confrontativa, arrisque a perder o "colchão político" do bloco -aliados de peso numa região onde não tem amigos fortes e se afasta cada vez mais de México e Colômbia.

"As negociações parecem caminhar para o insustentável", afirma o cientista político Marcelo Coutinho, sobre as conseqüências das críticas feitas pelo venezuelano, que resvalaram diretamente no chanceler Celso Amorim anteontem.

Para Coutinho, que é diretor-executivo do OPSA (Observatório Político Sul-Americano), do Iuperj, as declarações deixam o Itamaraty e o governo em situação delicada: como responder à altura sem queimar navios? "Não interessa que Amorim seja tratado como a Condoleeza Rice. Abrir esse corredor de conflito é muito ruim para a região."

É por isso que, segundo ele, a diplomacia brasileira vai se desdobrar para minimizar o mal-estar. "Com um ator tresloucado como o Chávez há duas escolhas: ou incorpora ou isola. A opção foi integrar. O Brasil estava conceitualmente correto. O projeto era que o bloco servisse como amálgama da região, a começar pela cláusula democrática." Mas o argentino Juan Gabriel Tokatlian, diretor de Relações Internacionais da Universidade de San Andrés, diz que a aposta na "incorporação" é um equívoco em si: "É um raciocínio falacioso. Não conheço ninguém que tenha contido Chávez em nada. Supor que Lula e Kirchner conseguiriam é não levar em conta a recente história da Venezuela".

Para o argentino, o ultimato de Chávez é para valer. "Ele cumpriu muitos de seus anúncios categóricos. Tempos atrás, anunciou que se retiraria da Comunidade Andina de Nações e se retirou. Disse que desejava se filiar ao Mercosul e se apresentou para ser membro. Agora promete sair; não há por que não acreditar."

Tanto para Tokatlian quanto para Coutinho havia empenho real de Mercosul e Venezuela para que a adesão funcionasse. "Mas todos estão mais descontentes. Ninguém está obtendo o que buscava", diz Tokatlian. "Chávez cometeu um erro de cálculo, pensou que teria vantagens econômicas, tarifas melhores [que não prejudicassem sua indústria]", diz Coutinho.

É para obter essas vantagens que Chávez blefa e dá ultimato, sustenta o argentino Jorge Arias, pesquisador do portal argentino Polilat.com: "Chávez gosta de jogar com a iniciativa do seu lado. O Parlamento brasileiro lhe dá a chance de pôr um preço no seu ingresso ao Mercosul: "Me querem, então têm que pagar um custo".

Lula entrega o acordo de Doha a Deus – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007

Após fiasco das negociações na Alemanha, presidente diz, em Portugal, que ainda crê na conquista de melhores condições de vida

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, deixou Deus de lado e culpou os seres humanos pelo impasse sobre Doha

O inoxidável otimismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre um iminente acordo na Rodada Doha parece ter sido abalado, embora ele diga o contrário, pelo recente fiasco da reunião do G4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia), destinada exatamente a dar um empurrão decisivo às negociações.

Ontem, em discurso a empresários europeus e brasileiros, Lula entregou a Deus a possibilidade de um acordo:

"Que Deus nos ajude a fazer um acordo".

Em tom místico, o presidente lembrou aos empresários que é cristão e lhes disse que levanta todos os dias "acreditando em Deus que vamos conquistar melhores condições de vida" (no que, para ele, a conclusão da Rodada Doha ajudará).

Muito mais terrenal, o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, preferiu deixar Deus de lado numa história que envolve nada místicos US\$ 9 trilhões (total do comércio mundial de bens) e culpar seres humanos pelo impasse até agora na Rodada: "Quem fez ao presidente Lula o relato sobre a proposta agrícola européia [na reunião do G4] lhe mostrou o script de cabeça para baixo", ironizou Mandelson.

Nem precisou dizer o nome de quem "mostrou o script" para Lula: foi o chanceler Celso Amorim, com quem Mandelson tem freqüentes colisões verbais. Ontem, a portas fechadas, a colisão repetiu-se, mas em torno de números, sem agressões

como as que ocorreram depois que fracassou o encontro do G4, há 15 dias, na cidade alemã de Potsdam.

Amorim repassou durante a 1ª Cúpula Brasil/União Européia ("cimeira", como preferem os portugueses) os números sobre o efeito da redução nas tarifas brasileiras de bens industriais, a demanda européia rejeitada em Potsdam.

Antes, Mandelson havia dito aos jornalistas que encontrara no setor privado brasileiro, durante sua palestra para a cúpula empresarial, muito mais flexibilidade do que nos negociadores oficiais. A Folha pediu exemplos, mas o comissário remeteu-a aos empresários brasileiros.

Armando de Queiroz Monteiro Neto, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), e, como tal, o de mais alto calibre presente ao encontro, confirmou a disposição para a flexibilidade, mas desmentiu que ela tivesse o tamanho desejado pelos europeus. "Não definimos o grau da abertura que estamos dispostos a aceitar nem em que áreas, até porque o setor tem situações muito heterogêneas", disse o presidente da CNI. Na assessoria técnica da central empresarial, os números desmentem qualquer flexibilidade próxima à desejada por Mandelson (e certamente foram os números que Amorim mencionou a portas fechadas).

Se o Brasil aceitasse algo próximo do que a UE quer, a tarifa média cairia de 31% para 11,74%; a máxima baixaria de 35% para 12,78%. Dos 8.800 itens que compõem a estrutura tarifária registrada na Organização Mundial do Comércio, 4.957 sofreriam redução nas tarifas.

"É brutal", resume Soraya Rosar, gerente-executiva da Unidade de Negociações Internacionais da CNI.

"Algo está errado"

A discrepância tão brutal nos números permitiu a Lula, durante a entrevista coletiva de encerramento da "cimeira", produzir uma simplificação ("óbvio ululante", segundo ele próprio), mas que acaba sendo um resumo adequado do estado das negociações: "Se os números [apresentados no G4] fossem satisfatórios para todos os lados, teria havido acordo. Se não houve é porque algo está errado".

O presidente contou que, nos seus contatos com líderes mundiais, tem sempre cobrado a conclusão do acordo, inclusive lembrando que seus mandatos estavam por terminar (casos de Tony Blair e de Jacques Chirac) ou terminariam no ano que vem (George W. Bush, que, na verdade, só sai em 2009).

Concluiu: "Tenho mais três anos e meio de mandato e não quero sair sem concluir o acordo de Doha. Se não fizermos o acordo vamos amargar insatisfações que vão fazer com que nos arrependamos de não termos sido generosos com os países mais pobres". Talvez pela pregação intensa e algo mística de Lula, o fato é que tanto Durão Barroso, o

presidente da Comissão Europeia, como José Sócrates, o primeiro-ministro português, fizeram questão de deixar claro que a UE não desistiu de Doha, uma negociação que começou há seis anos, na capital do Qatar, e pouco avançou desde então.

Sócrates chegou ao exagero de afirmar, na coletiva, que a cúpula Brasil/União Europeia servira para "relançar as negociações", embora ele próprio -e todos os demais participantes- tenham enfatizado que cúpulas não são reuniões negociadoras.

Acabou sobrando para Mandelson, o estraga-prazer, pôr uma pitada de realismo na festa da "cimeira", ao lembrar aos empresários, em seu discurso, que a União Europeia só irá, em matéria agrícola, até o limite autorizado pelo mandato conferido pelos Estados-membros, "sem impor um esforço insuportável aos agricultores europeus".

Ou seja, nada além do que o Brasil rejeitara em Potsdam.

'Se não quiser ficar, não fica', diz Lula sobre o ultimato de Chávez - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva respondeu ontem ao ultimato dado pelo presidente Hugo Chávez para que o Congresso brasileiro - e também o do Paraguai - aprove a entrada da Venezuela no Mercosul em três meses. Caso isso não ocorra, o país desistiria de se tornar sócio do bloco. "Para entrar tem que ter a aceitação dos quatro membros do Mercosul. Agora, para sair não tem regra, se não quiser ficar, não fica", disse o presidente brasileiro.

Lula lembrou que foi ele quem tomou a iniciativa de propor aos "companheiros do Mercosul" a entrada do "companheiro" Chávez no Mercosul, e que tinha pensado em conversar com ele na cúpula do bloco, semana passada, no Paraguai, para saber "o que está acontecendo", mas Chavez tinha "compromisso no exterior". Depois, o tom de Lula foi amaciado com declarações de amizade a Chávez.

Enquanto deflagrava a parceria estratégica com a UE, Lula qualificou de "extraordinária" a "parceria" com a Venezuela, destacando a construção do gasoduto que atravessará a América do Sul. "Além de chefes de Estado, somos amigos, não faltará prosa boa para saber com Chávez o que está acontecendo."

Por sua vez, o presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso, e o primeiro-ministro português José Sócrates, num encontro com Lula, mostraram claramente suas reservas a gestos que partem do governo venezuelano, que disseram estar em falta de sintonia com o resto da América do Sul.

O presidente da Comissão Europeia disse que compete a América Latina fazer as integrações que desejar, mas reafirmou as críticas ao governo Chávez pela restrição à liberdade de expressão com o fechamento de uma emissora de televisão, ato que também provocou um confronto entre o Congresso brasileiro e o presidente venezuelano.

No Brasil, o embaixador venezuelano, Julio García Montoya, explicou ontem a membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara que a intenção de Chávez não foi de dar um ultimato, mas sim de demonstrar interesse em entrar para o bloco no menor espaço de tempo possível. Montoya, porém, foi alertado de que as declarações de Chávez acabaram criando mal-estar, tanto na Câmara como no Senado. "Isso é algo que nos

preocupa", afirmou o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), presidente da comissão e autor do convite a Montoya para conversar com os parlamentares.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, "as relações econômicas e comerciais entre Brasil e Venezuela vêm apresentando um crescimento expressivo e são importantes para os empresários brasileiros", disse ontem, por meio de sua assessoria, por telefone. "Isso ocorreu sem que a Venezuela fosse parte do Mercosul e poderá continuar independentemente do destino que o processo de adesão tenha." Monteiro está em Lisboa participando de reunião com empresários.

Monteiro Neto indicou que o ingresso efetivo da Venezuela no Mercosul "pode contribuir para criar novas oportunidades", mas lembrou que, para ser aceito, o governo de Chávez "deve cumprir os compromissos exigidos" pelo bloco, como a liberalização do comércio entre as zonas e a adoção da TEC. "É preciso que a forma de implementação desses compromissos esteja definida antes da aprovação da adesão da Venezuela pelo Congresso Nacional", disse Monteiro Neto.

O ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, disse que o Brasil não aceitará o ultimato dado por Chávez. Ele repetiu o que havia dito a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) na terça-feira, o que, na sua opinião, foi "muito bom". "Ninguém marca prazo para país nenhum tomar decisão. Nem nós marcamos para os outros, nem aceitamos que os outros marquem para nós por mais amigos que sejamos."

Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, diz que o episódio não pode afetar a análise que será feita sobre o pedido. "A Venezuela merece mais respeito do que um fato isolado, que envolve um presidente eventual", disse. Para ele, os venezuelanos são parceiros históricos. **(Com agências noticiosas)**

Diplomata defende bloco sul-americano - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007

Apesar das diferenças com os países vizinhos, Brasil e Argentina devem engajar-se na formação de um bloco sul-americano, para "poder participar de forma mais eficiente no processo político e econômico de embate entre os grandes blocos de países", defendeu o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, em seminário sobre o diálogo entre os dois países, promovido em Buenos Aires.

Na véspera da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Portugal, para celebrar uma "aliança estratégica" com a União Européia, Pinheiro Guimarães, na Argentina, criticou severamente as intenções dos países ricos, como os europeus, nas negociações de comércio.

Os países "do centro" negociam para manter os privilégios de suas populações, que estão mingüando em regiões como a Europa, e só querem livre comércio para mercadorias e serviços, que interessam as suas empresas de atuação global, argumentou o diplomata, que ocupa o segundo posto na hierarquia do Itamaraty. "Abertura de mercado para bens e capitais, sob uma ideologia de livre comércio, mas não para os bens agrícolas, não para a mão-de-obra, e não para a tecnologia", disse Pinheiro Guimarães. "Para essas três coisas, não há livre mercado, só há livre mercado para o que interessa ao centro do sistema."

Ele acusou os países ricos de usarem razões "ideológicas" para recusar a liberação de bens agrícolas, migração de mão-de-obra e tecnologias. "Alegam a segurança, a beleza

do meio ambiente, que não se pode perturbar o setor agrícola da Europa, 'la Provence' (região rural francesa)...", ironizou. "Em breve, teremos a desculpa da segurança energética."

Para Pinheiro Guimarães, que falou na 2ª Jornada de Diálogo Brasil-Argentina, promovida pela Universidade Federal Fluminense, Universidad Tres de Febrero e a Universidad de Rosario, os países da América do Sul vivem um dilema, de como garantir o desenvolvimento em um contexto de crescente concentração de poder, de concorrência com a China por mercados e investimentos, de desenvolvimento tecnológico acelerado e de "financeirização" do sistema econômico mundial. Os ativos financeiros globais valem, hoje, três vezes o total da produção real dos países, comparou.

"Não queremos integração apenas porque é boa a liberação das travas, porque nos agrada o livre comércio ou formar um bloco, isso não é suficiente", disse o número dois do Itamaraty. Os países menores, por diversas razões, são atraídos para os blocos formados pelos mais desenvolvidos. "A América do Sul deve fazer parte de um desses blocos que surgem, ou armar seu próprio bloco, para defender melhor seus interesses de todo tipo, ambientais, comerciais, militares, relativos à migração, nesse processo de negociação de normas internacionais?", perguntou.

Ele criticou as políticas de segurança dos países ricos, por desrespeitarem princípios internacionais de não-intervenção e respeito à autonomia dos países. "Por outro lado, querem o desarmamento dos desarmados, enquanto se mantém o poder militar dos que o têm, e muito." Para o diplomata, Brasil e Argentina devem recusar-se a incorporar-se aos grandes blocos e promover a aproximação dos países sul-americanos.

Ele não comentou os recentes conflitos verbais entre o Brasil e os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales. À saída do seminário, não quis falar sobre as críticas severas de Chávez ao Mercosul e as ameaças do venezuelano de retirar o pedido de entrada no bloco. Segundo um graduado diplomata, os recentes gestos do venezuelano consolidaram, em todos os governos do Mercosul, a decisão de só aceitar a entrada da Venezuela após o compromisso firme de Chávez em abrir o mercado aos futuros sócios e adotar a Tarifa Externa Comum.

Pinheiro Guimarães preferiu criticar, em sua palestra, veladamente, sem citar nomes, países como o Chile, que têm se associado às nações desenvolvidas nas negociações internacionais de comércio.

Lula apela a Deus para acordo – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007

"Que Deus nos ajude a fechar um acordo." O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esqueceu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e agora está recorrendo até a Deus para concluir a Rodada Doha "ainda em seu mandato", acrescentando que tem três anos e meio pela frente.

Ele repetiu que o Brasil tem flexibilidade, dependendo do que ganhar em agricultura. "Sou homem esperançoso. Falam de fiasco. Nem sempre os acordos são fáceis. Às vezes um acordo que parece impossível num ano pode ser possível no ano seguinte." E comparou a rodada ao casamento, em que a união é feita porque os noivos acham que vão ganhar alguma coisa. Para Lula, a decisão agora é política.

O primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, na presidência rotativa da União Européia, esbanjou otimismo. "Não restam dúvidas, esta cimeira relançou essas negociações do lado dos dois, estamos muito próximos, vale a pena apostar na negociação."

Mandelson repetiu que não tinha entendido as declarações de Lula do começo da semana, dizendo que alguém mostrou a proposta agrícola européia para ele "de cabeça para baixo". Depois de ter ouvido discurso de Lula, disse então: "Agora entendi." (AM)

Lula esbanja otimismo, mas Amorim o contradiz sobre avanço na Rodada Doha –

Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esbanjou tanto otimismo na Europa - sobre a Rodada Doha, sobre seu governo, sobre a economia brasileira - que os deslizos foram inevitáveis. Sobre a negociação global do comércio, Lula disse ter saído convencido depois de dois dias na Europa, de que o acordo está próximo. Indagado sobre se havia algum avanço na negociação, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, retrucou: "O presidente tem uma grande intuição política, talvez tenha percebido algo que nós que estamos no dia a dia não percebemos."

Quando perguntado se Silas Rondeau voltará ao Ministério das Minas e Energia, como se especulou no Brasil, disse que não sabia de nada, mas que iria descobrir "quem é o poderoso chefe" que fala de mudanças no ministério em sua ausência. Depois, anunciou que a primeira Parceria Público-Privada (PPP) será para o trem-bala entre Rio e São Paulo. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, o corrigiu mais tarde: a primeira PPP será de uma rodovia.

Indagado sobre estudos que prevêem aumento dos preços de alimentos devido a produção de etanol, Lula respondeu perguntando se estudaram também a alta de preços dos alimentos quando o barril de petróleo pulou de US\$ 28 para US\$ 70.

Mais tarde, diante de empresários europeus, o presidente disse ter aprendido uma lição importante: falar de miséria não atrai investimentos. E soltou cifras diferentes das do dia anterior: as reservas internacionais, de US\$ 146 bilhões na quarta-feira, foram arredondadas para US\$ 150 bilhões, o total das exportações brasileiras para a Europa, que eram de 25% no dia anterior, agora eram de 22%.

O que não variou foi seu veredito sobre seu governo. Considera que é o melhor da história da República, comentando que procuraram compará-lo com "um presidente de 1902, quando o Brasil só vendia café e mandava lavar roupa em Paris". E, na frente de empresários italianos, adentrou pelos séculos até fazer uma pausa em 1875, quando "os italianos chegaram e, pior, ficaram todos", provocando gargalhadas no público. (AM)

Especialistas querem relações diversificadas com América do Sul - Raquel Landim –
Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007

As políticas brasileiras para a América do Sul são inadequadas para a atual sofisticação e diversidade das relações do país com seus vizinhos. Além da redução das tarifas de importação, a integração do continente deve contemplar temas como investimentos, energia, infra-estrutura e narcotráfico. Para isso, serão necessários mecanismos distintos dos criados na década de 90, quando surgiu o Mercosul.

Essas são as principais conclusões de uma força-tarefa intitulada "O Brasil na América do Sul" e formada por acadêmicos, consultores e executivos de empresas para discutir o tema. A iniciativa foi promovida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e pelo Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) e financiada pela Agência Suíça para a Cooperação ao Desenvolvimento.

Segundo Sandra Rios, diretora do Cindes e uma das coordenadoras da força-tarefa, houve um razoável consenso entre os 22 membros em relação ao "diagnóstico" das relações entre Brasil e América do Sul. Para o grupo, houve um "adensamento" na agenda de temas entre os países da região.

A América do Sul absorve hoje 20% das exportações brasileiras e é um destino importante para as manufaturas. Os investimentos de empresas brasileiras nesses países aumentaram nos últimos anos. Os fluxos migratórios intra-regionais também estão se expandindo rapidamente. No entanto, é evidente para o grupo a pouca atenção que a sociedade brasileira dá ao tema da integração com os vizinhos.

Na hora de estabelecer qual seria a melhor estratégia do Brasil para a América do Sul, o grupo se dividiu. Uma parcela apóia uma integração "multifacetada" e acredita que a relação do Brasil com esses países é excessivamente comercial e que seria necessário incorporar um componente desenvolvimentista e temas sociais. Esses especialistas também defendem a implementação de mecanismos compensatórios para as assimetrias entre os países da região.

Outra fatia do grupo prefere uma integração "seletiva" com a América do Sul. Esses participantes reconhecem a existência de variados interesses na região, mas defendem que é preciso selecionar temas em que a dimensão regional seja importante para as agendas nacional. Eles citam como exemplo comércio, investimentos, energia e infra-estrutura. Para essa parcela do grupo, a parceria do Brasil com a região não é inevitável e o principal objetivo do país deve ser a integração com a economia mundial, o que balizaria sua política regional.

A força-tarefa de acadêmicos, consultores e empresários acabou refletindo o debate interno que existe no país hoje sobre política externa, embora essa não tenha sido sua intenção inicial. Enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, comprometido com a base de esquerda e os movimentos sociais, dá prioridade à América do Sul, o empresariado nacional está preocupado com a inserção econômica do Brasil.

Apesar dessa divisão no grupo, a força-tarefa conseguiu chegar a recomendações comuns, que servem para qualquer estratégia. Com o aumento do número de temas na agenda, sejam econômicos ou sociais, o modelo de cooperação dos anos 90, fundamentado apenas em acordos de redução de tarifas, não é mais suficiente. A integração comercial ainda é importante, porque o tamanho do mercado interno é o principal ativo que o Brasil pode oferecer aos seus parceiros, mas o desenvolvimento da infra-estrutura e o estabelecimento de disciplinas comuns que estimulem os investimentos já são essenciais.

No fim de agosto, o grupo apresentará os resultados do seu trabalho em um seminário no Rio de Janeiro, que contará com especialistas de outros países da região. Segundo Sandra Rios, o objetivo é ouvir os demais países da região para conseguir aprofundar a discussão.

Os impasses do G-8 e o Brasil - Alexandre de F. Barbosa – Valor Econômico – Opinião - 06/07/2007

A recente reunião do G-8, realizada na Alemanha, não trouxe novidades. O tema da regulação financeira foi descartado, como sempre, por EUA e Inglaterra. Os desequilíbrios econômicos globais também saíram da agenda, já que ninguém quer falar de crise quando se vive em cenário de expansão. Frases proclamando o combate à pobreza foram lançadas ao vento, mas sem que se deixasse de fazer as ressalvas de sempre: respeito à propriedade intelectual e combate à corrupção nos países pobres. Sobre meio ambiente, os EUA aparentemente apresentaram uma postura menos unilateral. Preocupadas com a artilharia verbal de Putin, as potências ocidentais preferiram ser menos assertivas em relação aos cinco "primos pobres": África do Sul, Brasil, China, Índia e México.

Voltemos um pouco no tempo para que possamos entender o que está em jogo. Em 1976, o G-7 foi criado como clube informal das nações desenvolvidas, para que pudessem "combinar o jogo" em assuntos tais como crise do petróleo, taxas de juros e oscilações cambiais. A China não havia iniciado a sua abertura, a Rússia ainda era socialista, os tigres asiáticos apenas engatinhavam e os países latino-americanos cresciam voltados para os seus mercados internos. Em 1988, sem se acabar com o G-7 econômico, surgiu o G-8, com a inclusão da Rússia para que fossem tratadas questões geopolíticas.

Nos últimos 30 anos, muita coisa mudou. A China "capitalista" responde por boa parte do déficit externo americano, enquanto os países emergentes recebem investimentos externos mais expressivos e se posicionam de forma competitiva no comércio de bens e serviços. Alguns números revelam a transformação da economia mundial: 89% da população, 2/3 das reservas internacionais e 50% da produção mundial hoje se encontram nos países do mundo em desenvolvimento.

Não obstante, a superestrutura política internacional, especialmente nos temas econômicos, tem ficado cada vez mais obsoleta. O FMI não consegue emprestar para quase ninguém - optando por mudanças cosméticas no número de quotas para alguns países - enquanto o Banco Mundial vivencia uma crise de credibilidade e a OMC não consegue deslanchar uma rodada do desenvolvimento que seja digna deste nome.

Algumas vozes dissonantes - como a dos economistas Joseph Stiglitz e Stephany Griffith Jones - têm questionado a assimetria existente entre a nova estrutura socioeconômica e este sistema de poder obsoleto. No seu entender, o G-8 deveria dar lugar a um G-N ampliado, onde participariam as novas potências emergentes, alguns países mais pobres e representantes de blocos regionais. Este novo fórum deveria ser utilizado para impulsionar reformas nas organizações multilaterais, estabelecendo uma governança global mais legítima.

Qual a chance desta nova organização emergir? E, neste caso, deveria o Brasil cumprir um papel ativo na sua construção? As questões estão obviamente interligadas.

Um novo fórum deveria ser utilizado para impulsionar reformas nas organizações multilaterais, criando uma governança global legítima

Ora, os países do G-7/G-8 acreditam que podem gerir os problemas econômicos e ambientais mundiais, preservando os seus interesses e de suas empresas, e deixando os demais de lado. Preferem tocar o seu G adiante, com algumas pequenas mudanças no cardápio. Na sua visão, o clube informal não pode ser expandido, pois existe uma comunidade de valores: democracia, direitos humanos e etcétera e tal. Os países não-brancos seriam naturalmente avessos a tais sentimentos nobres.

Para compensar esta descortesia, convida-se uma elite de cinco países para participar do último dia do banquete. Trata-se, enfim, de uma tentativa de cooptação sem reforma. Duas declarações diferentes inclusive foram produzidas, quando os convivas já estavam empanturrados.

Como o governo brasileiro tem reagido a este movimento do G-7/G-8? De um lado, o presidente Lula - tal como o seu antecessor - adora posar na foto com os grandes líderes mundiais e isto lhe aumenta a credibilidade internamente e, até junto a parte da esquerda, que vê no Brasil um líder global do questionamento ao poder dos ricos. Por outro lado, e diferentemente do seu antecessor, o governo Lula participa do banquete, mas se recusa a se colocar como subserviente ou parceiro de segunda classe das nações poderosas.

Não deixar de ser ingênuo acreditar que se possa ingressar num grupo fechado - e sufocado por séculos de arrogância imperialista - para transformar as suas premissas básicas e seu modo de funcionamento. O Brasil aceita o convite para o jantar, debate os temas propostos e se recusa a participar do "conluio" com os poderosos.

Em poucas palavras, a estratégia parece ser a de "manter-se fora, mas participando sempre que possível, para denunciar as injustiças da ordem internacional". A mesma atitude tem prevalecido na posição brasileira acerca da adesão à OCDE. Neste caso, estamos juntos com China, Índia, Rússia e África do Sul.

É possível dar um passo adiante? Isto exigiria supor uma coerência de propósitos e convicções entre estas novas potências em desenvolvimento, que não existe na prática. O que há são alianças informais entre estas nações e de cada uma delas com seus blocos regionais, sem menosprezo de suas relações bilaterais com os países desenvolvidos. Neste emaranhado de acordos de geometria variável, entrecruzam-se, de um lado, uma ordem internacional que insiste em não morrer e, de outro, aquelas nações que almejam uma posição privilegiada na nova ordem que está por emergir.

Qualquer estratégia de política externa, neste contexto, deve apostar em múltiplas e complexas alianças, que mudam de acordo com os temas, fazendo com que alguns de nossos companheiros de ontem se tornem adversários amanhã. É, ao que parece, a opção brasileira. Trata-se de uma estratégia acertada, ainda que sujeita a chuvas e trovoadas, já que nossos parceiros e adversários muitas vezes não se comportam da forma esperada. O problema básico é que entrar neste jogo pesado, com juro alto, câmbio baixo, mercado interno acanhado, baixo investimento em inovação e Estado Nacional sem poder de planejamento e regulação, enfraquece o nosso poder de fogo.

Alexandre de Freitas Barbosa é doutor em economia aplicada pela Unicamp e participou nos dias 6 e 7 de junho, em Berlim, do seminário "Global Economic Imbalances, a Need for Global Governance beyond the G-8?", organizado pela FES - entidade de cooperação alemã.

Brasil faz reunião para tentar manter unidos os países pobres e emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007

Para chanceler Celso Amorim, divisão levará ao fracasso da ‘Rodada do Desenvolvimento’

Temendo um racha do mundo em desenvolvimento, o chanceler Celso Amorim apela aos governos para a “unidade e mobilização” dos países emergentes nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) para fazer frente às pressões dos países ricos. O ministro esteve reunido ontem na sede da entidade com as economias mais pobres do mundo e alertou os embaixadores para a necessidade de que os governos continuem engajados no processo para que a Rodada Doha não seja “derrubada”.

O encontro foi organizado entre o Itamaraty e o G-90, grupo de países africanos, asiáticos e alguns latino-americanos que estão entre as economias mais vulneráveis. Amorim deixou claro que, em sua opinião, a mobilização significa “ter certeza de que não há um jogo” para dividir o mundo em desenvolvimento. “Temos de continuar dialogando entre nós e não aumentar a importância das diferenças de posições, que são menores do que temos em comum. Caso contrário, não teremos uma Rodada do Desenvolvimento”, afirmou.

Para o chanceler, se os países em desenvolvimento de fato querem uma Rodada favorável a seus interesses, precisam “manter a mobilização e a pressão política”. “O diálogo não é apenas com os países em desenvolvimento, mas também com a opinião pública e a consciência do mundo”, disse.

A Rodada Doha, que já passava por sérias dificuldades, entrou em crise depois que o G-4 (Brasil, Índia, Estados Unidos e Europa) não chegaram a um acordo em Potsdam, no mês passado. Os países em desenvolvimento vêm sofrendo de uma tentação de se dividir nessa fase do processo, o que a diplomacia brasileira quer evitar.

Nas últimas semanas, a OMC vem observando iniciativas e fatos que estão sendo considerados perigosos para a suposta unidade dos países em desenvolvimento. A principal delas foi a decisão de um grupo de economias emergentes, como Chile e México, de apresentar uma nova proposta de cortes de tarifas de importação de bens industriais que vai além do que países como Argentina, África do Sul, Brasil e Venezuela aceitariam.

Além disso, o G-20 (grupo de países emergentes) nem sequer conseguiu chegar a um acordo para assinar uma declaração de apoio à posição do Brasil na reunião de Potsdam.

Para completar, o governo americano vem “flertando” com alguns países emergentes para que adotem posições mais próximas às da Casa Branca. Não por acaso, um diplomata caribenho interpretou a iniciativa de Amorim de reunir os países pobres como uma tentativa de evitar que haja uma divisão ainda maior no grupo de países em desenvolvimento.

“Ele queria deixar claro que estará sempre do lado dos países em desenvolvimento”, afirmou o negociador. Questionado por jornalistas se seu apelo por uma unidade foi

atendido, Amorim respondeu que acreditava que “todos estavam na mesma onda”. Mas reconheceu: “Não pedi um voto.”

Embaixadores africanos que participaram da reunião afirmaram que sentiram que Amorim está preocupado que a falta de reuniões e engajamento de ministros nessa fase do processo leve à morte da Rodada, ou um adiamento até 2009. Um diplomata afirmou que o temor era em relação à falta de engajamento dos países ricos, que hesitam em abrir seus mercados agrícolas. No caso dos EUA, a Casa Branca nem sequer tem autorização do seu Congresso para continuar negociando.

Há dois dias, a OMC enviou uma carta aos governos explicando que o processo negociador será retomado apenas a partir do dia 16 de julho, quando mediadores das negociações agrícolas e de produtos industriais apresentarão o que acreditam ser um acordo final.

Os países, então, debaterão os textos até o fim de julho e, em agosto, interromperão seus trabalhos por causa das férias de verão na Europa, sem que haja ao menos uma reunião ministerial. Para Amorim, a responsabilidade por um avanço é também dos países em desenvolvimento. “A tarefa para que haja um progresso também é nossa”, disse ele, que defende a realização de algum tipo de reunião entre um certo número de países. Sua idéia, porém, é de que o encontro não seja apenas entre os membros do G-4. “Quanto mais amplo, melhor”, disse.

Apesar do apelo de Amorim, muitos duvidam que o processo possa estar concluído até o fim do ano, como previsto. “Com quatro meses faltando para concluir o ano, poucos acreditam que a Rodada ainda pode ser fechado até dezembro”, afirmou um embaixador latino-americano. “O acordo não será feito em 2007. Mas o mundo pode ficar tranqüilo que um dia concluiremos isso tudo”, disse um diplomata de Zâmbia.

Doha deve ser solidária com pobres, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2007

DA FOLHA ONLINE - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a posição do Brasil nas negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) e disse que o país quer que a Rodada Doha inclua "uma ação solidária, quase humanitária", voltada para as nações mais pobres do mundo. Em entrevista transmitida ontem pelo canal de televisão francês France 24, Lula disse que o que falta nas discussões da OMC não é um acordo para beneficiar os Estados Unidos, a União Européia ou países emergentes como Brasil, China e Índia. Segundo o presidente, o que falta é "um acordo que possa privilegiar os países mais pobres do mundo". "Não é possível, em pleno século 21, continuar com um padrão de consumo enorme no mundo desenvolvido e haver milhões e milhões de pessoas que morram de fome nos países em desenvolvimento e nos mais pobres."

O presidente também disse que não há crise no Mercosul gerada pela polêmica em torno da entrada da Venezuela.

Lula defende uma 'ação humanitária' na OMC – Deborah Berlinck - O Globo – Economia – 07/07/2007

Em reunião do G-90, Amorim faz apelo por mobilização de países em desenvolvimento para fechar acordo de Doha

PARIS e GENEBRA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a postura do Brasil nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e afirmou que o país pede que a Rodada de Doha inclua “uma ação solidária, quase humanitária” voltada aos mais pobres. Em entrevista ao canal de notícias France 24, da televisão francesa, defendeu que um acordo sobre Doha não deve beneficiar os Estados Unidos, a União Européia (UE) ou mesmo emergentes como China, Índia e Brasil.

— Precisamos de um acordo que privilegie os países mais pobres do mundo. Não podemos, em pleno século XXI, ter um padrão de consumo elevado no mundo desenvolvido enquanto milhões de pessoas morrem de fome nos países pobres — afirmou Lula.

Ele ressaltou que o impasse com EUA e UE em Doha diz respeito “aos valores” em que as partes estão dispostas a ceder.

— Exigimos que os americanos reduzam os subsídios aos agricultores de US\$ 17 bilhões para US\$ 12 bilhões, e que a UE abra seu mercado agrícola aos países em desenvolvimento.

‘Se não negociarmos, fracasso é certo’, diz chanceler Lula afirmou que não há desacordo dentro do G-20 (grupo de países em desenvolvimento), que busca maior flexibilidade na abertura dos mercados agrícolas e considera a proposta européia insuficiente: — (A UE) Pede-nos muito em relação ao que está concedendo — afirmou. — Mas sou otimista, acredito na negociação.

Em Genebra, onde se reuniu com membros do G-90 (que inclui os países mais pobres do mundo), o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez um apelo para que os pobres se mobilizem e não se deixem dividir por intrigas.

— Os países em desenvolvimento precisam se mobilizar e, unidos, discutir as nuances — disse Amorim. — Se não negociarmos, é certo que teremos um fracasso. Mas, se negociarmos, podemos fracassar ou ter sucesso.

Apesar de muitos países duvidarem que a rodada possa ser concluída este ano, Amorim afirmou que o Brasil ainda acredita ser possível um acordo.

Ele ressaltou que a decisão, agora, é política: — Queremos uma verdadeira rodada de desenvolvimento.

Ainda não chegamos lá, mas temos de manter a mobilização e a pressão política.

Nestlé: biocombustíveis elevarão preços de alimentos

Em Paris, Lula também falou sobre biocombustíveis. Rebatendo as críticas européias de que o cultivo de cana-de-açúcar levaria ao desmatamento e até ameaçaria a Amazônia, ele voltou a afirmar que a região não se presta ao cultivo da planta, que ocupa apenas 1% das terras agricultáveis.

O presidente ressaltou que a produção de biocombustíveis vai beneficiar os países pobres, pois tanto a cana como os grãos usados no biodiesel podem ser cultivados na América Latina e na África. E disse não acreditar que os biocombustíveis elevariam os preços dos alimentos.

Essa, porém, não é a opinião do presidente da Nestlé, Peter Braberk. Em entrevista ao “Financial Times”, ele alertou para um “significativo e duradouro” período de alta nos preços dos alimentos, devido à demanda de China e Índia e à produção de biocombustíveis. (Com Deborah Berlinck, correspondente).

Depois das bravatas, diplomacia de Chávez encara seus limites - Ruth Costas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007

Presidente venezuelano está descobrindo as dificuldades de conciliar radicalismo interno e ação global ampla

Depois de meses agindo como o suposto líder de uma iminente e arrebatadora revolução socialista latino-americana, Hugo Chávez não tem muitos motivos para comemorar. O presidente venezuelano foi mal recebido, quase ignorado, em sua passagem pela Rússia, no fim de junho, e pelo Irã, há uma semana; ouviu uma resposta desdenhosa do presidente brasileiro ao ameaçar retirar seu pedido de adesão ao Mercosul, na quarta-feira; e foi acusado de ingerência pelo governo peruano.

'Chávez tem investido pesado para ampliar sua influência na América Latina e se consolidar como um ator de relevância global', disse ao Estado o cientista político venezuelano Carlos Romero, autor do livro *Brincando com o Globo: a Política Externa de Hugo Chávez*. 'Agora, ele está sendo obrigado a enxergar os limites de sua política externa e do projeto para exportar o movimento bolivariano.'

Uma diplomacia enérgica e engajada não é novidade na história dos governos venezuelanos. A política externa de Chávez, porém, tem algumas particularidades que a levaram ao centro do debate político da região. Uma das mais acentuadas, explicam os analistas, é justamente essa noção messiânica de que a Venezuela deve liderar a luta 'antiimperialista' e ser o motor de uma nova revolução.

'Chávez acha que pode reviver a Guerra Fria e fazer a Venezuela representar para os EUA a 'encrenca' que foi Cuba nos anos 60', diz Romero. 'Ele obteve uma prova de que isso não é possível quando o líder russo, Vladimir Putin, lhe dedicou pouquíssimo tempo em Moscou, antes de viajar para se encontrar com (George W.) Bush.'

A repercussão da visita à Rússia e ao Irã, em muitos aspectos, ficou aquém do que o Chávez esperava. 'Chávez? Que Chávez?', foi a resposta de um segurança na sede do governo iraniano ao ser questionado pelo Estado sobre o local onde o presidente Mahmud Ahmadinejad receberia o venezuelano. Chávez discutiu a compra de equipamentos militares com os russos e cooperação econômica com o Irã, mas os temas políticos foram evitados pelos anfitriões. Na Rússia, ele ainda engoliu uma desfeita dos deputados governistas, que se recusaram a recebê-lo na tribuna do Parlamento.

Coincidência ou não, uma polêmica sobre a entrada no Mercosul surgiu no momento certo para ofuscar a decepção do outro lado do mundo. Na terça-feira, Chávez deu um prazo de três meses para que os Parlamentos brasileiro e paraguaio aprovassem a adesão da Venezuela ao bloco. A resposta que ouviu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, está longe da que poderia esperar de um governo que já lhe ajudou a enterrar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), impulsionada pelos EUA: 'Se não quiser ficar, não fica', afirmou Lula.

'Chávez decidiu entrar no Mercosul sem nem consultar os empresários venezuelanos porque acreditava que o bloco seria uma boa plataforma política para difundir seu projeto bolivariano', disse ao Estado José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). 'Agora, ele se deu conta de que um 'novo Mercosul' (sem valores capitalistas e concorrência) não seria possível e arranhou um modo de voltar atrás.'

PETRÓLEO

O peso da Venezuela nos contextos latino-americano e global deriva, em grande parte, de seus recursos petrolíferos. 'Foi essa riqueza que permitiu a Chávez comprar apoio e estender sua influência política pela América Latina', diz o historiador Alberto Garrido. O grau dessa influência, porém, varia bastante.

Na Bolívia e pequenas nações do Caribe onde os recursos venezuelanos podem fazer a diferença, o poder de Chávez é expressivo. Outros países, como a Argentina, usam recursos oferecidos pelo venezuelano (o presidente Néstor Kirchner vendeu mais de US\$ 5 bilhões em títulos da dívida de seu país para Chávez), mas nunca se entusiasmaram muito com seu projeto de 'integração bolivariana'. 'Chávez é um problema - mas a verdade é que, ao menos até agora, é um problema muito maior para os venezuelanos que para o restante do mundo', diz Botafogo.

A impulsividade do venezuelano e suas interferências em assuntos internos de outros países, porém, já começaram a incomodar até aqueles que tinham uma relação amigável com Caracas. 'A diplomacia de Chávez tem a sutileza de um elefante numa loja de cristais', disse ao Estado Fernando Luis Egaña, ex-ministro da Informação e professor da Universidade Metropolitana da Venezuela. 'Como ele não admite nem aquelas pequenas divergências, corriqueiras nas relações diplomáticas entre dois países, não é de estranhar que mesmo os aliados tendam a se afastar.'

No Brasil, além das críticas ao Mercosul, a perturbação está ligada à influência de Chávez na Bolívia - e especialmente a seu papel na nacionalização do setor de gás e petróleo desse país. A relação com a Venezuela também teria estremecido, segundo os analistas, pelo fato de o Brasil ter anunciado um projeto de cooperação com os EUA para impulsionar a produção de etanol, quando Chávez não só considera os americanos seus maiores inimigos, como tem no petróleo a base dos seus planos de integração regional.

Para Egaña, o fato de Chávez ter radicalizado seu discurso e ampliado as reformas internas para centralizar poder após assumir seu terceiro mandato, em janeiro, foi o que o obrigou a inaugurar um 'novo ciclo' em sua diplomacia. 'Muitos países passaram a criticar medidas

que consideram autoritárias - como o fechamento da televisão opositora RCTV - e Chávez se deu conta de que não é possível conciliar o radicalismo interno com uma atuação internacional ampla', diz o especialista.

AMEAÇAS

Egaña lembra que nos últimos meses Chávez já ameaçou tirar o país do Banco Mundial, da OEA e do FMI, além do Mercosul, e arranhou briga com vizinhos como Colômbia e Chile.

'Pouco a pouco, ele está sendo obrigado a limitar suas alianças a países que aceitam seu autoritarismo, como Cuba, Bolívia e Nicarágua - membros da Alternativa Bolivariana para as Américas ', afirma Egaña.

As relações diplomáticas com o México estão congeladas desde novembro de 2005, quando Chávez acusou o então presidente Vicente Fox de ser um 'cachorro do império', e as recentes ameaças de expropriar empresas mexicanas não ajudaram a melhorar o clima entre os dois países. Já os desentendimentos com o Peru têm como causa outra característica sui generis da atuação externa venezuelana: o fato de Chávez financiar e dar amparo ideológico para movimentos sociais e partidos de esquerda em diversos países latino-americanos (ler ao lado) - entre eles, os dirigentes do departamento peruano de Puno. O governo venezuelano chama a prática de 'diplomacia social'. O peruano prefere o termo 'ingerência em assuntos internos'.

'Nos últimos meses, os países que ainda tinham alguma dúvida se convenceram de que o autoritarismo de Chávez está passando dos limites', diz Fernando Gerbasi, ex-embaixador da Venezuela no Brasil e diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, na Universidad Metropolitana, em Caracas. 'O resultado disso é que Chávez está começando a passar por uma das mais graves crises internacionais de seu governo.'

Mercosul: a hora de nos livrarmos de Chávez - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007

Diante do ultimato de Hugo Chávez, que fixou prazo até setembro para aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul, o Senado tem tudo para rejeitar o acordo, corrigindo o erro da diplomacia de Lula, que poderia ter sido evitado caso tivesse olhado adequadamente o exemplo da União Européia. Nesta, a admissão de novos membros não se guia por ações políticas inconseqüentes ou sem observar regras de convergência.

Não faltam razões adicionais para o Senado livrar o Mercosul da presença nociva de Chávez. Afora ter tachado aquela Casa de “papagaio” dos EUA, ele insinuou que os senadores eram submissos. “Se não pudermos entrar porque a direita brasileira tem mais força do que a idéia de integração, nós nos retiramos do Mercosul.”

Além de afrontar a regra democrática do bloco, Chávez tem idéias contrárias às da sua criação. No seu giro pela Rússia e Irã, ele não deixou dúvidas. “Não estamos desesperados para entrar no Mercosul, porque nossa prioridade é construir nosso modelo de desenvolvimento.”

Qual é esse modelo de desenvolvimento? Não é claro o que significa “socialismo do século 21”, mas boa coisa não é. Parece mais uma reedição do velho populismo latino-americano, sob a liderança de um caudilho defensor de idéias desconexas. Tem tudo para resultar em desastre maior do que o do argentino Perón. Como disse com precisão o cientista político mexicano Jorge Castañeda, Chávez é “um Perón com petróleo”.

No Irã, Chávez declarou que seu interesse é por um “novo Mercosul” e não por um bloco marcado pelo “capitalismo e a concorrência feroz”. Se esse “Mercosul” não for viável, prometeu dedicar-se inteiramente à “Alternativa Bolivariana para os Povos da América (Alba)”. Do contrário, seria “perder tempo com reuniões e cúpulas que no final não chegam a nada”. Mais um motivo para recusar o acordo.

As idéias de Chávez são incompatíveis com as do Mercosul. A base institucional do bloco, o Tratado de Assunção, não prevê a adoção do socialismo. Embora não explicita, a opção foi pelo sistema capitalista (ou pela economia de mercado, que significa o mesmo), apesar das deformações derivadas do excessivo intervencionismo estatal, de sistemas tributários caóticos e de outras mazelas latino-americanas.

No sistema capitalista, a concorrência tem de ser mesmo feroz. Ela é parte essencial dos incentivos que impulsionam a inovação e a busca de eficiência, contribuindo para gerar ganhos de produtividade e daí para o crescimento e o bem-estar. A partir das leis antitruste americanas do fim do século 19, que coibiram o domínio dos mercados pelos barões da indústria, marcos regulatórios e leis de defesa da concorrência surgiram em toda parte para combater os efeitos negativos de monopólios, oligopólios e conluio entre empresas.

O desafio dos líderes do Mercosul não é promover uma guinada rumo ao socialismo autoritário de Chávez, mas consolidar com reformas o modelo de desenvolvimento fundado na economia orientada pelo mercado, que é essencial para ampliar a integração. Se Chávez professa um ideário distinto, não há como admitir a Venezuela no bloco. Nada indica que a recusa do Senado acarretasse um desastre para as exportações brasileiras.

Está provado, mais uma vez, que Lula continua com muita sorte. Chávez forneceu ao Senado os motivos para reparar o equívoco do apoio precipitado do Brasil e da Argentina ao ingresso da Venezuela no Mercosul, que pode tornar o bloco mais irrelevante. O ministro das Relações Exteriores, um dos arquitetos do acordo, ainda tentou trazer o fanfarrão para dentro dos conformes, mas não conseguiu. Sua esperança de que Chávez fornecesse uma “palavra simpática” ao Congresso brasileiro foi respondida com grosserias.

O Senado não precisa esperar que se esgote o prazo estabelecido por Chávez, ao fim do qual prometeu retirar-se “por dignidade”, já que considerou a demora uma falta de respeito. “Os Congressos do Brasil e do Paraguai não têm razão política nem moral para não aprovar nossa entrada.”

Livre da presença deletéria, o Mercosul poderá alcançar um acordo com a União Européia e, quem sabe, com os EUA, se os assessores de política externa de Lula abandonarem seu antiamericanismo. Chávez vetaria ambos. O mais provável, contudo, é que o governo lute em favor da aprovação do acordo, o que será uma pena.

***Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: mnobrega@tendencias.com.br)**

China cria plano e busca terras para produzir etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007

País teria de importar tecnologia brasileira, mas a idéia esbarra na necessidade de produzir alimentos

O governo chinês prepara o zoneamento agrícola de seu território a fim de produzir etanol e, desse modo, diversificar a fonte de energia. O principal conselheiro de Pequim para mudanças climáticas, Zou Li, confirmou o plano ao Estado e acrescentou que o país vai plantar cana e outros produtos que possam ser transformados em biocombustível. Para isso, segundo ele, os chineses terão de importar do Brasil as tecnologias de produção, além do próprio etanol.

Pequim está sob pressão da comunidade global para que adote medidas no sentido de frear as emissões de CO₂, que já seriam as maiores do planeta. Segundo a ONU, os países emergentes já emitem praticamente o mesmo volume de gases que causam mudanças climáticas que os países ricos.

Dados recentes das Nações Unidas (ONU) indicam que o aumento do consumo de energia na China nos últimos dez anos corresponde a todo o consumo anual da França. Por isso, segundo Zou Li, o etanol é, de fato, uma opção que o governo chinês leva em conta.

'Certamente, o etanol fará parte do rol dos combustíveis que vamos adotar nos próximos anos', disse Li, que é consultor e professor da Universidade Renmin.

DIFICULDADES

Mas a introdução do biocombustível na China não será fácil. ' Fizemos estudos e notamos que não podemos passar a produzir matéria-prima para combustível sem ver o seu impacto no fornecimento de alimentos. Com 1,3 bilhão de pessoas, nosso equilíbrio entre terras destinadas ao cultivo de alimentos e garantir que a fome não aumente é algo fundamental', disse.

Segundo o chinês, a falta de terras aráveis na China é um sério obstáculo para o etanol. 'Há muitos lugares onde não temos água suficiente e passar a produzir cana, por exemplo, seria

uma catástrofe para muitas cidades', disse. Dados do governo mostram que a China tem só 13% de terras aráveis, 40% menos que a média mundial por habitante.

Além disso, o país vem perdendo 8 milhões de hectares por ano e um sexto da área restante já está poluído. A perda vem ocorrendo especialmente por causa da expansão da urbanização, que invade áreas da agricultura. Não por acaso, as autoridades estão preocupadas com a introdução do etanol em grande escala em um país que precisa aumentar a produção de grãos em 20 milhões de toneladas até 2010 para garantir segurança alimentar de sua população.

Para solucionar esse problema, Li revela que um plano estratégico está sendo elaborado para determinar as terras e as cidades do etanol. 'Teremos, em breve, um plano que vai indicar exatamente onde poderemos e onde não poderemos produzir o etanol', disse.

O especialista ainda justifica a rejeição dos chineses em fixar o teto para emissões de gases, como querem os países ricos. 'Não temos informações científicas suficientes para tomar uma decisão como essa', afirmou. Segundo ele, os últimos dados são de 1994. 'Vimos que até os países ricos estão tendo problemas para limitar as emissões às metas', disse ele.

Para Pequim, metas impediriam o crescimento do país. 'A China está se desenvolvendo e quer dar melhores condições de vida à sua população. Isso significa que cada um deles vai consumir um volume maior de energia. Isso será natural', concluiu.

Merkel quer salvar Doha e telefona para Lula - Lisandra Paraguassú e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) terá mais uma chance na segunda-feira, em Genebra, quando os presidentes dos grupos negociadores dos capítulos agrícola e industrial/serviços apresentarão suas propostas de um acordo final.

A data de divulgação dos textos foi definida pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, que tomou as rédeas do processo depois do fracasso da tentativa de um pré-acordo entre União Européia, Estados Unidos, Brasil e Índia em Potsdam, na Alemanha, no mês passado.

Preocupada com o possível desinteresse do Brasil na rodada, a chanceler alemã, Angela Merkel, telefonou ontem para o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ambos acertaram um encontro entre o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e os negociadores europeus no fim de semana, na Europa, onde o brasileiro fará escala em sua viagem a caminho da Índia. Até a noite de ontem, a reunião não fora confirmada pelo Itamaraty.

Cautelosos, os negociadores brasileiros preferem esperar pela divulgação das propostas de acordo dos comitês negociadores. De acordo com fontes, o sinal emitido pelo comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson em Lisboa, na semana passada, de que a União

Européia estaria disposta a aceitar um corte na metade do universo do setor industrial brasileiro - ou seja, em 4.400 itens - não trouxe clareza para a negociação com o Brasil.

Na conversa com a chanceler da Alemanha, Lula citou o cenário que levou ao fracasso em Potsdam - a oferta americana de corte menor em seus subsídios agrícolas, a proposta européia de menor abertura agrícola e a exigência de ambos de redução nas alíquotas de importação de 5 mil itens industriais brasileiros.

O presidente brasileiro reiterou a Merkel que o Brasil somente vai demonstrar flexibilidade se os outros países se mostrarem dispostos a também serem flexíveis. O presidente Lula insistiu que somente uma reunião de chefes de governo poderia acabar com o impasse. Merkel concordou.

'Somos vítimas na agricultura' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007

Para diplomata, País é o 'Louis Vuitton' dos alimentos - O relatório anual sobre fraude e corrupção da Comissão Européia, divulgado ontem em Bruxelas, aponta que as fraudes encontradas nos produtos nacionais - e as carnes são o produto preferido dos criminosos - não são apenas culpa dos exportadores brasileiros. A missão do Brasil à União Européia (UE) confirma que recebe queixas da Comissão Européia sobre a entrada de produtos com papéis falsificados. Um dos casos mais freqüentes é o de navios inteiros de frango ou carne bovina embalados como brasileiros que, na realidade, vêm da China. 'Assim como o mundo inteiro falsifica os produtos de luxo da França, nós somos vítimas na agricultura. Somos o 'Louis Vuitton' dos alimentos', afirmou um diplomata brasileiro.

A cada quatro meses, os europeus enviam uma lista de casos de fraude e falsificação de documentos à missão do País em Bruxelas. O açúcar está entre os produtos agrícolas mais citados na lista. Em 2006, o produto somou irregularidades no valor de € 11 milhões, com 85 casos de apreensão. Em 2005, o valor chegou a € 23 milhões. No caso das carnes, as irregularidades em 2006 somaram € 14 milhões, com 319 casos de fraude.

As irregularidades não ocorrem apenas no comércio exterior. Dentro da própria UE, um dos maiores escândalos é o uso indevido dos subsídios dados aos agricultores. Apenas em 2006, as irregularidades chegaram a € 87 milhões. Desde 1971, esse valor chega a € 3,3 bilhões e 41,9 mil casos de fraude. Os europeus alegam que os casos representam menos de 0,2% do orçamento agrícola europeu.

Os maiores casos de corrupção foram registrados com recursos que iriam para o desenvolvimento rural, produção de carne e de frutas. Segundo a Comissão, a fraude nos subsídios à carne chegou a € 20 milhões, especialmente na Espanha e Áustria.

Os espanhóis ainda foram responsáveis por fraudes de € 25 milhões no uso irregular de créditos a exportações agrícolas. Cerca de € 703 milhões dados às regiões mais pobres da Europa também acabaram desviados. No total, os italianos foram os maiores responsáveis pelos casos de fraude e corrupção na Europa em 2006, seguidos pelos belgas e romenos.

Os europeus prometem aplicar de forma mais regular as duras penas contra a fraude e corrupção, incluindo prisão e impossibilidade de continuar fechando contratos com fornecedores na Europa. Para a Comissão, porém, muitos governos não estão atuando de forma eficaz para fiscalizar como o dinheiro da UE é usado.

Brown entra na campanha pró-Doha e liga para Lula - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/07/2007

O primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, ligou ontem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mais uma rodada de pressão da União Européia (UE) para retomar as negociações da Rodada Doha.

Em uma conversa de 20 minutos, Brown repetiu a Lula o pedido feito pela chanceler alemã, Angela Merkel, no dia anterior: que fossem retomadas as negociações técnicas antes de se tentar o que o presidente brasileiro quer, uma reunião de chefes de Estado.

O presidente brasileiro concordou mais uma vez com a reunião e informou a Brown que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, vai participar de um encontro na próxima semana com negociadores da União Européia - na qual deverão ser incluídos negociadores ingleses.

A viagem do chanceler brasileiro foi acertada na segunda-feira, na conversa entre Lula e Angela Merkel.

O presidente repetiu ao primeiro-ministro inglês que o Brasil está disposto a concordar com uma melhoria da proposta dos países em desenvolvimento de abertura do mercado para produtos industriais, desde que haja contrapartida da União Européia e Estados Unidos na área agrícola.

Na conversa com Merkel, Lula insistiu que apenas uma reunião de chefes de governo poderia acabar com o impasse, por meio da tomada de decisões políticas sobre temas sensíveis.

Comércio reduz desigualdade, diz Paulson – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – 11/07/2007

O secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, disse ontem em Minas que o acesso a mercados é uma das formas dos países em desenvolvimento reduzirem a desigualdade social e que, por isso, "Doha é muito importante".

Paulson disse que o mundo está defendendo "o comércio e a competição livre e aberta" e que "políticas protecionistas não beneficiam ninguém".

O secretário disse que retomará hoje em reunião com o presidente Lula, as discussões que não progrediram na Rodada Doha de liberalização do comércio, em junho, na Alemanha.
(PAULO PEIXOTO)

Para EUA, disputa sobre os subsídios agrícolas é "normal" - Sergio Leo – Valor
Econômico – Brasil - 13/07/2007

O empenho do governo dos EUA em confirmar a "parceria estratégica" com o Brasil e a atuação com o governo brasileiro na arena internacional já leva as autoridades americanas a minimizar as disputas comerciais entre os dois países. A recente disputa aberta pelo Brasil contra os subsídios americanos para a agricultura é "normal", apenas negócios ("normal business"), assegurou ontem o subsecretário de Estado dos EUA para assuntos jurídicos, Nicholas Burns, pouco antes de defender maior atuação conjunta entre Brasil e EUA nas Nações Unidas.

Na impossibilidade de um acordo de livre comércio, dificultado por divergências na questão de subsídios agrícolas, os EUA querem explorar maneiras de aprofundar o comércio, em setores como mineração, agricultura, aviação e construção civil, ou outros onde há vantagens competitivas do Brasil, anunciou Burns. O subsecretário de Estado para América Latina, Thomas Shannon, foi além: apontou os subsídios americanos como o maior obstáculo à negociação de um acordo de livre comércio entre EUA e Mercosul.

"Reconhecemos que, no Mercosul, os subsídios agrícolas são a questão central bloqueando a realização de uma área de livre comércio", afirmou Shannon, que minimizou os efeitos da disputa recém-aberta na OMC pelo Brasil. "São parte normal do processo na OMC, que foi feita, entre outras coisas, para resolver essas disputas", disse, ao garantir que os contenciosos na OMC não indicam "problemas bilaterais", mas "uma maneira de resolver questões, dentro dos regulamentos". As disputas comerciais mais difíceis dos EUA são com os "melhores amigos no mundo: Canadá, França ou Brasil", acrescentou Burns.

Segundo Shannon, os EUA e o Brasil tinham a expectativa de resolver as divergências em relação aos subsídios agrícolas nas negociações de liberalização na OMC conhecidas como Rodada Doha de Desenvolvimento. Como isso "não aconteceu, ainda", os EUA querem explorar alternativas, informou. "Reconhecemos quando olhamos uma grande área como o Mercosul, que temos continuamente de procurar maneiras de aprofundar nossas relações comerciais", afirmou o alto executivo americano, ressaltando que as negociações de comércio estão a cargo de outra autoridade, a representante comercial dos EUA, Susan Schwab.

Burns não quis comentar se a presença da Venezuela no Mercosul, com sua retórica contra os EUA, dificulta a aproximação comercial. "É um problema do Mercosul", esquivou-se, mas não evitou críticas ao governo de Hugo Chávez, que alinhou com Cuba como as únicas exceções na América Latina aos países que reconhecem as vantagens da democracia e da economia de mercado.

"Os EUA são o maior investidor na Venezuela, e a Venezuela é o maior investidor latino-americano nos EUA", ironizou Thomas Shannon. "Em outras palavras, há uma estreita relação comercial e de energia com os Estados Unidos, que não está refletida na retórica que vem de Caracas."

Em entrevista para a imprensa e em palestra para empresários em um evento sobre inovação patrocinado pelos dois países, Burns elogiou enfaticamente a administração Lula

e o Brasil, apontado repetidamente como líder no continente. Também ao elogiar Lula, os americanos ressaltaram o que vêem como diferença em relação a Chávez. Lula tem tido um "papel construtivo", e, por isso, além da estreita relação com o governo George Bush, tem sido respeitado na Europa, onde esteve recentemente, lembrou. "É um líder, como (a presidente do Chile) Michelle Bachelet, e pode-se nomear outros dez chefes de Estado, mas eu não poria Chávez nessa plataforma."

Burns se esquivou quando lhe perguntaram se os Estados Unidos pode ceder à campanha do governo brasileiro por um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Mas elogiou com ênfase o papel do Brasil nas ações da ONU, como a missão de paz no Haiti, e, a portas fechadas, teve uma longa conversa com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a reforma da ONU e sobre a crise no Oriente Médio. "Os presidentes Lula e Bush estão iniciando uma conversação sobre como atuar em conjunto", disse Burns, ao defender a atuação dos dois países em outras áreas, além da América Latina.

Os dois países têm de ter uma agenda global para trabalhar de uma maneira como nunca fizeram nas últimas cinco décadas, disse o subsecretário. "É um dos momentos mais produtivos na nossa relação, tenho grande respeito pelo presidente Lula", elogiou Burns. A partir do acordo entre os dois países nos biocombustíveis e entre executivos do setor privado no Fórum de Altos Executivos que se reunirá em outubro, os dois governos "podem evoluir para redução de barreiras ao comércio", acenou.

EUA querem Mercosul sem Chávez - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/07/2007

Para subsecretário americano, 'política do medo' do presidente venezuelano não é a mesma dos demais países

Os Estados Unidos deram sinais ontem de que um acordo comercial com o Mercosul dependerá da exclusão da Venezuela do grupo de sócios plenos do bloco. A mensagem foi trazida a Brasília pelo subsecretário de Estado americano, Nicholas Burns, que se encontrou com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Cuidadoso, Burns traduziu esse recado para a imprensa ao afirmar que as agendas de Washington e dos demais países da América do Sul não coincidem com a "política do medo" do presidente venezuelano, Hugo Chávez. "A agenda dos Estados Unidos, do Brasil, da Argentina, do Chile, do Peru, do Equador, da Bolívia, do Uruguai e do Paraguai é da democracia, da justiça social, da imigração, da redução da pobreza e do comércio."

"Nós todos não seguimos a política do medo e da divisão. Os desafios da política do presidente Chávez são diferentes", completou, ao ser questionado se a presença da Venezuela poderia inviabilizar um possível acordo comercial entre os Estados Unidos e o Mercosul.

Minutos depois, ao discursar em um seminário internacional, Burns mencionou Cuba e a Venezuela como as duas exceções numa América Latina comprometida com a democracia. Nesse ponto, resvalou em um tema nevrálgico para o Mercosul, mas encoberto várias vezes pelo Brasil e seus sócios - a necessidade de os novos membros plenos do bloco cumprirem a cláusula democrática. Apesar da cautela ao abordar diretamente a Venezuela, Burns enfatizou que a “atmosfera democrática sempre motiva as relações comerciais”.

“Temos grande interesse em trabalhar com o Mercosul”, afirmou Burns. “Percebemos que o Mercosul tem papel significativo como área econômica e temos de ver a melhor maneira de mover nossas relações comerciais”, acudiu Thomas Shannon, subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental.

Shannon lembrou, de forma realista, que os subsídios agrícolas americanos continuam a ser um problema central para a negociação de um acordo, o que, em 2005, contribuiu para o fracasso da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mas, otimista, disse esperar que o dilema seja resolvido na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

De acordo com Burns, há “boa atmosfera” nas relações entre os EUA e a América do Sul, especialmente o Brasil - citado como o maior parceiro de Washington na região e um dos melhores nas Nações Unidas. Ele e Shannon desembarcaram ontem, quando ainda estava em Brasília o secretário do Tesouro americano, Henry M. Paulson, depois de visitar o Chile e o Uruguai. Para o subsecretário, Brasil e EUA vivem o momento “mais positivo” de suas relações, e a “promessa” de parceria não pode ser desperdiçada.

De fato, os Estados Unidos agarraram com as duas mãos uma discreta virada no eixo da política externa brasileira no início deste segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em março, Lula e George W. Bush, visitaram-se e firmaram um protocolo de cooperação na área de biocombustíveis, que fincou as bases numa nova relação entre os dois países. Com esse movimento, Brasília flexibilizou a prioridade às relações com países em desenvolvimento e voltou-se de forma mais aberta para a aproximação com as grandes economias desenvolvidas.

O embaixador do Brasil em Washington, Antônio Patriota, afirmou que está em curso uma “intensificação” do comércio entre Brasil e EUA, mas não avançou para um acordo comercial ou mesmo para o início de uma negociação entre o Mercosul e os EUA, chamado de “4+1”. “Há vida além dos acordos de livre comércio”, disse. Em setembro ou outubro, deverá visitar o Brasil o secretário de Comércio dos EUA, Carlos Gutierrez.

COLABOROU LU AIKO OTTA

Raro é o governante que escapou da metralhadora verborrágica de Hugo Chávez. Nos últimos anos, o presidente da República Bolivariana da Venezuela disparou contra quase todos os candidatos à Presidência, presidentes, instituições públicas e privadas da América Latina e organismos multilaterais. Chávez não poupou críticas ao México, à Colômbia, ao Peru, ao Equador, ao Chile e ao Brasil. Isso sem falar nos freqüentes insultos ao presidente dos Estados Unidos, George W Bush, a quem já chamou de "tirano", "burro" e "demônio". Nem mesmo as instituições multilaterais escaparam de suas intempéries. Em maio anunciou a saída da Venezuela do FMI e do Banco Mundial ao melhor estilo Hugo Chávez: "Vamos sair antes que nos roubem", disse.

Os contínuos atritos diplomáticos de certa forma transformaram o presidente Chávez em uma figura folclórica. "Ele passou do ponto com suas declarações", afirma Gilberto Dupas, coordenador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP. Apesar das críticas que vem recebendo por suas atitudes, ele é incapaz de calar-se. Chávez, agora, elegeu o Mercosul como seu novo alvo. Para efetivar a entrada da Venezuela no bloco, Chávez depende da aprovação dos Congressos de todos os países-membros do Mercosul. Argentina e Uruguai já concluíram este processo. Brasil e Paraguai, ainda não.

A mais recente novela da qual Chávez é o protagonista teve início em julho do ano passado, quando a Venezuela passou a ser o quinto integrante do bloco. Seis meses depois, começaram as críticas. Em dezembro, durante a Reunião da Cúpula Latino-americana das Nações, Chávez afirmou que era preciso "enterrar o Mercosul" e que a integração sul-americana "precisava de um Viagra político". Em junho deste ano ele voltou ao ataque. "A Venezuela não está interessada no velho Mercosul e não está desesperada para fazer parte do bloco", disparou, pouco antes da reunião do grupo, ocorrida em Assunção, no Paraguai.

Em novo episódio, Chávez chamou os congressistas brasileiros de "papagaios de Washington" depois que o Senado apelou para que a Venezuela mantivesse o sinal do canal de televisão RCTV. Indignados, alguns senadores ameaçaram vetar a entrada da Venezuela no Mercosul. Chávez, então, impôs prazo para a aprovação de seu país no bloco. "O Chávez nunca se preocupou em perguntar para os venezuelanos se eles desejam ingressar no bloco. Ele agora está repercutindo a visão dos industriais venezuelanos, que não têm interesse no Mercosul", relata o presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-embaixador José Botafogo Gonçalves.

A atitude de Chávez, no entanto, fez reacender a discussão sobre os rumos do bloco. Na última semana a revista "The Economist" afirmou que "uma crise com Hugo Chávez poderia ser boa notícia para um grupo de comércio paralisado". "Há duas questões diferentes. Uma é a Venezuela. Outra é o Chávez. A Venezuela é essencial para a integração da América do Sul, mas, para termos a Venezuela temos de tê-la com o Chávez e as idiosincrasias e as tensões que ele gera", analisa Dupas.

Gonçalves acha positivo o ingresso da Venezuela no Mercosul, por questões econômicas e geopolíticas. "Devemos separar o assunto Venezuela no Mercosul do assunto Chávez no Mercosul. O país é importante para o balanço energético do bloco, é rico em recursos hídricos e petróleo. Para o Brasil é uma boa oportunidade de negócios. As empresas brasileiras de serviços têm grandes interesses em projetos de infra-estrutura lá." Já o cientista político José Augusto Guilhon de Albuquerque diz que a ambição política de Chávez é incompatível com as diretrizes do Mercosul. "O bloco é uma associação entre

países cujos objetivos capitalistas são claros. O Brasil pode ter ganhos mesmo sem a adesão da Venezuela."

Chávez foi capaz de pôr duas das mais importantes associações empresariais do Brasil em lados opostos. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os ganhos econômicos seriam modestos perto das complicações políticas que a entrada da Venezuela traria para o Mercosul. Já a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) crê que, do ponto de vista econômico, o tema merece atenção. "O Brasil não vai submeter-se a pressão de ninguém e exigirá respeito nas suas relações com qualquer país do mundo. Mas, examinando nossa balança comercial com a Venezuela, constatamos que os números cresceram bastante e são favoráveis a nós, o que é um sinal importante", diz Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

O recente bate-boca em torno da adesão da Venezuela chamou a atenção para um outro fator: a mudança de postura da diplomacia do presidente Lula. Segundo analistas, a atitude do governo em relação às negociações em torno do Mercosul e a posição mantida diante dos ataques de Chávez são indícios de que a política externa brasileira retomou o pragmatismo, tão cobrado durante o primeiro mandato de Lula. "Mudou a política externa. Basta ver as declarações. Estão mais realistas", diz Gonçalves. Se há algum perigo de contaminação ideológica nos outros países-membros do Mercosul, Gonçalves é enfático: "Nenhum perigo para o bloco. Isso só contamina o país dele", conclui. A tensão entre Brasil e Venezuela, segundo Dupas, é sinal de que as negociações estão andando. "Pela primeira vez estamos vendo uma tentativa de integração com temas concretos e aí as tensões aparecem porque, de fato, as negociações avançaram."

Apesar de muito se falar na perpetuação no poder, Chávez não é eterno, segundo Guilhon de Albuquerque. "Sempre que há um aumento do preço do petróleo no mundo, os países produtores se calcam na renda do petróleo para ter uma participação mais ativa fora do país. É o que ocorre com a Venezuela, que ainda tem um líder que pretende levar a América do Sul numa direção ideológica. Quando acaba o dinheiro do petróleo, esses países têm que se recolher às suas insignificâncias."

Polarização ideológica e desintegração latina - Octavio Amorim Neto – Valor Econômico – Cultura - 13/07/2007

Até alguns meses atrás, o debate intelectual, no Brasil, sobre a natureza do regime chavista encontrava-se quase tão polarizado quanto a relação entre governo e oposição na Venezuela. De um lado, estavam aqueles que viam esse país marchar, cada vez mais, rumo ao autoritarismo aberto, ao som da retórica populista do seu presidente. De outro, diversas vozes insistiam ser a República Bolivariana uma democracia, dadas não apenas a origem eleitoral do poder de Chávez, mas também as suas políticas de inclusão social. Porém, alguma coisa mudou recentemente. Sob o impacto da chocante agressividade verbal e de reiterados atos de intimidação da oposição por parte de Chávez, os dois lados parecem agora comungar do mesmo mal-estar perante o líder do socialismo do século XXI.

A gota d'água veio no mês passado: a decisão de não renovar a concessão do canal de televisão mais antigo e popular do seu país, a RCTV - decisão que acabou levando a uma crise ainda sem solução entre o líder venezuelano e o Senado brasileiro. Este ameaçou não ratificar a entrada da Venezuela no Mercosul depois de ter sido chamado por Chávez de "papagaio" do seu congênere americano. Como se sabe, a Câmara Alta do Congresso

Nacional, tal qual a dos EUA, passara uma resolução pedindo que se reconsiderasse a decisão sobre a RCTV.

Por que haveria Chávez de ofender o Poder Legislativo de uma nação amiga? Convém recordar que, em março, o seu embaixador em Brasília reclamara asperamente de uma declaração do ministro das Comunicações, Hélio Costa, segundo a qual o que Chávez estava fazendo com as TVs venezuelanas assemelhava-se ao que tinha ocorrido na União Soviética. Ainda em março, o ex-presidente e atual senador José Sarney afirmou que o ultrapassado populismo militarista de Chávez estava criando desequilíbrio bélico na América do Sul. Esses fatos indicam que, já faz algum tempo, a relação do líder bolivariano com alguns setores-chave da classe política brasileira não vai bem. Contudo, cabe notar que nem o ministro Hélio Costa nem o ex-presidente José Sarney são homens de esquerda e que o nosso Senado longe está de ser controlado por partidos deste matiz ideológico. Ou seja, Chávez escolhe a dedo os alvos dos seus ataques, segundo um elemento fundamental do seu regime político e um traço distintivo da sua política externa, ambos conectados.

O elemento fundamental do regime chavista é a permanente polarização entre governo e oposição, polarização projetada no plano internacional não apenas por meio de uma estridente retórica anti-imperialista, mas também de uma diplomacia que se envolve com atores subnacionais. Como tem enfatizado o politólogo Javier Corrales, Chávez opta pela polarização como tática não apenas para desmoralizar a oposição, acantonando-a na extrema direita, mas também para manter unida a sua heterogênea e instável coalizão de apoio. Esta é um enorme balaio de gatos que inclui grupos tão díspares como os militares (os principais beneficiários), os setores mais pobres da população, vários partidos de esquerda, empresários rentistas e diversas organizações sócio-políticas, tais como os círculos bolivarianos, as unidades de batalha eleitoral, as "mesas técnicas" de águas, os comitês de terra urbana e rural e, mais recentemente, os "conselhos comunitários".

É claro que o crescimento da economia e o aumento do gasto público possibilitados pela elevação do preço do petróleo desde 2004 ajudam a solidificar a coalizão, mas trata-se apenas de condições necessárias para garantir as vitórias eleitorais do presidente venezuelano. A polarização é a condição suficiente, na medida em que aliena das eleições os setores moderados da população. A saída de campo dos moderados favorece as forças chavistas porque estas contam com mais recursos do que a oposição.

No tocante ao traço da política externa chavista que aqui nos interessa, a diplomacia subnacional (termo tomado de um artigo recente do analista político colombiano Juan Pablo Milanese), ela significa não apenas o confronto aberto com a putativa direita de um país (Sarney, Hélio Costa, a maioria do Senado), mas também a criação de clientelas locais por meio da concessão de benesses materiais em bases eminentemente políticas. No caso brasileiro, elas vão desde a construção de uma usina de refino de petróleo em Pernambuco, passando pela compra de navios de nossos ineficientes estaleiros, até o financiamento de uma escola de samba do carnaval carioca!

Ao contrário do que diz a retórica chavista, a introjeção, no Brasil e alhures, da polarização bolivariana por meio da sua diplomacia subnacional não é caminho conducente à integração regional. Vejam-se os ressentimentos que se têm acumulado contra o presidente venezuelano em vários países latino-americanos, principalmente na Colômbia, no México e no Peru. O Brasil, agora, é a bola da vez. O que fazer?

A aposta do Brasil tem sido engajar a Venezuela para evitar que ela, isolada, torne-se ainda mais radical e perturbadora. Operacionalmente, isso significa amarrar Chávez nas regras do Mercosul, principalmente por meio da cláusula democrática do bloco. Mas essas

regras ainda são muito frágeis - por carecerem de definição precisa e vontade política para que sejam aplicadas - para realmente conter o líder bolivariano. Assim, a volatilidade inerente a um regime calcado na polarização ideológica, combinada à debilidade institucional do Mercosul, cria riscos para a integração regional. Só agora o governo Lula parece ter acordado para isso. Flagrante desse processo tardio de encontro com a realidade, o senador Aloizio Mercadante disse na semana passada que "... tal como os governantes, palavras vêm e vão, mas os compromissos dos Estados permanecem". OK, continuemos engajando o Estado venezuelano, mas que tal esperar que o atual mandato de Chávez acabe - constitucionalmente - antes de aceitar o seu país definitivamente no Mercosul?

Octavio Amorim Neto é professor de ciência política da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro

Retomar Doha? – Paulo Nogueira Bastista Junior – O Globo – Opinião – 14/07/2007

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Paulson, esteve no Brasil há poucos dias. Desembarcou proclamando a sua disposição de discutir com entusiasmo a retomada da Rodada Doha de negociações comerciais na OMC.

Até pare c e . . . “Talkis cheap”, como dizem os americanos. A Rodada Doha vai de mal a pior. A intransigência dos EUA foi uma das principais causas do impasse em que terminou a reunião do G-4 (EUA, União Européia, Índia e Brasil), em Potsdam, no final de junho. O próprio Paulson admitiu que não trazia nenhuma nova iniciativa para tentar relançar as negociações.

Na verdade, o governo americano praticamente perdeu as condições políticas e legislativas para retomar as negociações na OMC. No final de junho, expirou o mandato negociador que o Congresso dá ao Executivo — a chamada “Trade Promotion Authority” (TPA). O governo Bush está muito enfraquecido.

Com o Congresso controlado pela oposição democrata, parece praticamente impossível que o Executivo consiga um novo mandato negociador ou a renovação do mandato anterior por mais algum tempo.

Não podemos esquecer que o Congresso do EUA, normalmente mais protecionista do que o Executivo, tem papel crucial na definição da política comercial — em contraste, diga-se de passagem, com o papel basicamente homologatório do Congresso brasileiro. Depois de aprovado um mandato negociador (TPA), o Congresso se limita a aprovar ou rejeitar os acordos na sua totalidade. Mas, sem TPA, todo acordo comercial negociado pelo Executivo fica sujeito a emendas pontuais votadas pelos parlamentares.

Não há apoio político, nem no Partido Republicano nem no Democrata, para reduzir os subsídios agrícolas.

Na reunião do G-4 em Potsdam, os EUA propuseram um teto para o valor total dos subsídios agrícolas (US\$ 17 bilhões por ano) muito superior aos gastos atuais (cerca de US\$ 11 bilhões). Como observaram os professores Jagdish Bahgwati e Arvind Panagariya, da Universidade de Colúmbia, em artigo publicado no “Wall Street Journal”, os EUA não estavam dispostos a oferecer concessões reais em matéria de subsídios agrícolas.

A União Européia não ficou atrás. Em Potsdam, as reduções de tarifas agrícolas propostas pelos europeus foram acanhadas. No caso dos produtos “sensíveis”, categoria em que se inclui a maior parte das exportações brasileiras, os cortes aceitos pelos europeus seriam muito modestos.

Além disso, tanto os americanos como os europeus queriam uma “Cláusula de Paz”, isto é, uma garantia de que os demais membros da OMC não iniciariam litígios na área agrícola por vários anos.

Apesar de não oferecerem quase nada, os EUA e a União Européia pressionaram o Brasil e a Índia a aceitar cortes profundos em suas tarifas industriais.

Em resumo, havia uma nítida desproporção entre o que se pedia e o que se oferecia. O Brasil e a Índia fizeram bem em abandonar a reunião.

Ao que parece, nada mudou desde Potsdam. O presidente da França, por exemplo, em carta ao seu ministro da Agricultura, foi taxativo: “Ninguém deve duvidar da nossa determinação de apoiar a nossa agricultura e pesca.” Sobre o futuro da política agrícola comum da União Européia, Sarkovsky frisou que ela deve preservar “o papel da agricultura no desenvolvimento regional” e “a independência alimentar” do bloco.

Nesse ambiente, como retomar Doha?

OMC fará nova tentativa por Doha – O Globo – Economia – 14/07/2007

Negociadores apresentam proposta sobre subsídios na próxima semana

GENEBRA Os mediadores da Organização Mundial do Comércio (OMC) apresentarão na próxima semana as propostas que podem dar um rumo à Rodada de Doha ou significar o fim do processo de abertura comercial global. As negociações da rodada para a redução de tarifas e subsídios agrícolas e maior abertura comercial estão paradas devido à resistência de alguns países a abrirem setores sensíveis à competição estrangeira.

Jeremy Hobbs, diretor-executivo da ONG humanitária Oxfam International, disse que as novas propostas podem “salientar as diferenças ao invés de mostrar o caminho para o consenso”: — Embora seja fato que todos saibam o que realmente é preciso acontecer para que haja acordo, simplesmente não há vontade política para isso.

Nos documentos, a serem divulgados segunda ou terça-feira, os presidentes das comissões negociadores da OMC para agricultura e indústria devem propor cortes variáveis para subsídios e tarifas, para que os países encontrem um consenso. As reações iniciais serão essenciais para o futuro de Doha, que o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, quer concluir ainda em 2007, para evitar o contágio político das campanhas eleitorais da Índia e dos EUA no ano que vem.

Se qualquer um dos 150 paísesmembros da OMC rejeitar os textos, diplomatas dizem que a Rodada de Doha deve passar vários anos congelada.

Muitos governos parecem ter dificuldades de convencer seus eleitores de que a rodada será benéfica, segundo Axel Dreher, professor-assistente de Economia no Instituto Federal de Tecnologia, em Zurique, Suíça.

— Quem seriam os vencedores desta rodada? Em geral, são os países pobres que ganhariam.

Nos países desenvolvidos haveria redistribuições.

Os consumidores em geral ganhariam com este acordo, e os agricultores em geral perderiam — afirmou.

Jornal diz que Brasil faz da OMC ‘máquina de guerra’

O Brasil tem tido papel de destaque nas negociações de Doha, como líder dos países em desenvolvimento, junto com Índia e China. Talvez por isso, o jornal suíço “Le Temps” tenha afirmado ontem que o Brasil faz da OMC “uma máquina de guerra comercial”. A reportagem diz respeito à queixa aberta pelo país contra os subsídios agrícolas dos EUA, que ultrapassam os US\$ 19 bilhões anuais autorizados pela entidade.

“Na aparência, o Brasil ainda acredita no sucesso da Rodada de Doha, que tem como um dos objetivos liberalizar o comércio de produtos agrícolas.

Mas, no fundo, o país, que tem a ambição de se tornar o grande exportador mundial de alimentos, não tem ilusões”, afirmou o jornal.

Na quinta-feira, EUA e México apresentaram queixa na OMC contra subsídios da China.

'Diplomacia do etanol' aproxima Brasil e EUA - Denise Chrispim Marin, Lu Aiko Otta
– Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/07/2007

Pragmatismo elevou o nível das relações e parceria na área de biocombustíveis tem sido a mola propulsora

A passagem de oito autoridades americanas por Brasília, na semana passada, mostrou que o pragmatismo elevou o nível das relações Brasil-Estados Unidos e teve na cooperação na área de biocombustíveis sua mola propulsora. Para os Estados Unidos, houve inflexão nas políticas externas de ambos os países e boa dose de empenho dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush na construção de um projeto capaz de fortalecer a economia e a democracia no Hemisfério. Para o Brasil, sua 'peculiar vizinhança' ajudou a atrair a confiança de Washington.

Sete desses oito funcionários americanos participaram da 1ª Cúpula Brasil-EUA de Inovação, em Brasília. Mesmo nas conversas oficiais com autoridades brasileiras, raros foram os momentos em que a palavra etanol não foi mencionada. Segundo o subsecretário-adjunto de Estado para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, a cooperação tem 'caráter simbólico relevante' e trará repercussões em outras áreas.

Insistiu ainda que o projeto não está parado e os países estão empenhados no avanço de suas três vertentes - tornar o etanol uma commodity, atuar em terceiros países e desenvolver a tecnologia de produção a partir da celulose. Para Shannon, não haverá descanso na parceria. A rigor, a Casa Branca encontrou fortes razões econômicas para abraçar a causa dos biocombustíveis. Segundo Dan Arvizu, diretor do Laboratório Nacional de Energia Renovável do Departamento de Energia, a tendência de o preço do petróleo continuar na casa dos US\$ 70 por barril torna o etanol cada vez mais atraente.

Na vertente externa da cooperação, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, hoje na Comissão Interamericana de Etanol, acredita que 'as coisas vão acontecer' rapidamente. Shannon igualmente aposta que, no próximo semestre, começará a cooperação efetiva entre Brasil e EUA para a instalação de uma cadeia produtiva de etanol no Haiti, em El Salvador, em São Cristóvão e Neves e na Costa Rica. Os projetos terão o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo Shannon, pelo menos dois desses países têm acesso livre ao mercado americano e tendem a se tornar intermediários das exportações brasileiras de etanol, sem empecilhos dos EUA. Outros países da América Central e do Caribe proporcionam a mesma facilidade.

Esse fator está entre as razões da visita oficial do presidente Lula ao México e à América Central, entre 6 e 9 de agosto. Shannon mostrou-se ciente dessa agenda externa de Lula.

Presente à cúpula, Roberto Rodrigues avalia que a relação Brasil-EUA mudou no campo político, mas não se refletiu ainda na área comercial. 'Ainda pagamos tarifa', frisou, referindo-se às barreiras americanas sobre a importação de etanol. Em março, em São Paulo, o presidente Bush enfatizou que não antecipará a extinção da lei que criou as barreiras, que expira em 2009. Shannon reconhece que esse tópico é nevrálgico na cooperação bilateral. Mas antevê para 2009 um cenário favorável à derrubada dos obstáculos.

Para ele, o sucessor de Bush terá de tomar essa decisão com base em três dados reais - a redução da oferta mundial de petróleo, a meta de diminuição de 20% no uso de combustíveis fósseis até 2017 e a necessidade ambiental de ampliação da demanda por fontes renováveis.

OMC tenta acordo para salvar Doha – Estado de São Paulo - Economia e Negócios –
16/07/2007

Mediadores apresentam propostas para liberalização do comércio

A Organização Mundial do Comércio (OMC) apresenta amanhã as propostas de acordo para a liberalização dos mercados agrícolas e de bens industriais. Depois do fracasso de Brasil, Índia, Europa e Estados Unidos no mês passado em chegar a um entendimento em Potsdam, os mediadores de cada um dos setores de negociação colocarão agora o que acreditam que pode ser o ponto de convergência entre as distintas posições.

Entre hoje e amanhã, em Nova Délhi, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, conversará preliminarmente sobre esses documentos com o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, com quem co-lidera o G-20 - grupo de economias em desenvolvimento que negocia em conjunto o capítulo agrícola. Na quarta-feira, em Bruxelas, Amorim abordará o tema com o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson.

O Brasil, ao lado de outros países emergentes, deixou claro em uma reunião na OMC com um dos mediadores que espera que todas as posições estejam refletidas na proposta que será feita sobre os cortes de tarifas de importação para bens industriais. O bloco insistiu que não aceitará cortes de tarifas acima de 50%, posição considerada extremista pelos europeus e americanos. Mesmo alguns países emergentes, como Peru, Colômbia e Chile, aceitariam cortes mais profundos.

Apesar da pressão, o mediador das negociações industriais, Don Stephenson, respondeu ao Brasil que não teria como apresentar um texto que trouxesse todas as posições. Segundo ele, esse não seria mais o momento de apenas listar as várias propostas, como vem sendo feito nos últimos meses.

No setor agrícola, o Brasil e seus aliados do G-20 (grupo de países emergentes) voltaram a insistir em suas posições originais. Documentos obtidos pelo Estado, elaborados pelo G-20, mostram que o grupo apresentou ao mediador das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, basicamente as mesmas propostas defendidas há meses.

O G-20 espera que Falconer leve em consideração as sugestões como o corte médio de tarifas de cerca de 53%, além de um teto para os subsídios americanos em cerca de US\$ 12,5 bilhões por ano. Os americanos indicaram em Potsdam que o máximo que poderiam aceitar seria reduzir o teto de US\$ 22,5 bilhões para US\$ 17 bilhões.

O próximo conflito do Brasil com Chávez – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 16/07/2007

O próximo embate entre o presidente venezuelano Hugo Chávez e o Brasil já tem assunto: o polêmico Banco do Sul. Entre governos de países vizinhos que participam da discussão de bastidores para a formação do novo banco, fica cada dia mais clara a profunda divergência de concepção entre Caracas e Brasília, que pode estourar, a qualquer momento, em alguma das manifestações da agressiva retórica de Chávez.

Em agosto, no Rio de Janeiro, a convite do ministro Guido Mantega, os ministros dos países envolvidos na discussão tentarão resolver o impasse a que se chegou nas discussões técnicas. Participam da discussão para formação do Banco do Sul, além do Brasil, todos os países de língua espanhola da América do Sul, à exceção do Chile, que acompanha as reuniões como observador, e da Colômbia. A depender do clima da reunião no Rio, talvez seja mais fácil ao Brasil preparar o desembarque do projeto Banco do Sul da maneira mais amistosa possível, para evitar as turbulências retóricas de Chávez. As divergências são muitas e algumas parecem insuperáveis.

É "ponto de honra" para os venezuelanos estabelecer em Caracas a sede da nova instituição, compromisso já assumido com o governo venezuelano pelos presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e da Bolívia, Evo Morales, os primeiros a aderir à proposta de Chávez. O Brasil defendeu que o tema seja posto em debate, que se estabeleçam critérios técnicos para situar a sede do banco, de preferência em um país pequeno, como o Paraguai.

Os venezuelanos também já insinuaram que querem admitir sócios de outras regiões e expandir as operações da instituição financeira a países da América Central e Caribe - onde estão parceiros de Chávez na Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (a Alba), Cuba e Nicarágua. O Brasil insiste que o Banco do Sul, por definição, deve se concentrar em atender aos países do continente sul-americano.

Também há diferenças sobre os critérios de risco, o peso de cada país na composição do corpo técnico do banco, as atribuições da futura instituição. As autoridades não reconhecem, mas a descrição que participantes das discussões fazem do debate indicam que Chávez teria, se criado o banco como defendem os venezuelanos, um instrumento para continuar suas ações de financiamento na vizinhança com menor desgaste político. Não tem feito sucesso entre os venezuelanos o uso direto das verbas arrecadadas com a produção de petróleo, mas não haveria forte oposição ao uso dos fundos governamentais para compor o capital de uma instituição financeira voltada às Américas.

Divergências sobre o Banco do Sul parecem insuperáveis

As divergências incomodam os argentinos, que vêem no futuro banco uma opção real para financiar necessárias obras de infra-estrutura no país - como fez questão de ressaltar o vice-chanceler argentino, Roberto García Moritán, em um seminário do "Diálogo Brasil-Argentina", promovido há poucos dias em Buenos Aires pela Universidade Federal Fluminense e duas universidades argentinas, com a presença do vice-ministro de Relações Exteriores do Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães.

"Houve um retrocesso nas reuniões técnicas, mas não vejo foco de atrito por causa do Banco do Sul", diz o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele confirma que o Brasil tem insistido nas regras de "sustentabilidade financeira" do banco - o que exclui propostas de doações continuadas, ou depósito freqüente de reservas em moeda estrangeira na nova instituição. Também afirma que o banco, para manter o propósito inicial, deve restringir-se aos países da ex- Comunidade Sul-Americana de Nações, agora chamada de Unasul, União das Nações da América do Sul. "Isso não quer dizer que não temos interesse em instituição financeira para investir no Caribe, mas o Banco do Sul é para facilitar a integração sul-americana", diz Amorim.

O ministro diz acreditar em acordo para constituição do banco, durante a reunião de ministros promovida por Mantega, na primeira semana de agosto, mas adianta que o governo brasileiro discute alternativas para financiar ações no continente, enquanto corre a discussão sobre o Banco do Sul. "Não vamos ficar parados, queremos trabalhar com a Corporación Andina de Fomento, com outras instituições", afirma o ministro. O Brasil também procura formas de ampliar a atuação do BNDES nos países vizinhos.

Essas ações podem ser complementares ao futuro Banco do Sul, ou o Brasil se concentraria nelas, caso o projeto inspirado por Chávez se revele muito distante da estrutura considerada adequada pelo governo brasileiro. O argumento não é político, é técnico: sem regras claras de governança, de administração de risco e de transparência na tomada de decisão, o Brasil estará impedido legalmente de pôr qualquer centavo na futura instituição.

Com semelhantes argumentos técnicos, segundo um diplomata argentino, o presidente do Banco Central da Argentina, Martin Redrado, conseguiu evitar que se cogite usar alguma parcela das reservas argentinas em moeda internacional na composição do capital do Banco do Sul. Segundo explicou Redrado, o uso de reservas para financiar investimentos fragilizaria a argumentação da Argentina nas cortes internacionais - onde vítimas do calote da dívida externa do país tentam bloquear contas do governo Néstor Kirchner, até agora sem sucesso. Ainda é pouco claro de onde se sacarão os US\$ 7 bilhões que, segundo previu a Venezuela, fariam o capital do novo banco.

O rumo dos debates sobre a polêmica instituição, nos bastidores, aponta a necessidade de diplomacia até para um possível desembarque do Brasil (ainda que Celso Amorim, arriscando-se a ser novamente alvo das diatribes do venezuelano, costume dizer que "Banco do Sul sem Brasil não é um banco do Sul"). Nesse assunto, é baixa a tolerância, no Palácio do Planalto, com as pressões do venezuelano. É forte, muito forte, o risco de novos ataques verbais de Chávez ao Brasil, hoje uma pedra continental no caminho de seu acalentado "Banco del Sur".

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras
sergio.leo@valor.com.br**

Sobretaxa americana ao etanol veio para ficar, diz representante do país - Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2007

Não vai adiantar muito os empresários e o governo brasileiro protestarem contra a sobretaxa de US\$ 0,54 por galão de etanol (álcool) importado imposta pelo governo americano. Ela veio para ficar e, segundo o diretor de Comercialização e Despacho de Energia Renovável do Departamento de Energia dos EUA, Brad Barton, em entrevista exclusiva ao Valor, o objetivo é evitar que o governo americano subsidie a produção estrangeira de etanol, uma vez que ele paga US\$ 0,51 por galão do produto comprado por suas empresas.

O subsídio tem como finalidade estimular as empresas de petróleo a comprarem energia renovável de produção doméstica. Barton foi cuidadoso ao responder sobre o assunto, que não é especificamente da sua área. Quanto à longevidade da sobretaxa, disse que é um assunto para o Congresso americano ou para o futuro presidente do país. E não quis opinar sobre a possibilidade de danos trazidos pela sobretaxa aos objetivos definidos pelos governos do seu país e do Brasil de pesquisarem e produzirem conjuntamente etanol.

Barton esteve na semana passada no Brasil pela terceira vez desde a visita do presidente George W. Bush, em março. Suas viagens fazem parte do esforço para implementar o acordo de cooperação assinado por Bush como o presidente Lula na área da pesquisa e produção de biocombustíveis. Na quinta, ele esteve na Petrobras, em reunião com o diretor da área de Gás e Energia da estatal, Ildo Sauer, e outros executivos da empresa, além de técnicos do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes).

Os americanos estão interessados na estrutura de comercialização da Petrobras. Também querem conhecer as pesquisas da empresa com a produção de etanol a partir da lignocelulose, nome técnico das matérias-primas da biomassa que não competem com a produção de alimentos, como bagaço de cana, palha de milho, de trigo, folhagem, aparas de madeira e outras. Barton veio ao Brasil acompanhado do Laboratório Nacional de Energias Renováveis dos EUA, Dan Arvizu.

O governo americano está investindo pesado na tecnologia da lignocelulose para começar a produção de etanol dessa origem em escala comercial já a partir de 2010 ou 2011. Um programa de US\$ 1,1 bilhão para construir as seis primeiras refinarias em escala comercial, cada uma capaz de produzir 80 milhões de litros de etanol por ano, está sendo tocado por seis empresas, contando com uma parcela de US\$ 400 milhões do Departamento de Energia.

De acordo com Barton, a meta do governo americano é de alcançar em 2017 uma produção total de 35 bilhões de galões (cerca de 135,5 bilhões de litros) por ano de etanol, dos quais um máximo de 15 bilhões de galões (cerca de 56,8 bilhões de litros) virão do milho, a fonte básica da produção atual. O restante viria de lignocelulose cujo potencial de produção é de 60 bilhões de galões (227 bilhões de litros) por ano, segundo Barton.

Para se ter uma idéia do gigantismo da meta americana para 2017, o Brasil, primeiro país do mundo a investir pesado na produção de etanol combustível, deverá fechar 2007 com uma safra de aproximadamente 22 bilhões de litros. Barton disse que a forma de o governo americano desestimular o crescimento da produção de álcool de milho no seu país, que vem provocando o aumento dos preços de toda a cadeia alimentar derivada do cereal, é apoiando apenas os projetos para produzir à base de lignocelulose. Os americanos querem que a bioenergia corresponda a 15% do seu consumo em 2017 e a 30% em 2030.

O emissário do governo americano organizou na sexta-feira um seminário fechado com pesquisadores brasileiros, de empresas e da academia para discutir, entre outras coisas, a padronização do álcool combustível de modo a torná-lo uma commodity global como o petróleo. Foi discutida também a realização conjunta de um trabalho que comprove a afirmação dos brasileiros de que o país possui terras suficientes para produzir grande quantidade de biocombustíveis sem causar danos ambientais.

Resposta à altura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/07/2007

Graças a uma atitude firme do chanceler Celso Amorim, o governo brasileiro desarmou mais uma arapuca que o boliviano Evo Morales preparava contra os interesses do País. Na quarta-feira passada, o chanceler boliviano David Choquehuanca e o embaixador plenipotenciário para Assuntos Comerciais, Pablo Sólón, convocaram a imprensa para revelar os termos de uma interpelação que o governo Evo Morales estava fazendo ao Brasil. Tratava-se de uma baixaria diplomática, uma vez que os termos da carta estavam sendo revelados antes que esta chegasse ao Itamaraty. Nela, o governo boliviano manifestava-se “contrariado” com a concessão de licenças ambientais para a construção das duas usinas no Rio Madeira e lamentava que o Brasil tivesse tomado a decisão “sem ter realizado análises de impactos ambientais, sociais e econômicos que levem em conta o afluente do Rio Madeira em território boliviano”.

Era notável a lista dos prejuízos que, pela antevisão do governo Evo Morales, a Bolívia sofreria com a construção das usinas: inundação de bosques e áreas agrícolas; perda de solos, colheitas, recursos florestais e infra-estrutura; migração da área fronteira do Departamento de Pando; redução ou extinção de espécies aquáticas; danos ao ecossistema; enfermidades tropicais como malária, dengue, leishmaniose e febre hemorrágica; inviabilização de pequenos projetos hidrelétricos bolivianos; emissão de gases causadores do efeito estufa; e até conflitos sociais nas comunidades fronteiriças tanto da Bolívia como do Brasil. Faltou denunciar uma epidemia de espinhela caída.

Diante da ameaça de tamanha catástrofe, o governo boliviano requeria a realização de uma reunião ministerial de urgência.

A resposta do embaixador Celso Amorim foi cabal. Aceitou a realização de uma reunião de técnicos - mas não de nível ministerial - para simples troca de informações, advertindo que os projetos de aproveitamento hidrelétrico serão realizados de qualquer maneira. Para não deixar dúvidas sobre a determinação do governo brasileiro de não permitir ingerências externas, afirmou que “os projetos de Jirau e Santo Antônio e seus respectivos embalses estarão integralmente em território brasileiro e seu licenciamento é de responsabilidade das autoridades ambientais brasileiras”.

Não é da semana passada a idéia do governo Evo Morales de chantagear - porque é disso que se trata - o governo brasileiro na questão das usinas do Rio Madeira. Como essa tática deu resultado no caso do preço do gás e das refinarias da Argentina na Bolívia, o líder cocalero entendeu que poderia repetir o ato. No final do ano passado, seu governo deixou claro que exigiria compensações econômicas para permitir a construção das usinas. No

começo deste ano, o chanceler boliviano chegou a declarar que a visita de Estado de Evo Morales a Brasília estava condicionada ao cancelamento da construção das usinas. Há cerca de um mês, o governo boliviano anunciou que exigiria a realização de estudos socioambientais em seu território.

Ocorre que as duas usinas serão construídas em território brasileiro. A mais próxima da Bolívia estará a cerca de 60 quilômetros de distância da fronteira. Nenhuma delas terá represas. Suas turbinas funcionarão usando a velocidade normal da correnteza. Além disso, o Rio Madeira vem da Bolívia para o Brasil, desembocando no Amazonas. Os efeitos ambientais eventualmente produzidos pelas usinas serão, assim, integralmente sentidos pelo Brasil.

Na verdade, Evo Morales quer criar dificuldades políticas para depois vender facilidades ao governo brasileiro, ao custo da construção de uma usina de cerca de 3 mil megawatts na parte boliviana do Rio Mamoré, entre Abunã e Guajará-Mirim.

Mas também nesse caso o chanceler Celso Amorim deu a palavra que se espera definitiva. Projetos de associação binacional para a construção de hidrelétricas, disse ele, requerem tempo. Antes de mais nada, “exigem um comportamento aceitável por um período razoável” por parte do governo da Bolívia.

Diplomaticamente, Celso Amorim observou que o diálogo entre os dois países “está melhorando”. O teor da carta do chanceler Choquehuanca e a maneira como ele foi divulgado mostram, no entanto, que o governo Evo Morales não é confiável.

UE pressiona Mercosul a mudar proposta de abertura industrial - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2007

Europeus dizem que, com a atual oferta, não será possível fechar acordo entre os dois blocos

A União Européia (UE) alertou ontem que, se os países do Mercosul mantiverem a atual posição nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) no setor industrial, dificilmente haverá espaço para negociar um acordo bilateral entre os dois blocos nos próximos meses.

O alerta foi dado pelas autoridades européias ao subsecretário de Comércio da Argentina, Nestor Stancanelli, às vésperas de a OMC apresentar o que acredita que pode ser o acordo para estabelecer de que forma ocorrerá a liberalização dos mercados agrícolas e de bens industriais.

Amanhã, será a vez de o chanceler brasileiro, Celso Amorim, se reunir com o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, em Bruxelas, para debater as propostas e definir como seguir adiante com as negociações.

Amorim está em Nova Délhi, onde se reuniu, ontem, com o chanceler indiano, Pranab Mukherjee, a fim de preparar o encontro da comissão trilateral (Brasil, Índia e África do Sul), hoje. Essa reunião é uma prévia da cúpula marcada para outubro, na África do Sul.

Com um tom bem mais agressivo dentro das salas de reuniões que em suas declarações públicas, os europeus deixam claro que não estão satisfeitos com a posição do Mercosul de não aceitar cortes de suas tarifas de importação de bens industriais de mais de 50%.

Stancanelli retrucou. 'Eu disse, claramente, aos europeus: vocês não ofereceram nada em agricultura. O que está na mesa não representa nada em termos de acesso', disse o representante argentino. Para os países do Mercosul, a oferta européia não representa um acesso suficiente em termos de corte de tarifas de importação.

Já a Europa alertou que, com o grau de ambição que o Mercosul apresenta no setor industrial, não haveria como negociar um acordo inter-regional. Bruxelas estima que não terá como convencer os 27 países do bloco a abrirem os seus mercados agrícolas em um acordo com Brasil e Argentina sem que as concessões compensem eventuais prejuízos.

De fato, em uma reunião de ministros da Agricultura da UE, ontem, na capital européia, vários governos afirmaram que a não poderiam ir além em suas propostas de abertura, entre eles o da Hungria e Holanda. Para a França, a Europa não pode ser responsabilizada por um fracasso, já que caberia aos americanos reduzirem as suas distorções.

Mas os europeus não querem perder tempo. Enquanto a OMC não caminha, Bruxelas acelera a sua tentativa de acordo com a Coréia do Sul, segundo maior mercado da Ásia para os europeus. Não por acaso a UE sugere, pela primeira vez, a eliminação de 100% de suas tarifas caso os coreanos retribuam com o mesmo benefício.

AMBIÇÃO

Na OMC, muitos diplomatas acreditam que a ambição real de cada país na Rodada Doha poderá começar a ser medida hoje. Os mediadores agrícolas e de bens industriais apresentarão o que acreditam ser o ponto de convergência de todas as propostas.

Os textos, aguardados com ansiedade em Genebra, estabelecerão as bases para os debates sobre o teto dos subsídios, o corte de tarifas e a abertura dos mercados de bens industriais.

Negociadores que já tiveram acesso ao documento disseram ao Estado que as propostas que serão apresentadas estão sendo consideradas 'ambiciosas', ainda que não nos níveis esperados inicialmente pelo gabinete de Pascal Lamy, diretor da OMC.

A estratégia dos governos será a de evitar atacar as propostas a partir de hoje para permitir que elas sobrevivam pelo menos até setembro. Vários governos, porém, deixaram claro à direção da OMC que esse não é o momento de uma reunião ministerial, como queria Amorim. 'Nós avisamos que não mandaríamos nosso ministro', afirmou um representante de um país centro-americano.

Ainda assim, a agenda de Mandelson e Amorim amanhã será a de tentar restabelecer o diálogo para ver o que pode ser feito nas próximas semanas. O encontro foi organizado depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou com a chanceler alemã, Angela Merkel, na semana passada.

Chávez culpa EUA por mal-estar com Brasil – Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Mundo – 17/07/2007

Declaração é feita depois do ultimato do venezuelano ao Senado brasileiro para entrar no Mercosul

Treze dias depois de dar um ultimato ao Senado brasileiro para entrar no Mercosul, o presidente Hugo Chávez culpou ontem os EUA por "tentar distanciar" a Venezuela do Brasil, além de deitar elogios ao colega Luiz Inácio Lula da Silva. "Ninguém, ninguém me fará brigar com Lula. É um bom companheiro. É um grande amigo", disse Chávez, em discurso a militares, em Caracas. Chávez citou um episódio envolvendo Simon Bolívar (1783-1830) para acusar os EUA de tentar afastá-lo de Lula. "Bolívar recebe o embaixador [brasileiro] e lhe diz, numa carta de boas-vindas: "O Brasil é uma das maiores garantias que enviou a providência para assegurar o futuro desta nascente República". O império tenta nos dividir e nos distanciar, como estivemos toda a vida." Sem citar sua polêmica com o Senado brasileiro envolvendo o Mercosul, Chávez disse que os EUA utilizam "quintas-colunas aqui na Venezuela, lá no Brasil e em outras partes do mundo" para provocar a discórdia.

O discurso de Chávez ontem ocorreu após amplo esforço de bastidores do Itamaraty para diminuir a crise provocada pelo duro discurso do presidente venezuelano, no início do mês. Na semana passada, o Palácio Miraflores havia sinalizado que baixaria o tom contra o Brasil.

No último dia 3, Chávez disse que esperaria até setembro para que os Congressos do Brasil e do Paraguai aprovassem a entrada no Mercosul, do contrário retiraria a solicitação venezuelana para entrar no bloco.

A crise entre Chávez e o Congresso brasileiro começou no início de junho, quando o Senado aprovou um requerimento exortando o governo venezuelano a rever a decisão de não renovar a concessão do canal oposicionista RCTV.

Irritado, o presidente venezuelano chamou o Senado de "papagaio de Washington". Ontem, a emissora voltou a ser transmitida por TV paga, após 49 dias fora do ar. O seu alcance agora está limitado a cerca de 21% da população do país.

Vida ou morte da Rodada Doha - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/07/2007

São esperados para os próximos dias dois movimentos importantes no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O primeiro é a apresentação das minutas dos documentos sobre as negociações de produtos agrícolas e industriais pelos presidentes dos respectivos comitês. Os documentos serão parte do chamado texto Lamy, que o diretor-geral da OMC deverá apresentar tão logo as minutas passem pelo teste de sobrevivência das consultas multilaterais. O segundo movimento, neste caso, especificamente brasileiro, é o Brasil dar o pontapé inicial no processo de se juntar formalmente ao Canadá no contencioso contra os subsídios agrícolas norte-americanos. Embora este segundo tema nada tenha que ver formalmente com a Rodada Doha, o movimento brasileiro decorre do recente insucesso das conversações entre os quatro protagonistas - Brasil, EUA, Índia e União Européia - e pretende servir de pressão sobre os EUA para fazerem concessões na rodada.

O texto Lamy é visto com sentimentos dúbios pelos negociadores. Do ponto de vista do processo negociador, é a única saída hoje disponível para viabilizar o término das negociações ainda neste ano. Esse é o sentimento reconfortante. Já do ponto de vista da substância, o Brasil teme que o texto venha pesado na indústria e pouco exigente na agricultura, sobretudo quando se trata de acesso a mercados e apoio doméstico nos países desenvolvidos. Daí o sentimento de apreensão.

Um eventual texto Lamy - eventual porque sua viabilidade dependerá da sobrevivência das minutas de agricultura e indústria às consultas que ocorrerão em setembro - reflete o desgaste da chamada abordagem de baixo para cima, em que todas as propostas deveriam partir dos países, e não da interpretação dos burocratas da OMC. Além das suspeitas dos países em desenvolvimento sobre a pessoa do diretor-geral, a aversão à abordagem de cima para baixo data da Rodada Uruguai, por conta do texto Dunkel, diretor-geral do antigo Gatt, que apresentou sua minuta de acordo em 1991, que serviu de base para a conclusão da rodada três anos depois. Se a história de repetir, um texto Lamy poderá viabilizar esta rodada, mas não em 2007, e sim lá por 2009.

As negociações da Rodada Doha vivem o momento do “manifeste-se agora ou se cale para sempre”. Há uma profusão de documentos técnicos sendo apresentados pelos diferentes países e coalizações como estratégia de marcação de posição. Certamente, a caixa de entrada do presidente do Comitê Agrícola, Crawford Falconer, está lotada de documentos de posicionamento. Entre eles está um que o Icone preparou juntamente com nossos parceiros do Mercosul.

Apesar de não ter lido nenhum deles, posso afirmar que tais documentos não contêm concessões e reiteram, sobretudo, as posições correntes dos países e coalizões. Ou seja, quaisquer que tenham sido as convergências encontradas pelos quatro protagonistas em Potsdam, elas não servem como compromisso junto ao diretor-geral da OMC. Nem mesmo o mais ansioso dos países com interesse em fechar um acordo da rodada mostraria suas flexibilidades neste momento.

Um exemplo interessante desse movimento de ações individualizadas é a recente manifestação do Brasil de pedir consultas aos EUA sobre os subsídios concedidos ao milho. Já há um painel aberto pelo Canadá no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC desde o começo de junho. O Brasil tem acompanhado o processo, mas decidiu ascender à posição de protagonista, já que um pedido de consultas pode desembocar facilmente na abertura de painel. O movimento brasileiro é fruto da percepção de que os EUA têm mais a oferecer na rodada.

O Brasil tem feito um uso muito peculiar dos contenciosos no caso dos subsídios agrícolas. Essa decisão do milho segue a mesma orientação do caso do algodão. O Brasil tem usado os painéis como forma de pressão sobre os EUA para que estes façam concessões no âmbito da Rodada Doha. Essa estratégia tem implicações importantes porque o Brasil deixa de usar os instrumentos de retaliação do Órgão de Solução de Controvérsias como mecanismo de promover reformas na política agrícola norte-americana, e devota toda a esperança na Rodada Doha.

O fato é que esta estratégia não tem funcionado, até porque os EUA condicionam seus movimentos na rodada a ganhos nos outros elementos do pacote negociador (tarifas industriais, por exemplo). É correta a decisão de se juntar ao Canadá, mas o governo ainda precisa provar que tal decisão é estratégica, e não apenas reação aos não-avanços da Rodada Doha.

Da perspectiva dos interesses ofensivos brasileiros, sobretudo no campo agroindustrial, um texto Lamy não é, necessariamente, ruim. Do ponto de vista da diplomacia, é, porque todas as glórias do acordo cairão sobre o diretor-geral e as luzes de grande articulador que brilhavam sobre o Brasil se vão apagar. Mas o que me causa apreensão, por outro lado, é o preço que o setor agroindustrial terá de pagar por um acordo menos ambicioso, dado que hoje prevalece o enfoque pragmático de que ou se fecha um acordo no segundo semestre, ou se adia para 2009, depois das eleições norte-americanas.

Se nos aspectos gerais esse acordo virá atraente, os elementos específicos que interessam a cada um dos setores agroexportadores brasileiros poderão minar os ganhos desta rodada. O acordo será muito importante para sustentar o sistema multilateral de comércio, mas não vai mitigar as demandas do agronegócio brasileiro por menos protecionismo e maior abertura de mercado em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, qualquer que seja o acordo, a pressão por negociações bilaterais é a nova prioridade do agronegócio e tema para futuros artigos. André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br

OMC tenta salvar Doha e pede corte pesado de tarifas a emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

Grupo que inclui Brasil defende uma redução máxima de 50%, mas nova proposta prevê corte de quase 65%

O Brasil terá de ceder em sua posição no setor industrial e aceitar cortes de mais de 60% de suas tarifas de importação. É o que sugerem os mediadores da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ontem apresentaram suas propostas para tentar salvar a Rodada Doha. Em troca, os europeus incrementariam a abertura do mercado agrícola e os americanos aceitariam um teto de no máximo US\$ 16,4 bilhões nos subsídios distribuídos anualmente.

A decisão, agora, é política. Para diplomatas, o Brasil e os países emergentes terão de avaliar se estão dispostos a pagar esse preço pelo que foi oferecido no setor agrícola. Sem um acordo entre os principais atores do processo e do fracasso da reunião de Potsdam, no mês passado, os mediadores da OMC foram convocados para apresentar suas propostas.

A proposta exige um pouco de todos. Mas críticos e diplomatas dos países emergentes apontam que o que está sendo pedido dos países emergentes em termos industriais vai além do que estava sendo proposto.

Em uma primeira leitura, o Brasil não esconde que ficou 'moderadamente satisfeito' com a proposta do teto dos subsídios nos Estados Unidos, entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões. Os americanos queriam US\$ 22,5 bilhões inicialmente, enquanto o Itamaraty pedia US\$ 12,5 bilhões. Outra dúvida que fica é quanto ao acesso ao mercado europeu - eles teriam de cortar de 66% a 73% de suas tarifas, mas poderiam manter produtos sensíveis.

O obstáculo será aceitar os cortes considerados profundos no setor industrial, algo que nem argentinos nem venezuelanos, entre outros países, parecem dispostos. Um negociador sul-africano considerou a proposta 'inaceitável' e não escondia irritação.

'A proposta de abertura de mercados agrícolas oferece pouco para o preço que será cobrado', afirmou Celine Charveriat, da Oxfam, organização internacional voltada ao combate da pobreza. Segundo a entidade, os cortes de tarifas e subsídios agrícolas vão 'na direção correta', mas ainda são 'modestos' comparados aos esforços e 'custos severos' que os países emergentes terão ao abrir seus mercados para industrializados.

Crawford Falconer, autor da proposta agrícola, nega que os textos sejam desequilibrados. 'Estamos tirando todos da zona de conforto. Isso precisava ocorrer se queremos um acordo. Pode ser doloroso para alguns, mas a dor será necessária para que haja um acordo.'

'Nenhuma delegação conseguirá o que quer', alertou Pascal Lamy, diretor-geral da OMC. 'O que separa os países é menor do que os une. O pacote sobre a mesa é impressionante.' O grupo composto por Brasil, Argentina, Venezuela, África do Sul e outros sete países emergentes defende que o corte máximo nas tarifas industriais seja de 50%. Uma sugestão

de elevar essa taxa é o que teria levado ao fracasso de Potsdam, segundo algumas interpretações. Pela nova proposta, o corte seria de quase 65%. Na prática, o Brasil reduziria suas tarifas médias consolidadas de 29% para cerca de 13%.

A Argentina, em plena adoção de políticas de industrialização, não poupou críticas ao documento, considerado uma proposta que vai além da capacidade do país de abrir seu mercado. Outra crítica se refere ao fato de que haveria uma tentativa de dividir o grupo de países emergentes ao sugerir alguns benefícios aos sul-africanos, um dos líderes do bloco.

A proposta da OMC, porém, bate exatamente com a idéia apresentada há um mês pelo Chile e outros sete países emergentes que deixou o Itamaraty irritado.

Cautelosos, nem europeus nem americanos querem 'matar' os textos, já que representaria o último prego no caixão de Doha. Segundo alguns diplomatas, os europeus seriam os maiores beneficiados pelo atual texto, já que não exigiria muito além do que já propuseram.

Hoje, o chanceler Celso Amorim deverá debater o texto com o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, em Bruxelas. O objetivo será definir como seguir com o processo.

Concessões dependem dos EUA e da UE, diz Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

O Brasil admite concessões se americanos e europeus também flexibilizarem suas posições. Isso é pelo menos o que garante o chanceler Celso Amorim, em entrevista publicada ontem no jornal indiano The Hindu. Para ele, os países ricos subestimam a 'dignidade' dos países em desenvolvimento nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Falando sobre o comportamento dos Estados Unidos e da Europa na conferência fracassada de Potsdam da OMC há um mês, Amorim afirma que Bruxelas e Washington 'têm a chave' para desbloquear a rodada.

'Os países ricos precisam aprender que não podem apenas colocar pressão e achar que terão o resultado que queiram', disse Amorim. 'Em Potsdam, eles subestimaram nosso sentido de equilíbrio e dignidade. Não acho que fizeram de má fé. É apenas um velho hábito.'

Na avaliação do chanceler, os países ricos não podem tentar inverter a ordem da negociação, exigindo que as economias emergentes abram seus mercados para produtos industriais antes de saber o que ganharão no setor agrícola. 'O que não se pode é colocar uma faca no peito e dizer que, se não houver movimento em produtos industrializados, não haverá rodada.'

O chanceler admite que a situação hoje está difícil para a Rodada, mas ainda acha que 'não é impossível a conclusão' antes do fim do ano. Para Amorim, a rodada seria a melhor forma de 'combater a pobreza, crime e até o terrorismo'.

ACORDOS - De acordo com o chanceler, o fracasso de Potsdam ainda pode ser um 'bênção disfarçada', pois poderia abrir caminhos para outros acordos entre países emergentes. Mas Amorim deixa claro que a OMC 'continua sendo importante'. 'Nossas relações com o mundo rico não são menores. Precisamos de um sistema e regras estáveis, que nos permitam abrir disputas, como no caso do algodão e do açúcar. Esse sistema é necessário, e não podemos abandoná-lo.'

Entidades empresariais reagem com misto de otimismo e apreensão - Denise Chrispim Marin e Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

O rascunho de acordo no capítulo agrícola da Rodada Doha, apresentado ontem pela Organização Mundial do Comércio (OMC), foi considerado uma boa base para a conclusão das negociações, na avaliação de representantes da indústria e da agricultura.

'O documento recoloca os países na mesa de negociação e, com alguns ajustes de balizamento nas negociações, é possível que os ministros avancem e fechem um acordo até o fim do ano', disse Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo ele, a proposta de corte nas tarifas de importação de bens industriais é muito mais ambiciosa do que a de abertura do mercado agrícola. 'Temos de negociar, porque todas as possibilidades colocadas no documento sobre indústria são difíceis de aceitar.'

Para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), apesar de incompleta, a proposta de acordo captou o 'centro de gravidade' das ofertas e das demandas de Brasil e Índia, dos Estados Unidos e da União Européia e, portanto, facilitará o entendimento na OMC.

Segundo a CNA, o texto trouxe outra vantagem especial para a conclusão da Rodada: seu conteúdo está em acordo com o rascunho do capítulo indústria/serviços, que propõe uma abertura já sinalizada como aceitável pelo setor industrial brasileiro em junho passado, em Potsdam (Alemanha).

'Os rascunhos apontaram, finalmente, para uma zona de aterrissagem para a Rodada Doha', afirmou o assessor técnico da CNA, Antônio Donizete Beraldo. 'Além disso, o documento sobre agricultura mostra-se compatível e equilibrado com o corte de tarifas industriais proposto no de Nama (indústria e serviços).'

Na avaliação da CNA, o rascunho sobre agricultura atenderia a boa parte das reivindicações e dos pressupostos do G-20, o grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia. No caso dos subsídios domésticos, a proposta prevê a derrubada do atual teto dos EUA, de US\$ 48,2 bilhões anuais, para uma cifra entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões.

Os valores são próximos aos sinalizados pelos EUA e pelo G-20 e indicam possível acerto em torno de US\$ 15 bilhões.'Essa posição reflete realismo, mas falta incluir mais disciplinas sobre as concessões de subsídios.'

Proposta afeta política industrial - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

Sugestão de corte de tarifas da OMC praticamente acaba com a adoção de barreiras de importação pelo Brasil

O corte proposto pela OMC para as tarifas de importação de bens industriais no Brasil praticamente acabaria com qualquer possibilidade de suas barreiras de importação como instrumento de política industrial, como vem sendo adotado pelos atual governo. A sugestão da entidade máxima do comércio para ressuscitar a Rodada Doha considera que os cortes acabariam colocando praticamente em pé de igualdade as tarifas consolidadas pelo País e a média aplicada. Já os países em desenvolvimento e a entidade britânica Oxfam atacam as propostas e alertam que o que seria exigido do Brasil em cortes de tarifas é duas vezes mais que o que será feito nos Estados Unidos.

Os cortes profundos eram uma das exigências dos países ricos e, segundo os europeus, foi a recusa de Brasil e Índia em aceitar concessões nesse setor que teria impedido um acordo na conferência de Potsdam, há um mês. Os países ricos alegam que não têm como dar acesso a seus mercados agrícolas sem ganhar em troca amplo acesso aos mercados dos países emergentes. O Brasil é cobrado para abrir seu mercado.

Hoje, diante do choque levado pela proposta, os países emergentes se reunirão em caráter de emergência em Genebra para debater como irão reagir. Entre os diplomatas, há ainda a percepção de que a proposta seria mais facilmente aceita pelo Brasil do que por países como Argentina ou Venezuela.

Mesmo assim, a diferença entre a tarifa no Brasil e a tarifa consolidada é ainda considerada significativa. O Brasil consolidou suas taxas em 29% em média, com a tarifa mais alta chegando a 35%. Na prática, o que o País aplica é cerca de 13%.

Ao reduzir portanto a média consolidada para cerca de 13,8%, a proposta tornaria difícil a implementação de decisões como a que o Brasil anunciou há poucas semanas de elevar as tarifas de importação para têxteis e calçados diante da valorização do real. Na fracassada reunião de Potsdam, há um mês, o Brasil citou a situação da moeda e defendeu a manutenção dessa margem. Por isso, insistiu que não poderia aceitar um corte além de 50%. Pelas propostas de ontem, o corte seria de pelo menos 60%.

Para o autor da proposta, o canadense Don Stephanson, ao equiparar as tarifas consolidadas e aplicadas os países estarão dando maior estabilidade, transparência e previsibilidade para

os agentes de comércio exterior e empresas. Isso diante da impossibilidade de que o País use o espaço entre a tarifa consolidada e a aplicada para elevar as barreiras.

O texto, porém, permite que os países em desenvolvimento indiquem setores que seriam mantidos com alguma proteção. Mas, mesmo nessas áreas, algum corte teria de ser promovido. Se aceita, a proposta criaria um sistema em que as tarifas médias de importação nos países ricos ficaria abaixo de 3%, com limites máximos de 10%. O que as ONGs criticam é que, hoje, essa média já é de 4% e, portanto, os ganhos não seriam tão significativos como diz a OMC. Segundo o pacote, 90% dos produtos vendidos à Europa e aos Estados Unidos entrariam com taxas abaixo de 5%. Cálculos de diplomatas sul-americanos estimam que o corte nos países ricos seria de 38%.

O problema é que, nos países emergentes, os cortes seriam mais profundos, com redução de até 65%. Stephanson admite que nenhuma média tarifária nos emergentes ficaria acima de 12% e apenas poucos teriam tarifa acima de 15%. Nesses países, entre 80% e 90% das tarifas ficariam abaixo de 15% para importação de bens.

Para a Oxfam, a OMC 'colocou de ponta cabeça toda a lógica das negociações'. 'A proposta força países emergentes a pagarem pelos custos do acordo na OMC', disse a entidade. 'O documento provocaria uma significativa perda de empregos e seria um obstáculo aos esforços dos países emergentes de desenvolver setores de alto valor agregado', afirmou Celine Charveriat, da entidade.

Na OMC, essa lógica é rejeitada e os mediadores garantem que os países em desenvolvimento serão poupados e ganharão acesso para seus produtos têxteis, calçados e produtos agroalimentares nos mercados dos países ricos.

Pacote agrícola se aproxima da posição brasileira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

Mas não houve sequer menção à inclusão do etanol como um bem ambiental, como queria o Brasil

As propostas para a agricultura feitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) começam a se aproximar da posição do governo brasileiro em termos de redução de subsídios. Mas ignoram o pedido do Brasil de inclusão das barreiras ao etanol na agenda, o que foi considerado frustrante em Brasília.

O governo americano anunciou ontem mesmo que o texto 'não é final' e trabalhará para que uma revisão seja debatida a partir de setembro. Na Europa, diplomatas também afirmam que têm 'uma série de preocupações' com o pacote.

De fato, o teto para os subsídios proposto ontem é inferior ao defendido pelos Estados Unidos em Potsdam, há um mês. Inicialmente, os americanos sugeriram que estabeleceriam

o teto dos subsídios em US\$ 22,5 bilhões, ante os atuais US\$ 49 bilhões. Os países emergentes exigem US\$ 12,5 bilhões.

Após meses de negociações, a Casa Branca indicou, em Potsdam, que seu limite era US\$ 17 bilhões e não poderia passar disso até por motivos políticos. Na atual proposta, o corte sugerido seria entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões e 20% do corte teria de ocorrer no primeiro ano após a conclusão de Doha.

O problema é que, no Congresso Americano, deputados já falam até mesmo em elevar o teto para US\$ 20 bilhões. Para o autor da proposta, Crawford Falconer, um acordo só será possível dentro das margens apresentadas por ele. 'Qualquer coisa fora disso significará que não teremos acordo', disse.

Segundo diplomatas africanos, ainda que o valor proposto no texto seja menor que o que vinha sendo dito pelos americanos, a realidade é que pouco impacto teria. 'Em 2006, os americanos deram US\$ 11 bilhões em subsídios. A proposta significaria, portanto, que poderiam simplesmente continuar fazendo o que já fazem', disse um embaixador de um país exportador de algodão.

Washington nega o argumento e afirma que, em seis dos últimos dez anos, deu mais de US\$ 17 bilhões em subsídios. Para a Oxfam, se não houver regras de como esses recursos serão dados, os problemas continuarão. O Brasil admite que ainda não está seguro de que as regras poderão disciplinar os subsídios.

MODESTO

A OMC, porém, garante que o acordo impede que um só produto receba grande quantidade de recursos, já que um teto seria estabelecido. Hoje, apenas cinco produtos (milho, soja, arroz, trigo e algodão) recebem 93% dos subsídios americanos. O pacote ainda apóia a idéia africana de que o setor do algodão receba um corte substancial já nos primeiros anos de implementação do acordo.

Se em muitos aspectos o pacote exigirá flexibilidades dos países ricos no setor agrícola, diplomatas sul-americanos e entidades já alertam que o acordo pode ser considerado 'modesto' em termos de redução das distorções. Em Genebra, negociadores ainda apontaram 'desequilíbrios' entre o que o plano exige dos países emergentes no setor industrial o que exige dos ricos em agricultura.

Uma das frustrações foi a questão do etanol, ignorada na proposta. O Itamaraty pretendia incluir o tema na agenda como um bem ambiental e, pelas regras da OMC, passaria a ser isento de tarifas de importação. O Brasil considera a negociação um instrumento contra o protecionismo americano.

Os mediadores alegaram que não havia ainda uma convergência suficiente para que o etanol fosse incluído. Os países ricos chegaram a elaborar uma lista de bens ambientais, mas só incluíram bicicletas e barcos a vela, não o etanol.

Para especialistas, entre os países ricos, quem mais fácil poderia adotar as propostas seriam os europeus. Isso porque o pacote fala em corte de tarifas de importação na Europa que ficaria entre 66% e 73% para as barreiras mais altas. Em média, o corte seria de 52%.

A proposta inicial dos europeus era de corte de 39%, mas acabaram aceitando chegar perto de 54%, posição do Brasil e dos demais países do G-20. Em Potsdam, os europeus ainda acenaram com o corte de 70%, o que estaria dentro da proposta apresentada ontem.

O texto ainda estipula que cotas terão de ser criadas para produtores agrícolas que os países ricos considerem sensíveis, como açúcar e carnes. Segundo Falconer, a proporção de produtos sensíveis teria de ser de 4% a 8% do total de linhas tarifárias de um país rico. Originalmente, o Brasil queria de 1% a 4%.

Já para a fixação de cotas, os países importadores precisariam garantir espaço para até 6% do mercado consumidor para os produtos estrangeiros. Pela proposta de corte de subsídios, a maior redução ocorreria na Europa. O teto seria reduzido de 110 bilhões por ano para 27,6 bilhões. Bruxelas não terá problemas em chegar a esses valores, já que aprovou uma reforma e ainda não distribuiu a totalidade do que tem direito.

Apesar de não estar longe do pacote, Bruxelas ainda alega que tem 'importantes preocupações' e critica a ausência de alguns pontos. 'Já fizemos ofertas generosas, mas alguns pedem cada vez mais e sabem que não podemos oferecer', disse Mariann Fischer Boel, comissária de Agricultura da Europa. Para ela, os EUA precisam cortar subsídios e os emergentes, oferecer mais acesso aos seus mercados industriais. ' Isso precisa ocorrer logo', disse ela. 'Não podemos oferecer ganhos com retornos modestos.'

O que ainda preocupa os especialistas é a exigência para que os países emergentes, como a Índia, abram seus mercados agrícolas, algo que não estão dispostos a fazer.

NÚMEROS

US\$ 16,4 bilhões - é a proposta para o teto dos subsídios agrícolas anuais concedidos pelos EUA

US\$ 11 bilhões - foi o valor dos subsídios recebidos pelos agricultores americanos no ano passado

OMC apresenta números para "pegar ou largar" na Rodada Doha – Clóvis Rossi –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007

Propostas se referem a corte de subsídios nos EUA, redução de tarifa de importação de agrícolas na UE e diminuição de taxa de bens industriais em países como Brasil

Os presidentes dos comitês negociadores em agricultura e em bens industriais da Organização Mundial do Comércio apresentaram ontem seus relatórios que, na prática, contêm os números que representam o "pegar ou largar" para os 151 países-membros da instituição, mergulhados há seis anos em tensas e infrutíferas discussões na Rodada Doha de liberalização comercial.

O usual, na OMC, é que os relatórios dos presidentes de grupos sejam o fruto do consenso. Mas, como não houve até agora consenso, mas uma enorme divergência, os presidentes ousaram colocar números em seus trabalhos, números considerados ambiciosos. Os principais números referem-se ao que o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, sempre chama de "triângulo" essencial da negociação: corte nos subsídios internos que os EUA concedem a seus produtores agrícolas; redução nas tarifas de importação de bens agrícolas fixadas pela União Européia; e um corte ambicioso nas tarifas de importação de bens industriais por parte dos grandes países em desenvolvimento, em especial o Brasil.

Se o triângulo é esse, os relatórios trazem de fato números ambiciosos. Ou, mais exatamente, uma faixa de números, já que a falta de consenso tornou impraticável cravar um só número em cada item do triângulo (ver quadro).

Pela análise ouvida pela **Folha** no comando da OMC, "os números doem um pouquinho para todo mundo", o que fará com que "todos fiquem ligeiramente descontentes". O que não pode acontecer é que alguns países, especialmente os mais ricos, fiquem muito descontentes.

A faixa de números no quesito subsídios domésticos tende, no entanto, a deixar os Estados Unidos bem descontentes. Crawford Falconer, o presidente das negociações agrícolas, sugere cortar tais subsídios para entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 16 bilhões. Nas negociações até agora, Washington propunha oficialmente reduzir seus subsídios para US\$ 22 bilhões, mas insinuou a hipótese de aceitar um corte para US\$ 17 bilhões, sem, no entanto, formalizar a sua proposta.

Campanha eleitoral

Ver agora, no papel, a sugestão de um corte ainda maior será difícil de engolir, até porque já está em curso, na prática, a campanha eleitoral para 2008, época em que nenhum país se torna disponível para a abertura de seu mercado.

O G20, o grupo de países em desenvolvimento comandado por Brasil e Índia, pedia um corte para os US\$ 12,8 bilhões que ficam na faixa mais ambiciosa apresentada por

Falconer. Logo, esse ponto deve satisfazê-lo plenamente, o que confirma a impressão inicial de que o texto sobre agricultura está muito centrado nas propostas do G20. Para aumentar o desconforto norte-americano, há o fato de que a proposta de Falconer é também ambiciosa nos cortes em produtos específicos, entre eles soja, arroz e algodão, de interesse direto do Brasil.

No caso do algodão, o corte dos subsídios chega a 80%, o que reduzirá o apoio aos produtores norte-americanos de cerca de US\$ 3 bilhões para algo em torno de US\$ 450 milhões.

Para o Brasil, é sopa no mel, porque o país recorreu à OMC para derrubar os subsídios norte-americanos ao algodão, ganhou a causa, mas a decisão não foi implementada pelos Estados Unidos.

Em contrapartida, na área industrial, o relatório coloca sérios problemas políticos para o governo brasileiro. O corte proposto oscilará entre 53% e 58% das tarifas brasileiras consolidadas na OMC (sempre mais altas do que as efetivamente aplicadas). Reduzirá a tarifa média para algo em torno de 12%, quando hoje é superior a 30%. A tarifa máxima baixará de cerca de 35% para perto de 13%.

A indústria brasileira acha muito, tanto que, ao recusar proposta parecida, durante a reunião do G4 em Potsdam, no mês passado, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, gritou: "Não vou trair a indústria". Gritou também: "Não vou trair o Mercosul", uma alusão ao fato de que, mais que o Brasil, quem rejeita esse nível de redução tarifária é a Argentina, parceira no Mercosul.

Também a África do Sul tem dificuldades com esses números e é integrante do G20 liderado pelo Brasil.

De todo modo, o comando da OMC calcula que as faixas numéricas apresentadas são difíceis de alterar, sob pena de "desestabilizar" todo o conjunto -e, por extensão, fazer fracassar definitivamente as negociações.

Como são documentos complexos e extensos, as delegações ainda os examinavam ontem. Na semana que vem, haverá reuniões tanto sobre agricultura como sobre bens industriais, mas a negociação propriamente dita em cima dos papéis de ontem só começa em setembro, após as férias de verão da OMC.

OMC apresenta nova proposta para salvar Doha – O Globo – Economia – 18/07/2007

Mediadores querem que EUA e Europa reduzam seus subsídios agrícolas em mais de 70%

GENEBRA e NOVA DÉLHI. Os Estados Unidos devem reduzir seus subsídios agrícolas de até US\$ 19 bilhões para US\$ 16,4 bilhões anuais, e os países em desenvolvimento precisam diminuir suas tarifas sobre produtos industrializados para menos de 23%. Essas são as propostas de um documento apresentado ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC), numa tentativa de salvar a Rodada de Doha, que visa à liberalização comercial.

O texto, elaborado por mediadores da OMC, pede que os EUA rebaixem seus subsídios agrícolas entre 66% e 73%. Assim, os agricultores americanos embolsariam, por ano, entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões. O governo americano havia proposto à OMC um teto de US\$ 17 bilhões.

— Alguns desses limites serão bem dolorosos, evidentemente.

Mas a dor será necessária para que se chegue a um acordo — disse Crawford Falconer, embaixador da Nova Zelândia na OMC e chefe das conversas agrícolas.

Já a União Européia (UE) precisa reduzir a ajuda a seus agricultores entre 75% e 85%, ou seja, para entre US\$ 16 bilhões e US\$ 27 bilhões. Quanto às tarifas sobre produtos agrícolas, a UE terá de reduzi-las em torno de 53%, um nível que o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, já disse estar disposto a aceitar.

Emergentes cortariam tarifas industriais a entre 19% e 23% Em troca de concessões na área agrícola, os países em desenvolvimento teriam de abrir mais seus mercados aos produtos industrializados oriundos das nações ricas. O documento da OMC sugere diminuir as tarifas alfandegárias impostas por 27 países emergentes, para uma margem entre 19% e 23%.

Essa cifra é superior à proposta por Brasil e Índia, os principais líderes dos países emergentes. Durante as negociações de Potsdam, no mês passado, ambos se negaram a reduzi-las a menos de 30%. A reunião terminou em fracasso.

Um pouco antes de a OMC divulgar a proposta dos mediadores, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manifestou sua esperança de alcançar um acordo na Rodada de Doha.

— A Rodada de Doha não está morta, tenho esperança de que se consiga um acordo — afirmou Amorim a jornalistas em Nova Délhi, onde está para se reunir com os chanceleres de Índia e África do Sul. O Itamaraty informou ontem que o Brasil ainda está analisando a proposta — mesma postura de Índia e EUA.

— O Brasil está estudando de perto o texto e detalhará sua posição nos próximos dias, mais provavelmente nos encontros da próxima semana em Genebra — disse um porta-voz do Itamaraty.

— O Brasil continuará a trabalhar em busca de uma solução para a Rodada de Doha.

OMC sugere que Brasil baixe tarifas para 13% - Assis Moreira – Valor Econômico –
Internacional – 18/07/2007

O Brasil, os Estados Unidos e os outros principais países-chave na Rodada Doha foram colocados sob a pressão pelos mediadores das negociações agrícola e industrial para aceitarem fortes cortes de tarifas e de subsídios na intenção de fechar a negociação. Pela proposta apresentada ontem, na área industrial, o Brasil precisa baixar suas tarifas de importação de produtos industriais e de consumo dos atuais 29,8% na média (registrados na Organização Mundial do Comércio-OMC) para cerca de 13% - percentual próximo da média tarifária realmente aplicada pelo país.

Por sua vez, os EUA devem aceitar limitar seus subsídios domésticos que mais distorcem o comércio internacional a algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões, valores além do que Washington sempre disse aceitar. Os EUA têm atualmente autorização para conceder até US\$ 48,2 bilhões de subsídios, mas a média do que foi realmente dado ficou em US\$ 15,4 bilhões no período 1995-2005.

O vínculo entre os textos agrícola e industrial é claro: se o Brasil quiser tentar limitar os subsídios americanos a US\$ 13 bilhões, precisa aceitar corte de 62% nas tarifas consolidadas (coeficiente 19). Se quiser cortar 57%, que é coeficiente 23, então os subsídios americanos ficariam em US\$ 16,4 bilhões. A questão é se americanos também aceitarão essa barganha. Essas cifras estão próximas do que era negociado em Postdam, e resultou em fiasco.

"Chega um momento, e esse momento é agora, que é tempo para atacar os problemas seriamente, e nenhuma outra opção é possível", afirmou Crawford Falconer, o mediador agrícola. Ele e seu colega Don Stephenson, na indústria, consideram que seus textos de compromisso procuram "equilibrar" as duas negociações. O sentimento era de que, após o fiasco de Potsdam, só restou mesmo "matar a negociação ou melhorar as concessões".

Em negociação	
Principais pontos das propostas da OMC	
Agricultura	
Acesso ao mercado	Subsídios domésticos
<ul style="list-style-type: none"> ■ Corte nas tarifas dos países desenvolvidos em mais de 50% e de 36% a 40% nos países em desenvolvimento. Fórmula que corta mais as tarifas mais altas, entre 66% a 73% nos países ricos. ■ Produtos sensíveis limitados a 4% ou 6%, afetando exportações brasileiras. A compensação deve vir com cota tarifária (exportação de determinado volume com tarifa menor) equivalente a 4% ou 6% do consumo doméstico do país importador. ■ Livre acesso para quase todas as exportações de países mais pobres. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Redução de 70% ou mais nos subsídios domésticos dos países ricos que mais distorcem o comércio. Os EUA limitariam as subvenções a US\$ 13 bi ou a US\$ 16,4 bi. ■ Limite de subsídios que cada commodity pode ter. Afeta a ajuda americana para soja, arroz, milho, trigo e algodão e assim beneficia exportações brasileiras. ■ Mais de 80% dos subsídios para algodão seriam eliminados num prazo acelerado.
	Subsídios à exportação
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Os subsídios devem ser eliminados até 2013. Metade já em 2010. ■ Novas provisões sobre crédito e seguro à exportação, ajuda alimentar e estatais
Produtos industriais	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Eliminação de picos e escalada tarifária: país rico não terá mais nenhuma tarifa acima de 10%. ■ Nos países em desenvolvimento, "algum acesso" ao mercado: entre 15% e 30% de suas tarifas seriam cortadas abaixo das alíquotas que aplicam hoje. Isso resulta de fórmula suíça com 	<ul style="list-style-type: none"> coeficientes 19 ou 23 para países em desenvolvimento. Significa corte entre 57% e 62% nas tarifas consolidadas do Brasil. ■ China terá quatro anos a mais do que os nove previstos para fazer os cortes na área industrial, porque já cortou muito quando entrou na OMC.

Fuente: Hipermercado

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, apoiou os dois textos e conclamou os países a reduzir as divergências que, segundo ele, são menores do que o que une as nações.

As duas propostas mexem com todo mundo. "Apertam o calo de um lado e sopram de outro", definiu um negociador. A questão é o custo político interno que cada um aceita pagar ou não. "O documento tira os negociadores de suas zonas de conforto", disse Falconer.

Os textos serão examinados pelos 150 países membros em reuniões negociadoras a partir da semana que vem. As primeiras reações foram moderadas. Sem surpresa, negociadores de emergentes, incluindo Brasil e Argentina, apontaram aspectos positivos no texto agrícola, mas reclamaram que o texto industrial "foi mais duro conosco". Por sua vez, a confederação das indústrias americanas (NFTC) declarou-se "decepcionada" com o que chama de corte pequeno de tarifas do Brasil, Índia e outros. A União Européia (UE) acha que há espaço "para continuar" a negociação.

O texto de compromisso sobre produtos agrícolas representa duas a três vezes o resultado da Rodada Uruguai, a última grande negociação global. A pressão maior é sobre os EUA, que resistem a limitar seus subsídios domésticos que mais distorcem o comércio internacional. No caso da UE, o atual volume de subsídios de 110 bilhões de euros cairia para algo entre 16 bilhões de euros a 27 bilhões de euros. Essas reduções visam harmonizar o nível de subvenções entre americanos e europeus, reduzindo o volume entre eles.

Além disso, o texto propõe reduzir ainda mais os subsídios mais distorcivos, a "caixa amarela", em 60% a 70%. Também introduz limite nos subsídios da "caixa azul", menos distorcivos, a 2,5% do valor da produção - hoje, são 5%.

Pela primeira vez, ficaria limitada também a subvenção por produto, como quer o Brasil, afim de evitar a concentração de ajuda em um única commodity. Esse é um dos pontos que favorecem o Brasil. Nos EUA, a ajuda a cinco produtos - milho, soja, arroz, trigo e algodão - recebeu 93% de todas as subvenções nos últimos anos.

Outra questão importante para o Brasil é a designação de "produtos sensíveis". No caso da UE, isso pode reduzir o acesso das exportações brasileiras. O número dos sensíveis ficaria entre 4% e 6% e os países em desenvolvimento poderiam designar até um terço a mais. Mas essa flexibilidade precisa ser compensada com as cotas tarifárias para carnes, por exemplo, devendo ser expandidas entre 3% e 6% do consumo doméstico.

Já um acordo sobre regras para crédito a exportação era examinado atentamente pelos brasileiros. A primeira avaliação é de que na verdade os americanos vão ter ainda mais flexibilidade para financiar suas exportações agrícolas. Em contrapartida, o mediador acha que só dá para falar de "produtos especiais" para países em desenvolvimento depois da negociação já avançada. Tampouco há convergência sobre o mecanismo de salvaguarda especial, pelo qual China, Índia e outros querem poder frear importações agrícolas.

O objetivo é de um equilíbrio político entre as concessões agrícola e industrial. Isso implica um pacote "ambicioso" em produtos industriais, que representam mais de 90% do comércio global. Cada país precisa "contribuir" segundo sua capacidade. Pela primeira vez, os cortes tarifários nos desenvolvidos serão amplos, na base de linha por linha e sem possibilidade de isenção de produto. Alíquotas para têxteis, confecções e calçados, de interesse do Brasil, não podem ficar acima de 10%.

Por sua vez, de 80% a 90% das tarifas consolidadas dos países em desenvolvimento ficariam abaixo de 15%. O texto também tenta garantir que os 27 países, incluindo o Brasil, sujeitos a cortes tarifários, terão flexibilidade para a maioria de seus setores industriais sensíveis.

Sugestões para Doha dividem setor privado brasileiro - Raquel Landim – Valor Econômico – Internacional - 18/07/2007

O setor privado brasileiro está dividido em relação aos textos apresentados ontem pelos mediadores das negociações agrícola e industrial da Organização Mundial de Comércio (OMC). Os agricultores estão satisfeitos, enquanto as indústrias reclamam que foram submetidas a uma forte pressão. Poucos setores descartaram os documentos, já que pode ser uma das últimas chances de salvar a Rodada Doha.

"É um momento de ter realismo. Embora esteja aquém do que nós pretendíamos, é um passo importante", diz Antonio Donizeti Beraldo, chefe do departamento de comércio exterior da Confederação de Agricultura do Brasil (CNA). "Não é o ideal, mas não pode ser refutado", afirma Cinthia Cabral da Costa, pesquisadora sênior do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

Os representantes da agricultura consideraram positiva a proposta do mediador de baixar os subsídios agrícolas americanos para algo entre US\$ 12,9 bilhões e US\$ 16,2 bilhões. O valor está acima dos US\$ 12 bilhões solicitados pelo G-20, grupo de países em desenvolvimento, que pede o fim dos subsídios agrícolas, mas abaixo dos US\$ 17 bilhões admitidos informalmente pelos EUA. "O G-20 já admitiu que um patamar razoável está em torno de US\$ 15 bilhões", diz Beraldo.

Para os cortes das tarifas agrícolas da União Européia, a proposta praticamente atinge as ambições do G-20, e é bem superior ao oferecido pelos europeus. Os países em desenvolvimento pediam um corte de 75%, a UE oferecia 50%, e o mediador sugeriu entre 66% e 73%. Cinthia, do Icone, ressalta que agora é preciso uma análise mais cuidadosa para melhorar as propostas.

Se o pacote agrícola agradou, as exigências feitas para a abertura do setor industrial deixaram os empresários preocupados. Os representantes da indústria avaliam que as exigências são fortes, mas reconhecem que os papéis possibilitam retomar as negociações. A sugestão do mediador da negociação industrial é utilizar fórmula Suíça com coeficiente entre 19 e 23. Para o Brasil, a coeficiente 23 significaria um corte real das tarifas aplicadas pelo país de 4,9 mil produtos. O coeficiente 25, flexibilização máxima sugerida informalmente pelo país, representaria um corte de 3,4 mil tarifas.

"A pressão de abertura sobre a indústria é muito grande", diz Soraya Rosar, coordenadora da área de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ela ressalta que o mês de agosto será de muito trabalho para analisar os detalhes da proposta e o equilíbrio entre agricultura e indústria. "Esses papéis dão um fôlego as negociações, mas não é o que nós queríamos", afirma.

"Sempre quisemos uma negociação ambiciosa e equilibrada. Não vamos descartar nada de pronto. Negociação é diálogo", diz Roberto Gianetti da Fonseca, diretor do departamento de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Decex/Fiesp). Segundo ele, a entidade vai avaliar a equivalência com a oferta agrícola e os prejuízos para o setor industrial. Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto do Decex, diz que a primeira avaliação é que o coeficiente 23 é "muito ambicioso".

Na indústria, os setores mais prejudicados pelos cortes das tarifas estão reclamando. "O coeficiente 25 já era uma loucura", diz Mário Branco, gerente de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Ele explica que, se essa proposta fosse aceita, 799 produtos do setor elétrico e eletrônico sofreriam um corte real de tarifas de importação. O coeficiente 25 significaria um corte de 570 itens, enquanto o coeficiente 30 atingiria 370.

"É um risco enorme de desindustrialização para o país", diz Branco. Ele explica que, mesmo as flexibilidades previstas pela negociação não seriam suficiente para aliviar a pressão sobre o setor. Se o setor elétrico e eletrônico conseguisse reduzir menos as tarifas de 10% de seus produtos, como foi sinalizado pelos negociadores, significariam apenas 120 produtos.

No setor têxtil, o Brasil está tentando aprovar no Mercosul um aumento da tarifa de importação para 35%, máximo permitido pela OMC. Fernando Pimentel, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), afirma que o setor continua mantendo a proposta de aceitar apenas o coeficiente 30.

O empresário ressalta, no entanto, que considera a negociação multilateral muito complicada. "A apresentação desses papéis foi apenas um movimento natural da OMC. Não vejo qualquer avanço em relação as posições dos países, que continuam emperradas", diz. O setor têxtil teme a abertura para o mercado asiático na negociação multilateral e defende que o Brasil se concentre em acordos bilaterais com países ricos, como Estados Unidos e União Européia.

Num esforço quase desesperado para salvar a Rodada Doha, mediadores da OMC apresentaram um novo esboço de acordo, com maiores concessões para todas as partes. O chanceler Celso Amorim rejeitou a proposta, ontem, porque o Brasil, segundo ele, teria de conceder muito mais do que receberia. Mas declarou-se disposto a continuar negociando. Pelo esquema dos mediadores, americanos e europeus teriam de oferecer condições de comércio agrícola bem mais próximas daquelas cobradas pelo Brasil e por outros emergentes. Em troca, estes deveriam cortar suas tarifas industriais bem mais do que pretendiam. Qualquer nova discussão dificilmente partirá de um esquema muito diferente. Se houver uma nova proposta e o governo brasileiro a considerar palatável, terá de enfrentar três tarefas: 1) convencer os setores industriais ainda resistentes a uma abertura maior da economia; 2) persuadir os demais emergentes, incluídos Argentina, Índia, África do Sul, Egito e Venezuela, a entrar no jogo; e 3) negociar os detalhes para tornar o menos traumático possível o ajuste da indústria nacional.

Não se trata apenas de resolver se vale a pena cortar até 55% ou 60% das tarifas industriais consolidadas, para obter, no comércio agrícola, uma redução mais expressiva dos subsídios americanos e das barreiras européias. O corte máximo admitido pelos negociadores brasileiros, até há poucos dias, era de 50%. Segundo o esquema esboçado pela OMC, as subvenções pagas pelos EUA poderiam ter como teto algum valor na faixa de US\$ 13 bilhões a US\$ 16,4 bilhões. Os americanos haviam admitido chegar até US\$ 17 bilhões. Quanto aos europeus, teriam de podar entre 66% e 73% de suas tarifas agrícolas. Vinham propondo uma redução de 60%, mas já acenavam com a possibilidade de chegar até 70%.

Para o governo brasileiro, o problema efetivo é mais complicado que uma decisão baseada em números parecidos com esses. Se falhar o esforço de conciliação, o jogo não será simplesmente suspenso. A situação seria muito mais confortável, se todos voltassem para casa e o mundo continuasse como no início da Rodada Doha, há quase seis anos. Mas o mundo mudou e continua mudando. Muitos acordos bilaterais e regionais foram celebrados nesse período - e outros estão em negociação ou em pauta.

A Coreia do Sul acaba de concluir um acordo de livre-comércio com os EUA e iniciou negociações com a União Européia. A região da Ásia-Pacífico está cada vez mais integrada. Essa integração é, em parte, baseada em políticas de complementaridade industrial, com importantes ganhos de produtividade e competitividade (padrão muito diferente daquele exibido pelo Mercosul). Tanto EUA quanto União Européia têm mostrado interesse em fortalecer os vínculos com essas economias, por meio de novos entendimentos.

Esse jogo vai continuar, com ou sem acordo na Rodada Doha, e provavelmente com maior intensidade no caso de um fracasso das negociações globais. As alternativas até agora exploradas pelo Brasil são muito mais pobres. Uma delas, a busca de um grande acordo entre economias emergentes e em desenvolvimento, nem de longe poderá compensar a perda de um acordo global. Além disso, as possibilidades de êxito de um empreendimento desse tipo são pequenas. A maior parte dos emergentes vem mostrando pouca disposição de oferecer concessões significativas. Num jogo desse tipo, o Brasil acabaria, quase

certamente, oferecendo os maiores benefícios. Acordos limitados - entre Brasil, África do Sul e Índia, por exemplo - poderão ser mais produtivos, mas proporcionarão ganhos bem menores que os tratados com as economias avançadas.

Em qualquer caso, o governo brasileiro deverá fazer um esforço para reativar as conversações do Mercosul com a União Européia, especialmente diante do empenho dos europeus em buscar acordos com os parceiros da Ásia. Mas a União Européia não deixará de cobrar do Mercosul benefícios importantes nas áreas industrial e de serviços. Valerá a pena recusar essas concessões na Rodada Doha, para aceitar, diante dos europeus, condições provavelmente semelhantes? A isso será preciso acrescentar as dificuldades de uma negociação em bloco, especialmente se a Venezuela do presidente Hugo Chávez for incluída no Mercosul.

ONU já prepara ataques ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007

Relatório será entregue durante a Assembléia-Geral em setembro

A 'diplomacia do etanol' do Brasil sofrerá um duro ataque na Assembléia-Geral da ONU. O Estado apurou que um relatório será apresentado aos mais de 190 membros em setembro em Nova York, alertando para o risco de que o crescimento da produção de etanol acabe agravando a situação da fome no mundo. O autor do documento é o suíço Jean Ziegler, relator especial da ONU para o Direito à Alimentação. Essa será a primeira vez que um relatório sobre o assunto será apresentado à Assembléia-Geral.

Apesar de não ter o peso de uma resolução, o documento poderá ser seguido por pedidos de estudo mais aprofundado sobre o etanol antes que seja usado como opção sustentável.

Há cerca de um mês, o governo cubano sugeriu à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que um grupo de trabalho fosse criado para investigar a situação dos bóias-frias que trabalham em canaviais no Brasil. O governo brasileiro se apressou a reparar os estragos diplomáticos causados pela sugestão de Cuba e fez uma reunião de emergência com embaixadores e ministros de Havana na sede da ONU para tentar impedir que a idéia fosse adiante.

Já Ziegler irá se concentrar no impacto sobre a fome. O documento apresenta como seu argumento principal o fato de que o uso de terras para a produção de combustível já está tendo um impacto direto nos preços dos alimentos.

Em muitos mercados, o milho dobrou de preço por causa da produção de etanol. Ziegler, que já visitou o Brasil em missões oficiais, alerta que o problema não é apenas gerado com o etanol americano, feito a partir do milho. Para ele, o etanol de cana-de-açúcar também gera efeitos 'perversos', já que ocupa terras que poderiam ser usadas para outros cultivos.

Amorim ataca, mas insiste no acordo - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007

EUA também rechaçam teto de subsídios em US\$ 13 bilhões, o que estaria dentro da criticada proposta da OMC

O chanceler Celso Amorim ataca a proposta de cortes de mais de 60% nas tarifas de bens industrializados apresentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), mas insiste que o País continuará a negociar para encontrar pontos de convergências. O ministro ainda alerta que, se os americanos não acatarem a sugestão de estabelecer um teto de US\$ 13 bilhões em seus subsídios, a própria Rodada Doha estará em risco.

Ontem Amorim esteve em Bruxelas para reuniões com os europeus e teria chegado a um entendimento sobre o ponto de partida em que as negociações poderiam ser retomadas a partir de setembro. Mas, em Washington, a Casa Branca afirmava que o teto de US\$ 13 bilhões para seus subsídios era 'inaceitável'. 'Se isso for verdade, que os americanos assumam o ônus de sair das negociações. É uma pena que não aceitem esse número. Se a maior economia do mundo não quer acordo, não teremos acordo', afirmou o chanceler.

Na quarta-feira, a OMC apresentou o que seria um pacote de acordo comercial entre os 150 países. A proposta prevê cortes de mais de 60% nas tarifas de importação de bens industriais nos mercados emergentes, um teto que variaria entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões nos subsídios americanos e um corte de até 73% nas barreiras européias para bens agrícolas.

Os americanos, porém, alertaram ontem que os países devem esquecer qualquer possibilidade de que o teto fique em US\$ 13 bilhões, o que estaria mais perto da proposta brasileira, de US\$ 12,5 bilhões. Para Amorim, US\$ 13 bilhões estaria perto do razoável. A outra opção - de US\$ 16,4 bilhões - estaria 'longe demais' dos objetivos do País, segundo Amorim.

Tudo indica, pelas reações de ontem, que o processo será duro. Se o chanceler critica sem meias palavras os Estados Unidos, ele também deixa claro que adotará uma posição dura no setor industrial. Originalmente, a proposta brasileira era de que o corte não poderia ser de mais de 50%. 'Temos problemas com as propostas. Não é o ideal e não estamos satisfeitos', afirmou Amorim.

O chanceler acusa as propostas da OMC de serem 'desequilibradas', já que pediria muito dos países emergentes e ofereceria ainda uma quantidade insuficiente no corte de tarifas para o setor agrícola. 'A proposta é mais ambiciosa na área industrial do que em acesso a produtos agrícolas', disse Amorim.

Os ataques também vieram dos americanos. Em um artigo publicado ontem no The Wall Street Journal, o embaixador americano na OMC, Peter Allgeier, colocou em questão a liderança do Brasil e Índia entre os países emergentes por causa das conferências de Potsdam, há um mês, que acabaram em fracasso. 'Se não acham que somos líderes, que encontrem outros', respondeu Amorim.

Apesar das críticas, o chanceler garante que não está desistindo de negociar. 'Espero que haja margem e espaço para que possamos negociar', afirmou, após um encontro com o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson. O encontro foi agendado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma conversa com a chanceler alemã Ângela Merkel, para não deixar o processo simplesmente morrer.

Ontem os negociadores teriam chegado a identificar 'bases de entendimento' e alguns números a partir dos quais retomariam o diálogo. 'A reunião foi útil e terminou em um tom positivo. Concordamos em trabalhar de forma construtiva em Genebra na próxima semana', afirmou Mandelson.

Proposta da OMC divide emergentes - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007

Governos dos países em desenvolvimento não encontram ponto de convergência e revelam interesses opostos

As propostas da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre como deve ser um acordo para destravar a Rodada Doha marcam uma divisão entre os países em desenvolvimento. Um dia depois da apresentação das ofertas, os governos não acham um ponto de convergência e explicitam a existência de interesses opostos no bloco dos países emergentes.

Em Genebra, técnicos do grupo de países emergentes se reuniram e as críticas contra a proposta de cortes de tarifas de bens industriais foram duras. O bloco de 11 economias de países emergentes, entre elas Brasil e Argentina, havia deixado claro que não aceitariam cortes acima de 50%. O governo da Venezuela, por exemplo, afirmou que não teria como aceitar o que foi proposto pela OMC.

Em outra reunião que ocorria ao mesmo tempo, Chile, México, Peru e Costa Rica ganhavam apoios de pelo menos dez países em desenvolvimento em sua iniciativa de sair em defesa das propostas de abertura dos mercados de bens industrializados. Esses países apresentaram uma proposta similar ao que a OMC havia colocada sobre a mesa.

Já entre os europeus, funcionários não escondiam a satisfação com as propostas da OMC. No setor industrial, a proposta pede um corte acima de 60% para os países emergentes, valores que os europeus queriam ver no acordo.

'Essa é uma margem que consideramos possível de trabalhar', afirmou Peter Power, porta-voz de comércio da Comissão Européia. Para ele, a proposta de corte de tarifas de emergentes é 'realista'.

Na conferência de Potsdam, há um mês, os europeus alegam que foi exatamente a recusa do Brasil e Índia de fazerem cortes acima de 50% que impossibilitou um acordo. Agora,

ganharam como aliados as propostas da OMC e esperam que o Brasil siga as sugestões dos documentos.

No setor agrícola, Bruxelas também comemora. 'O texto reconhece e premia as flexibilidades que apresentamos nos últimos meses', afirmou Power. Pelas propostas os europeus teriam de cortar entre 66% e 73% suas tarifas mais altas de importação de bens agrícolas. Em Potsdam, Bruxelas já havia acenado com 70%.

Quem não gostou da oferta agrícola foram os produtores europeus, que alegam que as regras para impedir os subsídios nos Estados Unidos não são suficientemente rígidas. Alguns países mais protecionistas, como a Irlanda, também atacaram a proposta agrícola, alegando que o mercado europeu não pode ser aberto acima dos níveis atuais. Para a ministra da Agricultura irlandesa, Mary Coughlan, os cortes propostos para a tarifa sobre carnes são 'inaceitáveis'.

Para o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, os mediadores das negociações tiveram de se arriscar. 'Eles optaram por arriscar para o lado mais ambicioso', afirmou Lamy a jornais australianos.

Hoje, em Genebra, será a vez de o chanceler Celso Amorim se reunir com os membros do G-20 (grupo de países emergentes) para debater como deve ser a estratégia no setor agrícola.

Doha - Um não sonoro para eles - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2007

Não há dúvida: a OMC ficou com os países desenvolvidos em oposição aos emergentes na proposta que apresentou. Quer dar a impressão de que deseja salvar negociações frustradas, mas a um custo maior para os menos desenvolvidos que lutam por desenvolver suas indústrias, sem o que não haverá desenvolvimento. A agricultura é muito, mas não é tudo. Cria alimento, mas gera pouco emprego. O chanceler Celso Amorim está absolutamente certo. Defendeu os interesses do Brasil ao rejeitar a proposta da OMC. Ela tem desequilíbrio entre o que pedem de concessões industriais e o que oferecem de abertura agrícola. O Brasil não aceita a proposta, mas aceita negociar. Nada de grandes concessões com pouco retorno.

OS 'SENSÍVEIS...'

A OMC propõe que os europeus 'incrementariam' a abertura agrícola e os EUA reduziriam para US\$ 16,4 bilhões o teto de subsídios agrícolas. Só que em 2006 concederam apenas US\$ 11 bilhões. Ambos apresentam como inegociável a seleção de certos produtos 'sensíveis', que seus agricultores cultivam. Para esses produtos poderão impor tarifas protetoras. Para entender o que isso significa, veja as tarifas impostas hoje por americanos e europeus a alguns dos seus 'sensíveis':

EUA: açúcar, 133%; queijo, 67%; leite em pó, 45%.

U E: açúcar bruto, 161% (!); carne bovina, 141%; corte de carne de frango, 87,8%.

Ah, não vamos nos esquecer do Japão que aplica uma tarifa de 771% na importação de arroz e 234% no leite em pó.

Isto é, eles alegam que a tarifa média é baixa, mas escondem que essa 'média' vale pouco ou nada, porque os produtos que de fato pesam no mercado são brutalmente taxados. Parabéns, chanceler Celso Amorim. Desta vez o senhor acertou. Nada para quem não oferece nada.

BUSH SEM PODER

Se antes essas negociações estavam dando em nada, agora é que darão em nada mesmo. Explico. O Congresso americano retirou do presidente o direito de negociar acordos internacionais sem que possam ser emendados pelos parlamentares. É o fast track, que, para apressar acordos finais, dava ao presidente esse direito. Agora, não tem mais. E o que acontece?

Os EUA podem aceitar as propostas de Doha, mas não garantem que as aplicarão; ao contrário, nós, que já assinamos, teríamos de reduzir as tarifas industriais! Tudo entraria em vigor só após o Congresso americano aprovar, e ele é hostil ao presidente e a esses acordos. Discutem ainda os tratados assinado com países da América Central e o importantíssimo acordo com a Coréia do Sul.

Há eleições à vista e há também que proteger os que financiam as campanhas. O povo também contribui, as empresas industriais também pesam, mas ninguém supera o lobby agrícola.

Sei que o nosso Congresso também terá de aprovar um acordo, mas ele é menos hostil, e o Executivo tem a maioria.

IMPOSSÍVEL PARA A INDÚSTRIA

Do lado industrial, o quadro é ainda mais injusto. Eles, e digo eles porque a proposta da OMC na sua essência é dos EUA e da União Européia, usam de subterfúgio para propor um corte tarifário. Falam em taxa média de 29% com a tarifa mais alta chegando a 35%, mas na prática isso ficaria em 23,8%, o que tornaria inviáveis tarifas de proteção já aplicadas pelo governo para setores atingidos pela competição chinesa. No fundo, o que eles propuseram agora foi corte tarifário do Brasil de pelo menos 60%. Inaceitável.

Sem acordo. Como sempre. Afinal, eles vêm discutindo isso desde que a OMC foi criada em 1995. Já nesse momento nos ludibriaram dizendo que iriam estudar a liberação agrícola depois... Um depois que após 12 anos ainda não chegou.

* E-mail: at@attglobal.net

Mercosul aprova elevação de tarifa de calçados da China – Fernando Nakagawa - inheiro – 19/07/2007

Decisão veio com o aval do Uruguai, único do bloco que ainda não havia aprovado a medida

Alta de 20% para 35% é uma vitória do setor calçadista brasileiro, afetado pelo câmbio; nova taxa não atinge ramo de confecções

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Brasil conseguiu ontem a aprovação de todos os sócios do Mercosul para elevar a tarifa de importação de calçados chineses. A alíquota vai subir de 20% para 35%. A vitória dos calçadistas nacionais -prejudicados pelo dólar baixo- foi obtida após reuniões de representantes brasileiros no Uruguai, único país do grupo que não havia aprovado a decisão.

A nova TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul) começa a valer após teleconferência com os ministros de relações exteriores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Técnicos do Ministério do Desenvolvimento acreditam que isso pode ocorrer na próxima semana.

O aumento da alíquota é uma resposta às reclamações da indústria calçadista, principalmente da região Sul, que sofre com a valorização cambial. Com o dólar baixo, as exportações brasileiras ficam mais caras, o que reduz o espaço das mercadorias produzidas no país e amplia o das chinesas.

A alíquota de 35% foi aprovada por argentinos e paraguaios, faltavam os uruguaios. A negociação seguiu aspectos técnicos, segundo diplomatas que participaram das reuniões. A autorização para a nova TEC, explicam, só foi concedida após estudo de impacto da medida.

A boa notícia para os calçadistas brasileiros foi anunciada durante reunião de deputados gaúchos -principal Estado produtor- com o ministro Guido Mantega (Fazenda). O setor fez pedidos para diminuir o impacto do dólar -como redução da alíquota do PIS/Cofins e devolução mais rápida de créditos tributários-, que serão estudados pelo ministro.

Confecções - Nas confecções, os uruguaios pediram mais tempo para analisar a medida. "Eles apontaram suas dificuldades em adotar o aumento, mas não se opõem à adoção pelo Brasil", afirmou o secretário-executivo do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, em comunicado.

O Brasil pede que a TEC desse segmento também passe de 20% para 35%. Mas há resistência do Uruguai, que já concedeu benefícios para a indústria têxtil local. Para as autoridades do país vizinho, a medida poderia significar mais um incentivo ao setor, o que poderia descontentar outros segmentos. **(FERNANDO NAKAGAWA)**

Negociação de Doha reabriu, diz Amorim – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/07/2007

Declaração do chanceler brasileiro foi dada depois de reunião com Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio

Ministro gostou de propostas para o setor agrícola porque são próximas das posições defendidas pelo grupo de países em desenvolvimento

O chanceler brasileiro Celso Amorim acha que as propostas dos presidentes dos comitês negociadores de agricultura e bens industriais da Organização Mundial de Comércio reabriram o jogo da Rodada Doha, que parecia condenada ao fracasso ou, na melhor das hipóteses, a uma longa hibernação.

Ao sair de uma reunião com Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio, Amorim disse à Folha: "Não quero soar muito otimista, mas acho que ainda pode ter jogo." Para reduzir o teor de otimismo, é importante dizer que a primeira frase do chanceler fora: "Acho que ainda tem jogo". Corrigiu-a depois, certamente porque faz questão de conversar com parceiros do Brasil no G20, antes de uma avaliação definitiva das propostas. O G20 é um grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia, criado para lutar pela abertura agrícola dos países ricos.

"O Brasil não tem falado sozinho; quero continuar assim", diz Amorim. O ministro não diz, mas é óbvio que sua cautela se deve também ao fato de que a África do Sul, integrante do G20, reagiu negativamente à proposta de abertura no setor industrial dos países em desenvolvimento feita pelo presidente da negociação setorial. A Argentina, principal sócia do Brasil no Mercosul, também não gostou.

É claro que Amorim tampouco compra a proposta tal como apresentada. Prevê um corte entre 53% e 58% das tarifas industriais brasileiras, o que reduziria a tarifa máxima de 35% para algo em torno de 13%, enquanto a tarifa média ficaria perto de 12%, menos da metade da faixa atual (31%).

Mas Amorim acha que há uma hipótese de barganha nesse capítulo, ao lembrar que a proposta também estabelece para os países ricos cortes mais fortes do que queriam Estados Unidos e União Européia.

A proposta dos dois era um coeficiente 10, quando o presidente do grupo negociador propôs 8 ou no máximo 9 (quanto menor o coeficiente, maior o corte tarifário). Em tese, portanto, poderia haver uma barganha pela qual o coeficiente para países em desenvolvimento como o Brasil ficaria em 25, em vez dos 19 a 23 propostos, enquanto o do mundo rico subiria para 10.

Para o Brasil, os 25 criam desconforto, mas podem ser aceitos. O problema seria convencer Argentina e África do Sul, o que é um jogo político, não comercial. O cauteloso otimismo de Amorim agora colide de frente com a sua reação em Potsdam, no

mês passado, quando o G4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) estava reunido. No dia 21, Amorim e o ministro indiano do Comércio, Kamal Nath, deram por inútil prosseguir no encontro, previsto para ir até dia 24.

"Com os números postos à mesa, não há sentido em prosseguir", disseram em coro. É bem diferente de achar, pouco menos de um mês depois, que "ainda pode ter jogo". Como era previsível, Amorim gostou das propostas para o setor agrícola. Afinal, são muito próximas das posições defendidas pelo G20.

Cautela

Mesmo assim, o chanceler introduz uma ponta de cautela na questão do corte de tarifas de importação, um tema em que a União Européia é quem deve ceder. A proposta do presidente do grupo negociador é de um corte de 52% na média das tarifas, mas com uma poda bem maior nas tarifas mais altas (66% a 73%). "Sem as especificações que ainda são necessárias, é difícil saber que acesso a mercado resulta da proposta", diz. De fato, o texto é tão complexo tecnicamente que especialistas de Brasil e União Européia combinaram ontem reunir-se na semana que vem para analisar tudo no detalhe e ver o que cada lado tem a ganhar ou a perder com a proposta.

Mas, antes mesmo dessa checagem, o chanceler brasileiro aponta que, "entre a União Européia e o Brasil, há um compromisso de buscar algum tipo de entendimento", compromisso reafirmado na sua conversa de duas horas e meia ontem com Mandelson. De novo, um contraste forte com o tiroteio que se seguiu ao fracasso de Potsdam. Agora, em vez de acusações, Amorim diz que as propostas da OMC entram na "faixa em que pessoas sensatas podem chegar a um acordo".

Amorim vê 'desequilíbrio' na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2007

Para o chanceler, setores agrícola e industrial estão recebendo tratamento diferenciado sobre redução de tarifas

Genebra - O chanceler Celso Amorim foi ontem de Bruxelas a Genebra dizer ao diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, que as propostas da entidade para a abertura dos mercados agrícolas e industriais estão "desequilibradas". Amorim esteve também com o G-20, grupo de países emergentes, e garantiu que o bloco está unido e apoiará as sugestões da OMC no setor agrícola. Cuba, porém, não endossou completamente a idéia de apoio à proposta por alegar que alguns interesses dos países em desenvolvimento no setor agrícola não estavam contemplados.

Os textos da OMC sugerem que os emergentes cortem em mais de 60% suas tarifas de importação de bens industriais. Já os americanos estabeleceriam um teto de até US\$ 16,4

bilhões em subsídios por ano. Aos europeus caberia um corte entre 66% e 73% em suas tarifas de bens industriais.

Diante da situação, Amorim deu seu recado a Lamy. “Eu disse a ele que há um desequilíbrio inerente (nas propostas)”, afirmou o chanceler. Para Amorim, o problema central é que a proposta agrícola, ainda que seja aceitável para o Brasil, permite certos confortos aos países ricos. Isso porque a Europa praticamente não teria de fazer grandes esforços para chegar ao que a proposta sugere.

“Já no setor industrial, a abertura sugerida aos países emergentes não dá nenhuma margem de conforto e é ambiciosa demais”, disse Amorim. “Não é o que pedimos”, acrescentou, insinuando que tentará influenciar o processo para modificar as propostas de liberalização do setor industrial.

Após seu encontro com o G-20, Amorim garantiu que o grupo está unido e há uma percepção geral de que se poderá usar o texto agrícola como base para as negociações. Diplomatas da Venezuela, Uruguai e Argentina também apontaram para uma convergência nas opiniões do grupo. “A unidade do G-20 é essencial para uma conclusão da Rodada. Há um entendimento que, seja qual for o progresso, ele aconteceu por causa do G-20”, disse o chanceler.

Mas os negociadores alertam que a união do G-20 é apenas “parte da história” e está cada vez mais claro que não há nenhuma união na questão dos produtos industrializados.

Na semana que vem, a entidade volta a se reunir oficialmente pela primeira vez após a apresentação dos documentos. Cada grupo irá, até lá, estudar cuidadosamente o que será dito para que os encontros não signifiquem o fim da Rodada Doha. “Certamente, ainda há um longo caminho a percorrer”, concluiu o ministro.

Acordos bilaterais são alternativa ao fracasso de Doha - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2007

Com o fracasso da última tentativa de acordo para a Rodada Doha, em Potsdam, criaram-se dois cenários possíveis para as negociações, segundo Lia Valls Pereira, coordenadora de projetos do Ibre/FGV, em artigo na revista Conjuntura Econômica. Continuar negociando com prazo indeterminado ou fazer um acordo, mesmo considerado insatisfatório pelos membros da OMC, apenas para sinalizar o desfecho das negociações. E é isso, ao que parece, que está sendo tentado agora. “A intenção é manter a ‘bicicleta’ do fórum multilateral da OMC andando a qualquer custo”, destaca a economista.

No caso, porém, de um fracasso “final” da Rodada Doha, segundo a economista, haverá um claro incentivo aos acordos bilaterais ou regionais. E já existem notícias de que um acordo entre Brasil e EUA estaria sendo considerado pelo governo brasileiro. Só que o sucesso de um acordo deste tipo exigirá que sejam solucionados antigos obstáculos. Vamos lá:

1. Acesso a mercados. Um acordo de livre-comércio com os EUA exigirá total eliminação das tarifas de importações ou, pelo menos, 85% das linhas tarifárias, segundo as regras da OMC. Na área agrícola, a negociação poderá permitir eliminação das tarifas e das cotas de importações. Na área não agrícola, em especial nos setores de maior conteúdo tecnológico, a diferença entre a média tarifária brasileira e a americana supera 10 pontos percentuais.

2. Liberalização. São dois os pontos cruciais aqui. Primeiro. Um acordo com os EUA exige o consenso dos setores industriais de avançar na liberalização comercial brasileira. Segundo. O formato da negociação: Mercosul ou bilateral. O último acordo de livre-comércio assinado pelo Mercosul, com os países andinos, mostrou a dificuldade de conciliar interesses, expressa na existência de 67 cronogramas de liberalização.

A questão principal, segundo Lia Pereira, é que a opção por acordos bilaterais, em especial com os EUA, não pode ser ventilada como a “única alternativa possível” ao fracasso da Rodada Doha. Deve ser apresentada sim como uma estratégia que atende aos interesses do Brasil no cenário mundial.

IMPRESSÃO DIGITAL

Ao que parece, Jackson Schneider, presidente da Anfavea, não está contente com os números do crescimento interno do setor automotivo. Em vez de comemorar a pujante evolução das vendas - mais 25,7% no semestre -, preocupa-se com o volume das exportações, em queda de 10%. Em todo caso, sua argumentação segue uma certa lógica.

“Hoje, os investimentos automotivos são globais, direcionados para países com mercados internos florescentes, custos competitivos e perspectivas no mercado internacional. Para atraí-los, precisamos de uma equação para a nossa competitividade global, interna e externa.”

Zoellick critica posição do Brasil sobre acordo na OMC - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2007

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, criticou indiretamente a posição negativa do Itamaraty em relação à proposta de acordo apresentada pelos negociadores da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Se for encarado com o espírito certo, há um acordo sobre a mesa, uma oportunidade a ser aproveitada”, afirmou.

Citando sua experiência com negociações comerciais - ele foi representante comercial dos Estados Unidos -, Zoellick disse: “Provavelmente nenhum governo estará totalmente satisfeito e muitos encontrarão vários motivos para crítica. Mas os documentos revelam que um progresso significativo foi atingido, e que as lacunas podem ser abordadas para se chegar a um consenso, mesmo que os temas sejam controversos.”

O ministro Celso Amorim criticou as propostas de acordo, dizendo que há um desequilíbrio: o rascunho é bem mais audacioso na abertura industrial. Segundo Zoellick, a “comunidade global precisa estar focada no que interessa”. “Se esse rascunho se transformar em base para um acordo, todas as economias podem se beneficiar.” Para ele, é importante que “agricultores pobres” e trabalhadores de países em desenvolvimento possam vender seus produtos nos outros países e se beneficiar de preços mais baixos.

Doha se enfraquece com deserções - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007

Mais um que deixa a Rodada Doha em segundo plano e se volta para os acordos bilaterais. É o Japão ciumento, que afirma estar preocupado com o acordo entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Seu ministro de Economia declarou nesta semana que “nós não podemos ficar atrás da Coreia do Sul. Estamos preocupados”.

E o conselho econômico do primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, recomendou que se iniciem estudos para um acordo com os Estados Unidos, seu principal parceiro (US\$ 55 bilhões, só em veículos), afim de não perder espaço para outros países industrializados da região.

Doha? Ah, Doha...

Bem, disse outro dia uma autoridade japonesa, nós somos o maior importador mundial de alimentos e não fomos ouvidos. Portanto...

Os agricultores japoneses também não querem acordo nenhum, pois na estreiteza de suas terras, estão protegidos por tarifas de até mais de 700%.

Portanto, também não contemos com o Japão como agora não podemos contar com a China - que protestou na quinta-feira - nem com os Estados Unidos, nem com a União Européia. Só nos resta fazer o que eles estão fazendo. Buscar resultados.

CORÉIA DO SUL, TARIFA ZERO! - A União Européia deu agora um passo surpreendente. Propôs aos sul-coreanos redução total de todas as tarifas, tarifa zero, no comércio bilateral.

É uma proposta inusitada, pouco viável, certo. Mas serve para mostrar o quanto eles estão empenhados para chegar a um acordo bilateral. Com o Brasil, brigam por ninharias. Com eles, oferecem tudo. O próximo passo já anunciado será a Índia.

Enquanto isso, o Mercosul fica de fora. Para consolar, a comunidade européia nos honrou ao declarar o bloco como “parceiro estratégico”.

Sim, obrigado, mas para quê mesmo?

DOHA, SIM, POR QUE NÃO...Sei que eles poderão sempre continuar negociando em Genebra, mas o fazem agora sem o empenho dos que não têm pressa. Enquanto conversam, fecham acordos e buscam parceiros mais importantes. Não esperam nada de Doha. Aliás, ninguém espera. Só nós.

Pelo menos é o que, na prática, parece. Endurecemos corajosamente em Genebra, mas ficamos nas verbalidades. Não temos ainda qualquer negociação bilateral mais séria, além do blá-blá-blá sonolento com os europeus.

SOMOS MENOS QUE A CORÉIA...A nova política européia tem sentido. Estão certos, pensam neles e aplicam a diplomacia de resultados abandonando as inúteis acrobacias verbais. Inspiram-se nas estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os números mostram que o comércio bilateral da Europa com Coréia do Sul é de US\$ 80 bilhões. O nosso com os europeus, apenas US\$ 51 bilhões. E com os coreanos? Estão sentados? US\$ 4 bilhões! A Coréia do Sul é o quarto maior parceiro da Europa e nós somos o nono, mas a grande distância.

Sei que eles não têm, como nós, o atrativo de um grande mercado consumidor em potencial. Mas, como a China, são vorazes importadores de matéria- prima e componentes para produtos industriais, que exportam. É isso que atrai os Estados Unidos e a Europa.

E NÓS? FICAMOS PARA TRÁS....A verdade é que não sabemos explorar nosso potencial comercial e ficamos satisfeitiíssimos se exportarmos, US\$ 150 bilhões, uma ninharia num mercado mundial de mais de US\$ 10 trilhões. De acordo com dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, em 2006 exportamos para a Coréia do Sul apenas o equivalente a US\$ 1,9 bilhão e importamos US\$ 3,1 bilhão.Temos déficit.

Mas a Coréia do Sul não é tudo. Temos a Ásia! Errado. Não temos. Em 2006, o comércio bilateral com todos os países asiáticos ficou em apenas US\$ 24 bilhões em números redondos, menos que com os Estados Unidos. Concluindo, somos um parceiro marginal para os Estados Unidos, para a Europa e para a Ásia também. Não sobra muito. Temos uma economia ainda fechada, como parceiros comerciais, não somos importantes para o mundo. Entrem no [site do ministério](http://site.do.ministério.br). br e vocês ficarão convencidos disso.

Tudo se resume a uma frase: a Europa, os Estados Unidos e, agora, o Japão deixaram de lado os acordos multilaterais da OMC e avançam para concluir os bilaterais, relegando para segundo plano aqueles que, como nós, importam pouco e exportam poucos. Só nos resta seguir o mesmo caminho. Vamos continuar batendo papo em Genebra. Mas ao mesmo tempo devemos iniciar imediatamente conversações bilaterais, com ou sem esse Mercosul capenga que precisa ser totalmente reformulado.

Mas, por favor, sem a Venezuela que só quer atrapalhar, tentando ressuscitar a “revolução” cubana de Fidel Castro, o grande timoneiro do atraso e do passado. E-mail: at@attglobal.net

Um favor – O Globo – Opinião – 27/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá a entender que já foi mais otimista com o futuro das relações do Brasil com a Venezuela bolivariana. E tem muitos motivos para isso.

Lula assumiu o primeiro mandato com uma política externa inspirada nas cartilhas terceiro-mundistas dos anos 60/70, quando a esquerda enxergava um mundo dividido entre norte e sul, ricos e pobres.

Era a transposição da luta de classes para a geopolítica. No mesmo pacote ideológico, veio a integração latino-americana. O projeto em si é estratégico e correto. Mas, com a presença do caudilho Hugo Chávez no continente, ele se tornou um estorvo. Ou pelo menos alguns aspectos dele. O governo brasileiro demorou a entender que a intenção de Chávez é subordinar nações para a guerra santa contra o “imperialismo ianque”. Uma cruzada movida a petrodólares. Para destruir, não para construir.

Foi preciso que o Planalto percebesse a presença de Chávez ao lado de um dos seus pupilos, Evo Morales, na empreitada da Bolívia contra os interesses brasileiros para, enfim, o tom da diplomacia brasileira mudar em relação a esse eixo bolivariano.

Populista, autoritário, histriônico e virtual ditador, pois controla o Judiciário e o Congresso, Hugo Chávez viu no Mercosul mais um espaço para o proselitismo. Em má hora, Brasil e Argentina — esta dependente de Chávez para rolar a dívida externa — aceleraram a entrada da Venezuela chavista no mercado comum.

O insulto ao Senado brasileiro — a que o governo brasileiro reagiu à altura — é apenas um exemplo das dificuldades que o caudilho pode criar ao Mercosul.

Interessados em reabrir negociações sobre um acordo comercial com a Europa, diante da muito provável falência da Rodada de Doha, os países do Mercosul deveriam se assustar com a possibilidade de ter um Hugo Chávez sentado à mesa de negociação. Pior diplomacia, impossível.

Se o problema é o mercado venezuelano, as exportações brasileiras continuarão a ser feitas — pelo menos enquanto houver poder de compra na Venezuela. Afinal, o “socialismo do século XXI” do governo já produz desabastecimento no país. E é essa mesma debilidade que atravanca as conversas técnicas para o país aderir ao mercado comum: os empresários venezuelanos temem a competição com brasileiros e argentinos. Talvez por isso, o caudilho anuncie que pode desistir da candidatura ao Mercosul.

Prestaria um favor a todos.

Exemplo europeu – Dr. Rosinha – O Globo – Opinião – 23/07/2007

As infelizes declarações do presidente Hugo Chávez sobre o Senado distorceram o debate objetivo sobre a entrada da Venezuela no Mercosul.

Com efeito, esse debate, que deveria ter por parâmetro essencial os interesses estratégicos do Mercosul, vem sendo conduzido com base em posições ideológicas, não raro marcadas pelo emocionalismo e o desconhecimento.

Ora, é necessário considerar que acordos internacionais, como o da adesão da Venezuela ao Mercosul, do qual sou relator na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, são celebrados por estados com fundamento em seus interesses de longo prazo. Nesse processo jurídico-diplomático, governos são circunstanciais.

Os compromissos de política externa constituem-se, por definição, em compromissos de países.

Assim, quem está aderindo ao Mercosul não é o governo venezuelano, mas sim a Venezuela, país vizinho com o qual o Brasil mantém excelentes relações há décadas.

Observe-se que as tratativas para a entrada da Venezuela no Mercosul começaram bem antes do governo Chávez.

O Brasil já está sendo beneficiado pela aproximação à Venezuela.

Nos últimos quatro anos, as nossas exportações para aquele país foram multiplicadas por seis. No ano passado, tivemos superávit de US\$ 3 bilhões, obtido com exportações de manufaturados de tecnologia média e alta. Com a entrada da Venezuela no bloco, esses números poderão ser substancialmente ampliados.

Ademais, já há projetos bilaterais de investimentos de grande significado, como o da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

No que tange à suposta incompatibilidade entre o regime da Venezuela e o compromisso democrático do Mercosul, assinale-se que o Protocolo de Ushuaia prevê a retirada de um Estado Parte apenas no caso em que haja ruptura da ordem democrática. Ora, por mais que se questione o fechamento da RCTV e outros aspectos da política venezuelana, é preciso reconhecer que isso não ocorreu naquele país. Temos de ter a tolerância e a visão que nortearam a União Européia, a qual soube consolidar-se apesar das diferenças políticas conjunturais.

Digamos sim à grande nação da Venezuela.

Banco do Sul: Brasil limita Chávez – O Globo – Economia – 23/07/2007

Reportagem de jornal americano mostra divergências

CARACAS. Os esforços do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para diminuir a influência dos Estados Unidos sobre os países em desenvolvimento vão desde a criação de uma rede de TV de esquerda para a América Latina até a venda de petróleo mais barato para seus aliados, mas nenhum desses projetos começou com tanto entusiasmo quanto o Banco do Sul. Agora, porém, o fervor ao redor do organismo — um empreendimento anunciado na Venezuela como uma alternativa de financiamento regional às instituições com base em Washington, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — esfriou, à medida que o Brasil minimiza a influência do novo banco.

À espera de um encontro marcado para agosto no Rio de Janeiro, no qual a criação do banco deve ser formalmente anunciada, Venezuela e Brasil já divergiram no que diz respeito a bases de operação do banco, seu tamanho, capital inicial e missão, de acordo com pessoas próximas às negociações.

Atritos sobre concessão de TV e combustíveis

As visões divergentes dos pontos do projeto mostram o contraste entre o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, um socialista de longo tempo que abraçou políticas de mercado uma vez que assumiu o poder no maior país da América Latina, e Chávez, defensor de um papel mais decisivo do Estado venezuelano na política econômica nacional e em toda a região.

Alguns setores no Brasil vêm se irritando com as ambições de Chávez em liderar os esforços de integração. Ao mesmo tempo, a tensão vai além, por causa de um atrito entre Chávez e o Senado brasileiro sobre a decisão da Venezuela de não renovar a concessão de

um canal de TV do ar — medida que muitos em Brasília vêem como censura a dissidentes — e pelas recentes críticas do presidente venezuelano sobre o uso de alimentos na produção de combustíveis alternativos, considerada fundamental na economia brasileira.

— O Brasil demonstrou seu conservadorismo em relação ao pensamento da Venezuela — disse Vince McElhinny, especialista em América Latina do Bank Information Center, um grupo de Washington que acompanha bancos de desenvolvimento.

— Um projeto que começou com entusiasmo a respeito de princípios igualitários está lidando com o poder de decisão do Brasil na tentativa de limitar seu escopo.

Venezuela quer Nicarágua e Cuba como sócios

Representantes da Venezuela, que querem que o Banco do Sul fique em Caracas, estão tendo que lidar com propostas brasileiras para que funcione numa pequena capital sul-americana, como Montevideu ou Assunção. E ainda, as ambições da Venezuela de que o banco comece a operar com capital de US\$ 7 bilhões foram confrontadas com a sugestão mais modesta do Brasil, de US\$ 3 bilhões.

Discussões sobre o formato do banco também tiveram seu foco em quantos técnicos cada país poderá nomear, se os recursos devem vir das reservas internacionais de cada integrante e o quão transparente as políticas de empréstimo devem ser.

No mais, o Brasil prefere limitar os sócios aos países sulamericanos, enquanto a Venezuela quer incluir a América Central e o Caribe, o que permitiria que aliados fiéis de Chávez, como Nicarágua e Cuba, virassem acionistas.

Texto agrícola e Congresso dos EUA também tornam acordo mais difícil – Assis

Moreira – Valor Econômico – Especial - 23/07/2007

Os Estados Unidos mostram-se os mais hesitantes para fechar um acordo na Rodada Doha, constata importantes negociadores em meio a nova fase da negociação global. A avaliação é de que a administração Bush "vendeu" ao Congresso a possibilidade de um acordo com boa margem de subsídios agrícolas domésticos, mas constata que isso é cada vez menos possível.

O Brasil e outros exportadores, por mais que queiram a conclusão da rodada, não aceitarão "de jeito nenhum" que os subsídios americanos que mais distorcem o comércio sejam limitados a US\$ 16 bilhões, que é uma das opções propostas pelo mediador agrícola, Crawford Falconer.

Na verdade, quanto mais demora a negociação, mais a ambição por corte nos subsídios agrícolas aumenta. Só que o Congresso americano mostra pouca disposição de cortar subvenções antes da campanha eleitoral para presidente. A elaboração da nova "Farm Bill", a lei agrícola americana, pode mesmo é aumentar os subsídios a disposição dos agricultores, sobretudo para soja e algodão, que concorrem com a produção brasileira.

Na semana passada, o presidente do Comitê de Agricultura da Casa dos Representantes, apoiado pela líder democrata Nanci Pelosi, propôs aumentar para US\$ 1 milhão, o limite de subsídios por agricultor, ignorando proposta cinco vezes menor da administração Bush.

Em Bruxelas, o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, após ter se encontrado com o ministro Celso Amorim, disse ter visto sinais de que o Brasil "quer alcançar um acordo" mas que, com as eleições americanas se aproximando, o tempo da Rodada estava encurtando. Nesta terça, os países deverão reagir ao texto agrícola proposto, que tem sofrido menos críticas que o industrial. (AM)

UE vai explorar divisão entre emergentes na Rodada Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – 24/07/2007

Mandelson conta com falta de unidade para aprovar maior abertura industrial

Pressionado, o Brasil começa na Organização Mundial do Comércio (OMC) um esforço para tirar de seus ombros a cobrança de ter de abrir seu mercado para bens industriais nas negociações da Rodada Doha. A partir de hoje, os 150 membros da OMC vão se reunir para debater as propostas de abertura dos setores agrícola e industrial. A estratégia brasileira é de recolocar a agricultura no centro do debate, enquanto os europeus e americanos irão explorar a falta de união entre os países emergentes. Ontem, Uruguai, membro do Mercosul, e outros latino-americanos chegaram a participar de uma reunião com as economias ricas para apoiar cortes profundos nas tarifas industriais, algo que Brasil e Argentina rejeitam.

Na semana passada, a OMC apresentou o que acredita pode ser um acordo. De um lado, os emergentes cortariam suas tarifas no setor industrial em mais de 60%. Já os americanos estabeleceriam um teto para seus subsídios agrícolas em US\$ 16 bilhões, enquanto os europeus aceitariam um corte de suas tarifas sobre os bens agrícolas de 73%.

Tanto Washington como Bruxelas aproveitaram as propostas para indicar que agora cabe ao grupo composto por Brasil, Argentina, Índia, África do Sul, Venezuela e outros ceder no campo industrial. O bloco aceita corte de no máximo 50% em suas tarifas. Para esse grupo de países emergentes, porém, a proposta é inaceitável e desequilibrada, já que exige mais das economias em desenvolvimento que dos países ricos.

Não por acaso, o Brasil abrirá os debates hoje alertando para que a ordem de Doha não seja invertida e que a pobreza somente conseguirá ser combatida se as distorções no mercado agrícola forem solucionadas. 'A mensagem que daremos é que a agricultura é o centro das negociações, e não as concessões que faremos no setor industrial', afirmou o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Huguency.

Os europeus rejeitam essa avaliação. 'As dores causadas pelas propostas (nas economias) são partilhadas de forma igual', afirmou o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, aos ministros dos 27 países do bloco ontem. Ele ainda vai além e garante aos governos europeus que Bruxelas continuará a pressionar por cortes ainda maiores.

Mas um fator que Mandelson acredita pode pesar é a divisão existente entre os países emergentes, já que um outro grupo formado por México, Chile, Costa Rica, Peru, Equador e Cingapura apóia as propostas da OMC de abertura dos mercados de manufaturados. 'Precisamos continuar a pressionar no tema de tarifas industriais diante do surgimento de um grupo mais ambicioso entre os países em desenvolvimento', disse Mandelson.

As declarações do comissário apontam que os europeus de fato contam com a divisão entre os emergentes para pressionar Brasil e Índia por maiores concessões. Ontem, os europeus

promoveram em Genebra uma reunião que chegou a contar com o Uruguai para tentar fechar posições comuns para que os cortes propostos no setor industrial fosse aceitos. Não distante dali, Índia, Brasil, Argentina, Venezuela e outros emergentes tentavam fazer o mesmo na questão agrícola. Mas se todos esses governos concordam que o conteúdo da proposta é inaceitável, ainda há diferenças sobre qual deve ser o tom político do ataque.

A parceria com a União Européia – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 24/07/2007

Apercepção externa cada vez mais positiva sobre o Brasil, em larga medida, pode ser explicada pelo peso da nossa economia e pela crescente projeção do país no cenário internacional.

Essa projeção externa abre perspectivas de o Brasil poder se movimentar em novos cenários internacionais nos próximos anos. Refiro-me à futura participação nas discussões do G-8 em seu formato ampliado G-8+5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), à aproximação do status de investment grade, ao convite para entrar na OCDE, e à decisão da União Européia (UE) de, por iniciativa própria, escolher o Brasil como aliado estratégico na América do Sul.

Vou hoje me limitar a comentar a nova atitude da UE em relação ao Brasil.

Em 2006, a Comissão Européia, órgão diretor da UE, aprovou documento que contém a proposta de uma nova estratégia com a América Latina, colocando o Brasil em posição especial.

Essa decisão foi confirmada na Reunião de Cúpula UE-Brasil, realizada em Lisboa, no dia 4 de julho. Ao considerar o Brasil como aliado estratégico, a UE decidiu elevar de patamar o diálogo político, colocando-o no mesmo nível de EUA, Japão, Canadá, Rússia, Índia e China.

Visto de uma perspectiva mais ampla, quais as razões que teriam levado as autoridades de Bruxelas a diferenciar o Brasil no contexto sulamericano e do Mercosul? Em primeiro lugar, o interesse da UE em relançar as relações com a região, até agora relegada a uma posição de baixa prioridade. Talvez tenha também pesado na decisão a crescente complexidade do cenário político e econômico na América do Sul e no Mercosul e a percepção de que o Brasil pode atuar como um porta-voz e como um fator estabilizador e moderador na região.

Em segundo lugar, a UE parece estimular a liderança do Brasil, como motor da integração regional, para avançar propostas concretas nessa direção, no tocante ao combate à pobreza, desigualdade e exclusão social, marco regulatório, entre outras.

Em terceiro lugar, a UE estaria indicando seu interesse em ampliar o diálogo político e tornar mais efetiva a cooperação no cenário internacional em temas globais como segurança internacional, energia, transportes, ciência e tecnologia.

Do ponto de vista do Brasil, as conseqüências da condição de parceiro estratégico parecem claras.

Mesmo que uma situação vantajosa como essa não seja aproveitada, em decorrência do equívoco de atribuir, na política externa e comercial, alta prioridade às relações Sul-Sul e baixa relevância ao mundo desenvolvido, dentro de uma perspectiva de médio e longo prazos, estão lançadas as bases para um relacionamento mais estreito com um dos mais importantes parceiros políticos, econômicos e comerciais do Brasil.

Com esse salto qualitativo, as relações bilaterais tenderão a se estreitar, colocando o Brasil como o principal interlocutor da UE na América do Sul. Os vínculos empresariais tenderão a se ampliar, propiciando um maior contato entre empresas de ambos os lados.

Resta saber como reagirão nossos vizinhos e parceiros do Mercosul, sempre tão ciosos em aproveitar os espaços abertos pelo peso específico do Brasil, mas também sempre tão relutantes em reconhecer a importância do Brasil na região e em aceitar o aprofundamento do processo de integração regional.

As negociações comerciais estão excluídas desse diálogo, visto que o fórum onde elas ocorrem não é bilateral, mas sim regional no contexto do Mercosul. O novo formato do diálogo do Brasil com a EU deverá certamente facilitar o entendimento comercial com o Mercosul e tranquilizar nossos vizinhos, sobretudo a Argentina, que viram na decisão européia uma tentativa do Brasil de afastar o Mercosul das conversações com a UE para abrir negociações bilaterais.

Cabe ao Brasil assumir suas responsabilidades nessa nova fase que apenas se inicia e aprofundar o processo de diferenciação em relação a nossos vizinhos.

O importante é aproveitar essa oportunidade aberta pela UE para uma ainda maior projeção externa do país. Temos de passar a considerar mais seriamente nossos interesses, nem sempre adequadamente defendidos quando procuramos justificar atitudes injustificáveis contra interesses concretos ou se procura retoricamente fazer gestos generosos e solidários, nem sempre correspondidos pelos nossos vizinhos sul-americanos e parceiros de outras regiões.

RUBENS BARBOSA é consultor e presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

G20 vê "bom começo" em proposta para retomar Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2007

Grupo diz estar preparado para negociar em setembro

DA REUTERS

Negociadores de um acordo de livre comércio na OMC (Organização Mundial do Comércio) avaliaram que as propostas recém-anunciadas pelos mediadores das negociações são "um bom começo" para impulsionar as conversas em setembro, visando uma conclusão bem-sucedida da Rodada Doha.

O grupo de países em desenvolvimento reunido no G20, liderado por Brasil e Índia, anunciou que o texto divulgado na semana passada pelo embaixador da Nova Zelândia na OMC, Crawford Falconer -que preside as negociações agrícolas do órgão-, continha "muitas lacunas", porém poderia ser melhorado durante as conversas.

"Estamos preparados para negociar com todos os membros em setembro", informou o grupo em uma nota entregue durante reunião ontem, convocada para discutir a proposta de Falconer sobre os subsídios agrícolas e os cortes de tarifas.

Após o encontro, Falconer confirmou que "os países estão prontos a trabalhar com o texto".

Ele disse ainda que poderia revisar as suas propostas, que oferecem um intervalo de possíveis cortes no protecionismo agrícola. Falconer se negou a dizer o quanto os países poderiam ceder para um consenso.

Lançada em novembro de 2001 no Qatar, a Rodada Doha tem esbarrado em questões sensíveis como subsídios agrícolas e acesso a mercados.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tenta encerrar as negociações em 2007 para evitar que as eleições nos Estados Unidos e na Índia interfiram no progresso do acordo. Negociadores dos 150 países-membros da OMC devem interromper as atividades em agosto, retomando as conversas no mês seguinte.

Diplomatas disseram que as propostas de Falconer e de seu equivalente para as negociações sobre bens industriais, o canadense Don Stephenson, podem ser revisadas para que seja atingido um consenso.

Os EUA e a Europa sinalizaram anteriormente que aceitariam o texto como base para negociações posteriores sobre agricultura, um dos principais entraves para o acordo. Os negociadores devem voltar a se reunir amanhã para discutir as propostas para bens industriais do mediador Stephenson, que pede que os países em desenvolvimento façam mais concessões. Eles esperam obter um acordo até outubro.

Emergentes barram texto base para Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo –
Ecnomia e Negócios – 26/07/2007

Manobra impediu que corte de 60% nas tarifas industriais fosse aprovada

Brasil, Argentina e alguns países emergentes montaram uma operação diplomática de grande escala e evitaram que proposta de corte de tarifas de bens industriais fosse aprovada como base dos debates na Organização Mundial do Comércio (OMC). Para isso, chegaram a usar até mesmo países que não precisarão abrir seus mercados, mas que politicamente aceitaram condenar a proposta, como africanos e asiáticos. 'Funcionou. Não sobrou nada da proposta', comemorava o embaixador do Brasil, Clodoaldo Huguency, ao final do encontro. Em Genebra, todos concordam: ninguém mais sabe quando a Rodada Doha será concluída.

Ontem, o grupo formado ainda por Venezuela, África do Sul e outros atacou a proposta da OMC que sugere cortes de cerca de 60% nas barreiras dos países emergentes no setor industrial. Para o grupo, uma nova proposta deve ser desenhada em setembro. 'Representamos milhões de pessoas e não podemos nos dar ao luxo de permitir um resultado injusto que crie desemprego massivo e desindustrialização em nossos países', afirmou o bloco, que quer um corte de no máximo 50% e ganhos no setor agrícola.

No Itamaraty, a proposta da OMC estava sendo vista como uma tentativa de isolar o Brasil nas negociações. Para isso, concedia vantagens aos sul-africanos e apostava que países como Índia aceitariam os cortes propostos. Para completar, repetia todos os pontos das sugestões de um grupo de países latino-americanos liderados por Chile e México.

De fato, vários países latino-americanos demonstraram apoio à iniciativa da OMC. O Uruguai afirmou que a proposta era um 'bom começo'. Para a Costa Rica, o texto deveria ser 'base para um acordo' e, em uma crítica indireta ao Brasil, insinuou que a proposta 'abandona posições extremas. O México foi além e considerou que a proposta era 'magnífica'. Entre os países ricos, o governo americano disse que ainda não está satisfeito, mas afirmou que apoiaria a proposta como base.

Huguoney, porém, garante que a manobra não teve sucesso e que os ataques de ontem impediram que os cortes de 60% fossem considerados como uma base. Ele admitiu que, nos últimos dias, chegou a ficar 'preocupado'.

Por sua vez, na OMC, a atitude de pedir o apoio dos pobres foi vista como uma manobra, já que na realidade esses países não serão afetados pelos cortes de tarifas diante de seu baixo nível econômico. 'Eles estavam lá apenas como decoração. A real negociação envolve apenas 28 países em desenvolvimento que terão de fazer cortes. Entre esses, metade aceita a proposta e outra metade não', atacou uma experiente diplomata.

Os ataques mais contundentes contra a proposta vieram da Argentina. 'Não vamos aceitar esses números nem hoje, nem amanhã, nem em setembro e nem durante a vida da Rodada Doha', afirmou o embaixador de Buenos Aires na OMC, Alberto Dumont. Para ele, nada poderá ser oferecido no setor agrícola para os argentinos como forma de convencê-los a aceitar essa liberalização no setor industrial. Já a Índia pediu que uma nova proposta fosse apresentada em setembro, totalmente revista, enquanto a Bolívia disse que seria 'impensável' contar com o texto como a base de um acordo. O embaixador da Venezuela, Oscar Carvallo, exigiu que o mediador da proposta, o canadense Don Stephenson, deixasse claro que o texto não teria um valor jurídico. Após a reunião, porém, foi chamado para uma conversa com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. O venezuelano garantiu a Lamy que o que estava em jogo não era apenas um texto, mas a própria Rodada Doha.

EUA atacam atuação do País – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2007

Para Allgeier, indústria brasileira não será prejudicada - O governo americano criticou ontem a atuação do Brasil nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). O embaixador americano Peter Allgeier disse ser contra o argumento do Brasil e da Argentina de que terão suas indústrias afetadas como consequência da abertura proposta pela OMC.

A proposta que está sendo debatida na entidade prevê corte de cerca de 60% nas tarifas de importação, ante o máximo 50% defendido pelo Brasil. Segundo Allgeier, o País terá até

2016 ou 2017 para fazer o corte, que, na visão dele, é tempo suficiente para os ajustes necessários nas empresas.

'Tanto o Brasil como a Argentina terão espaço para designar setores sensíveis. Além disso, a implementação do corte de tarifas ocorrerá em um período de nove anos. Isso significa que o Brasil poderá esperar até 2017 para ter esses cortes e terá todo esse tempo para ajustar os setores mais sensíveis', afirmou.

Allgeier ainda comentou a divisão da América Latina nas negociações da Rodada Doha. De um lado, Brasil, Argentina e Venezuela defendem uma liberalização menor dos mercados industriais. De outro, México, Chile, Peru, Costa Rica e outros querem cortes mais profundos nas barreiras.

'Os países que adotam uma posição moderada têm, na maioria das vezes, acordos de livre comércio com outros países, muitos deles com os Estados Unidos e a Europa ou estão no processo fechá-los. Acho que isso é uma lição. Os países que já abriram seus mercados vis-à-vis os atores mais competitivos no mundo ainda acham que seria útil ir adiante com a liberalização', disse Allgeier.

Para o governo americano, a proposta que está sobre a mesa, ainda que atacada pelo Brasil, não é suficiente para romper as barreiras nos grandes mercados emergentes.

'A proposta não é suficientemente ambiciosa e não cria novos mercados', afirmou embaixador dos Estados Unidos na OMC, que defende que o texto continue sobre a mesa para que seja negociado a partir de setembro.

Brasil terá até 2017 para cortar tarifas, dizem EUA – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007

Os Estados Unidos criticaram ontem o Brasil e a Argentina pela resistência a fazer corte ambicioso de tarifas industriais, o que provoca forte polarização entre emergentes. Washington minimizou o argumento dos dois países de que isso provocaria perda maciça de empregos e desindustrialização e insistiu que quem já liberalizou está mais competitivo.

Peter Allgeier, o embaixador americano na (OMC), alegou que, primeiro, o Brasil e a Argentina terão flexibilidades para excluir completamente de cortes 5% das linhas tarifárias ou cortar menos em 10% delas. E segundo, o novo texto industrial sugere que os cortes ocorram em tamanhos iguais ao longo de oito anos, prazo que considera suficiente para os governos trabalharem "os ajustamentos" no setor industrial.

Allgeier destacou que, nesse cenário, somente em 2016 ou 2017 é que as alíquotas consolidadas (a taxa máxima que podem cobrar) dos dois países vão alcançar o nível das tarifas que são realmente aplicadas hoje.

Contra outras evidências matemáticas, ele calculou que o impacto do texto industrial que está agora em debate vai ser grande nos EUA, mas não tanto nos países emergentes. Alegou que hoje a tarifa americana mais elevada, de 58,2% (para importação de calçados), cairia para menos de 8%. Enquanto isso, acha que mesmo no cenário mais ambicioso a tarifa mais alta em países como o Brasil ficaria ainda em 19%.

Indagado sobre a divisão na América Latina a respeito dos rumos da negociação industrial, o embaixador considerou a situação "interessante" e apontou uma "lição" de países do grupo chamado "intermediário", que inclui Chile, México, Peru, Colômbia e Costa Rica, que fizeram ou negociam acordos de livre comércio tanto com os EUA como com a União Européia.

"Os países que já liberalizaram seus mercados em relação aos mais competitivos no mundo ainda consideram útil ir mais além na liberalização", afirmou.

Recentemente, o Itamaraty qualificou de "ilegítima" proposta de maior abertura feita por esses países na Rodada Doha, argumentando que provocaria desindustrialização. Curiosamente, foi a mesma proposta que o mediador da negociação industrial pegou para apresentar aos membros da OMC e que ontem sofreu fortes críticas.

Allgeier advertiu que os países não podem esperar cortar menos tarifas ou proteger setores e ao mesmo tempo achar que os EUA vão fazer corte pleno de tarifas para os mesmos produtos - ou seja, quem quer acesso ao mercado tem que pagar a contrapartida.

Os têxteis, um dos produtos de maior interesse das nações em desenvolvimento, que hoje sofrem tarifas elevadas para entrar no mercado norte-americano, mas que pelo texto em debate terão de ficar abaixo de 10%, foram dados como exemplo.

"Teremos definitivamente um problema se os principais exportadores de têxteis protegerem seus próprios setores têxteis e de confecções e esperar que cortemos totalmente os nossos produtos. Temos sido claros ao dizer que os países não podem esperar as duas coisas", afirmou em entrevista.

Além de cobrar corte tarifário bem superior ao proposto pelo mediador, que é entre 55% e 60%, Allgeier repetiu que Washington quer completar a liberalização com acordos setoriais para eliminação ou redução mais acelerada.

Em alguns setores, ele acha que dá para fazer acordo com 75% do comércio coberto, em outros vai insistir na participação de países que façam juntos 90% das exportações - ou seja, é acordo setorial bem menos "voluntário" do que se prevê. (AM)

OMC deve discutir nova proposta industrial a partir de setembro - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007

Uma nova proposta para reduzir tarifas industriais deverá surgir a partir de setembro na Rodada Doha, depois da polarização provocada pelo combalido texto do mediador Don Stephenson. A reação do grupo do Brasil, Argentina, Venezuela, Índia, África do Sul e outros seis emergentes, além de países do G-90, impede que o documento seja apresentado hoje como base para negociação, pelo que qualificam de desequilíbrio em relação ao texto agrícola.

Ao final de seis horas de manifestações de países, ontem, o embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, afirmou: "Não sobrou quase nada, vamos ter muitas correções e revisões." Logo depois, o embaixador da Venezuela, Oscar Carvalho, avisou ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, para ele ter cuidado com a linguagem que usará esta manhã na reunião com os 151 países membros, porque não é meramente um texto, mas a rodada que está em jogo.

Consciente do racha entre os países, Lamy deverá reduzir a dimensão do que agora chamará de "esboço" e que outros virão na medida em que as negociações ocorrerem. Para o Brasil, o texto não era aceitável porque dava uma reviravolta na lógica da negociação,

cobrando primeiro cortes industriais dos emergentes, de forma o que o preço aumentava, para depois obterem concessões na área agrícola. Além disso, o país considera que paga mais se as tarifas dos Estados Unidos e da União Européia caírem de 3,9% em média para menos de 3%, mas as suas teriam de diminuir de 30% para menos de 12%.

Perde e ganha	
Quem corta tarifas e quem é poupado na Rodada Doha	
Membros da OMC	Número de membros
■ Países desenvolvidos (devem cortar mais, mas suas alíquotas já são baixas)	9 (os 27 da UE contam como um)
■ Países em desenvolvimento	81
Vão cortar tarifas	31 (inclui China, membro recente, que terá prazo adicional de dois anos)
Isentos de cortes (membros recentes, economias pequenas e vulneráveis etc)	50
■ Países mais pobres (isentos)	32

O embaixador da Argentina, Alberto Dumont, enfatizou que os cortes propostos, entre 55% a 60%, são inaceitáveis - o que implicaria que outro texto deve ampliar a margem para as reduções serem negociadas. Em tom bem humorado, ele comentou que os EUA e a UE conseguem acabar com uma proposta em cinco minutos, mas que os emergentes precisam ativar sindicatos etc.

O que se viu ontem na OMC, primeiro, foram tentativas de acalmar os nervos para evitar o bloqueio da proposta e nova crise generalizada. A situação de desconforto pode ser resumida pela frase de um negociador brasileiro: "Não podemos aceitar, mas não podemos rejeitar."

Ao abrir o debate, o mediador Stephenson já deu a primeira recuada, insistindo que a proposta era dele, não era texto negociador e não tinha base jurídica - mais ou menos o que a Venezuela queria ouvir. Antecipando as críticas, ele avisou que tinha uma "ambulância" de sobreaviso esperando por ele. Ao final de seis horas, admitiu que seu texto tinha recebido o "sinal amarelo". Ao que o embaixador argentino Dumont retrucou: "Aconselho não atravessar a esquina."

A OMC se dividiu entre os que consideram o texto uma boa base para retomar as negociações e os que o consideram inaceitável. Mesmo entre os partidários da proposta, haviam críticas a determinados pontos. "Talvez haja mais apoio do que críticas, mas os defensivos articularam bem", resumiu um negociador.

Houve sobretudo novo confronto entre os emergentes que vão ter de cortar tarifas industriais pela Rodada Doha, se ela se concretizar. Dos 151 países, nove membros industrializados (os 27 países da UE contando como um) e 31 países em desenvolvimento sofrerão os cortes. O resto é "decorativo", na expressão de um negociador, com as exceções que estão previstas.

No grupo dos 31 em desenvolvimento, o racha cresce entre, de um lado países como Argentina, Brasil e África do Sul, que querem cortar pouco e, de outro o Chile, México, Costa Rica e Malásia, que querem mais abertura, na busca de maior expansão das exportações em todos os cantos.

O México considerou a proposta "um magnífico ponto de partida". A Costa Rica, pequeno país da América Central, foi ainda mais realista do que os dois elefantes do comércio global, os EUA e a UE. Os europeus fizeram reunião com alguns países e o relato

de um europeu fala de "atitude pouco construtiva" dos latino-americanos, com exceção da Costa Rica, que aceita cortes pelo coeficiente 18, que é ainda mais ambicioso do que propõe o mediador.

Malásia e Tailândia aceitam cortar pelo coeficiente 20, enquanto Suíça e Noruega, pelo lado dos ricos, recusam cortar abaixo do coeficiente 8 (quanto mais baixo o coeficiente, maior o corte tarifário). Para certos negociadores favoráveis a maior abertura, a Argentina e a África do Sul resistem por motivação ideológica. "Como se explica que a África do Sul tenha acordo comercial com a UE, com tarifa zero, e aqui faz essa resistência?", indagou um delegado.

Para outros negociadores, a articulação do Brasil com o G-90 (64 países da África, Caribe e Pacífico) para contestar o texto evitou que o país ficasse isolado. Alguns acreditam que o país era alvo de isolamento a partir do texto do mediador, que por sua vez acenava com mais flexibilidade para a África do Sul, enquanto a Índia pode cortar mais alíquotas. Entre os ricos, o Japão mostrou "compreensão" pela posição defensiva de países em desenvolvimento na área industrial. Mas também falou da necessidade de real acesso ao mercado.

O mediador Stephenson encerrou ontem a reunião dizendo que tinha se divertido nesse "glorioso dia" tanto quanto passando o dia inteiro no dentista.

De olho na questão agrícola, China dá apoio ao Brasil - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007

Grupo de emergentes impede que propostas da OMC para o setor industrial sirvam de base para negociações

A China dá sinais de que está disposta a fazer uma barganha estratégica com o Brasil: não pressionará por uma liberalização dos mercados para seus produtos industrializados e, em troca, espera não ser pressionada a abrir seu mercado para as exportações agrícolas.

Ontem, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pequim saiu do seu tradicional silêncio para apoiar as reivindicações dos países emergentes como Brasil, Argentina e África do Sul, que deixaram clara a não-aceitação de cortes de 60% nas tarifas de importação de bens industriais, como pede a OMC.

O diretor da OMC, Pascal Lamy, concluiu as reuniões com a promessa apenas de que o processo seria retomado em setembro, quando novas propostas de acordo devem ser apresentadas. A OMC não conseguiu aprovar as propostas apresentadas na semana passada como base das negociações, para frustração dos países ricos.

Na agricultura, a OMC sugeriu cortes de subsídios nos Estados Unidos e de tarifas de importação na Europa, pontos aceitos pelos emergentes. Mas no setor industrial a proposta rachou os países em desenvolvimento e provocou uma nuvem de incerteza sobre a capacidade da OMC de concluir a Rodada. México, Costa Rica, Chile e outras economias defenderam a adoção da proposta como base do debate. Mas Brasil, Argentina, Índia e

África do Sul costuraram uma aliança para impedir que isso ocorresse. Para esses países, o corte máximo aceito será de 50%.

Mas a grande surpresa veio da China, que saiu ontem em defesa da posição do Brasil. Muitos em Genebra acreditam que Pequim será a grande beneficiado com o acordo na OMC. O país já é o segundo maior exportador do mundo, superando os americanos, e está baseando suas vendas no setor industrial. Teoricamente, portanto, seriam os primeiros a defender uma liberalização do setor para ganhar novos acessos.

Pequim se limitou a pedir cortes mais profundos dos países ricos. Para negociadores, a posição da China de aceitar que países emergentes não abram seus mercados de forma tão drástica seria um sinal de que querem recompensas. Uma delas seria no setor agrícola.

Os chineses temem que uma abertura de seu mercado acabe afetando a produção no campo, onde vivem 900 milhões de pessoas. A preocupação é de que um eventual êxodo rural causado pela inabilidade de enfrentar a concorrência externa acabe desestabilizando politicamente a China.

A outra recompensa seria a autorização para que sejam isentos de uma nova abertura de seus mercados para bens industriais por mais dez anos. A OMC quer limitar esse prazo em dois anos. 'Brasil e China têm muito a cooperar', afirmou o embaixador da China na OMC, Sun Zhenyu.

Com apoio da China, o argumento do Brasil e de parte dos emergentes ganhou força contra a abertura de mercados para bens industriais. O Itamaraty insiste que a agricultura seja o centro das negociações e não os produtos industriais. Os países emergentes optaram por apoiar as propostas agrícolas, mas pedem revisão na oferta industrial, o que deve ocorrer até outubro.

A liberalização no setor industrial foi considerada tão negativa que, pela primeira vez, 88 países em desenvolvimento se uniram para atacar algo feito pela OMC. Coube ao Brasil falar em nome do grupo. Na prática, o País vetou a idéia de manter a proposta como base das negociações. Mas governos menos simpáticos ao Brasil não pouparam críticas ao País por ter orquestrado a operação. Isso porque Brasília usou o apoio de países que sequer serão obrigados a abrir seus mercados como resultado da Rodada Doha. Diante da pressão, Lamy minimizou a importância das ofertas e alertou que eram apenas um 'passo' nas negociações.

Disputa interna no Mercosul – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007

Paraguai e Uruguai não querem ficar 'nas mãos' da Argentina e Brasil e vão pressionar por condições mais favoráveis para poder importar de parceiros comerciais fora do Mercosul.

Nas próximas semanas, os países do bloco vão aproveitar a pausa de um mês nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) em busca de um consenso para abrir o mercado do bloco de forma coordenada.

A OMC tenta encontrar um consenso entre os países para uma abertura dos mercados no setor de bens industrializados. Mas, pelas regras da entidade, os países poderão designar áreas que terão tratamento especial e não precisarão passar pelos mesmos choques liberalizantes que outros.

Por ser uma união aduaneira, o Mercosul tem uma tarifa externa comum válida para os quatro países e, portanto, os setores tidos como 'sensíveis' terão de ser harmonizados.

País fala pelo G-110 em favor da agricultura – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/07/2007

O Brasil reativou a maior aliança de países em desenvolvimento, o chamado G-110, para reiterar ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) que a agricultura continua a ser o motor da Rodada Doha e não a área industrial. O embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, leu três discursos, martelando que esses países não aceitam que a lógica da negociação seja alterada, alvejando o mediador da negociação industrial.

A primeira manifestação foi em nome do G-110, que na verdade tem 88 países, porque alguns participam de vários grupos ao mesmo tempo. A segunda pelo G-20 e a terceira pelo Brasil, ilustrando a participação do país na negociação. Por sua vez, a Argentina endureceu sua posição na negociação industrial, após novas instruções de Buenos Aires, onde o clima é de campanha para a eleição presidencial de 28 de outubro.

O país agora anunciou claramente que "não aceita o documento (do mediador industrial) como base para continuar as negociações". Argumentou que a aplicação dos cortes e flexibilidades propostos afetariam o crescimento industrial e "debilitariam" uniões aduaneiras entre países em desenvolvimento, como os do Mercosul e do Sacu (países africanos).

Para o embaixador argentino, Alberto Dumont, a questão em setembro será como e quem vai elaborar a nova proposta industrial. "Estará ele (o atual mediador) em condições para adequar o texto à realidade da negociação?", questionou, em pergunta que traz implícita a resposta: "Não".

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tratou de contornar a situação evitando falar em texto de compromisso. "A questão é simples: ou continuamos empurrando com esse texto, ou a rodada vai para o espaço", disse um negociador favorável ao documento. O porta-voz da OMC, Keith Rockwell, fez um balanço entusiasmado do Comitê de Negociações Comerciais (TNC, em inglês), que conduz a Rodada Doha. "Os 151 países estão plenamente engajados no processo multilateral." (AM)

China está disposta a barganhar com emergentes na OMC – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/07/2007

A China pavimenta o terreno para barganhas com o Brasil e outros países emergentes na próxima fase das negociações agrícola e industrial, na Organização Mundial do Comércio (OMC), em setembro. Reconhecido como principal ganhador se as tarifas industriais caírem globalmente, a China apoiou ontem explicitamente o Brasil contra a proposta de altos cortes de alíquotas nos países em desenvolvimento.

Ao apoiar os protecionistas na área industrial, os chineses esperam que o Brasil ajude a acomodar suas posições mais defensivas na negociação agrícola, que inclui mecanismo para facilitar frear súbito aumento de importações.

A proposta moribunda do mediador industrial na OMC é para os 31 países em desenvolvimento que serão afetados cortarem tarifas industriais entre 55% e 62%. A China acha que os emergentes precisam ter mais espaço para acomodar seus objetivos de desenvolvimento e os países ricos devem cortar mais do que o mediador sugeriu.

Os Estados Unidos ontem mesmo avisaram que as demandas não são realistas, visto que economias em rápida expansão econômica estão oferecendo pouco corte nas tarifas aplicadas.

Na quarta-feira, em reunião com a União Européia (UE), os chineses deram a impressão aos europeus de que estavam absolutamente satisfeitos com o texto industrial. A única decepção para os europeus foi que a China dá menos importância a acordos setoriais e nem quer falar em acordo envolvendo o setor químico.

Em todo caso, o apoio público chinês ao Brasil, ontem, ocorre num cenário que, para certos negociadores, repete Cancún e Potsdam, com acordo entre americanos e europeus e tentativa de dividir os emergentes. Em Cancún, em 2004, isso resultou na criação do G-20, que alterou a relação de forças na negociação agrícola. Depois de Potsdam, o Brasil conseguiu ontem ativar o G-110 (na verdade 88 países em desenvolvimento).

Desta vez, porém, a divisão entre os emergentes está escancarada também na área industrial, com um grupo chamado de "intermediário", com membros que não hesitam em alvejar o Brasil.

Foi o que fez a Costa Rica, pequeno país da América Central. Indagou como um país que participou durante meses de negociações a portas fechadas, referindo-se ao G-4, e que terminaram em fiasco, agora se permitia criticar os países que têm posição intermediária. Já o Chile, que a princípio coordenou esse grupo, abrandou sua posição e ontem sequer mencionou negociação industrial.

Indagado se o México não temia a China ao defender altos cortes tarifários, o embaixador Fernando de Mateo reconheceu preocupação com a competitividade chinesa, mas ressaltou que seu país aciona a OMC em caso de conflitos, como agora, no qual questiona subvenções dadas por Pequim.

Enquanto o confronto prosseguia, certos delegados se inteiravam do mundo real, que quer dizer sobretudo o perigo chinês. Por exemplo, Pequim vai reduzir suas exportações de manufaturados baratos para se concentrar mais em produtos de melhor qualidade. Também chamou a atenção um novo livro, do australiano Kevin Baker, prevendo que a partir de 2010 a China vai produzir 12 milhões de carros, mais que a indústria automotiva dos EUA. (AM)

China: uma mão amiga para América Latina? - Javier Santiso – Valor Econômico –
Opinião - 27/07/2007

Um novo tipo de namoro transpacífico está florescendo. Se terminará em sociedade ou em lágrimas dependerá da reação da América Latina ao "anjo" chinês.

O robusto crescimento chinês representa uma mudança tectônica que também chegou à América Latina. A China está na boca de todos. Três eventos importantes ultimamente (o Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina, o Coface, Conferência Anual sobre Risco-País e um seminário de grande visibilidade realizado no Banco Central do Chile) aconteceram na América Latina, tendo como eixo o relacionamento entre a China e a região.

Esses eventos são sintomáticos do movimento da América Latina na direção da Ásia e não é nenhum acidente que estejam sendo realizados no Chile. Em 2006, mais de 36% do total de exportações do país foram direcionadas à Ásia, com a China assumindo a marca recorde de 12% do total. Recentemente, em 2006, o Chile concluiu o primeiro acordo comercial entre um país latino-americano e a China e deu início a negociações em torno de outro com a Índia.

O Chile não está só nessa corrida rumo ao Leste. Em 2006, empresas brasileiras como a produtora de minério de ferro Vale do Rio Doce, ou a fabricante de jatos Embraer, fecharam enormes contratos na China. No começo de 2007, a Venezuela acertou a criação de um fundo de investimento conjunto de US\$ 6 bilhões para projetos de infra-estrutura na Venezuela e refinarias de petróleo na China capazes de processar os recursos de petróleo cru vindos da Faixa do Orinoco. Em março de 2007, Pequim lançou a candidatura oficial da China ao conselho do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na esteira do Japão e da Coreia do Sul, a China, portanto, deverá se tornar o terceiro membro asiático do banco.

Esses vínculos com a China permitem à maior parte dos países da América Latina diversificar gradativamente as destinações das suas exportações. O fato representa uma boa notícia, pois a Ásia é também a mais vibrante força motriz do crescimento mundial com a China, em particular, se expandindo aos trancos e barrancos desde o começo do século.

À exceção do México e América Central, a China geralmente representa um "anjo do comércio" e uma "mão amiga" para as economias da América Latina. O Império do Meio é um escoadouro para enormes volumes de commodities da região, porém oferece pouca concorrência aos produtos latino-americanos nos EUA e na Europa, conforme detalhado num recente estudo do Centro de Desenvolvimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) [Javier Santiso, "The Visible Hand of China in Latin America {A mão visível da China na América Latina}", Paris, OCDE, 2007].

Pela primeira vez na sua história, a América Latina pode se beneficiar de três importantes propulsoras do crescimento mundial

Para a região como um todo e, especialmente para os possíveis perdedores, o surgimento do pretendente chinês representa acima de tudo um toque de despertar para mais reformas, particularmente na área de infra-estrutura. O México, em especial, precisará fazer reformas para permanecer competitivo; seus baixos custos de mão-de-obra já não representam uma vantagem competitiva em relação à China. A proximidade do México com os EUA continua sendo um importante ativo estratégico sobre o qual o país pode se capitalizar, mas só se melhorar a eficiência das rodovias, portos, ferrovias e aeroportos.

Para os demais países que deverão continuar a se beneficiar da ascensão da China e da Índia, as propulsoras asiáticas da economia mundial, o principal tema político será capitalizar-se nos bônus, ao mesmo tempo evitando os perigos latentes da dependência sobre as commodities. A China se tornou o segundo mercado de exportação do Brasil e o que apresenta o crescimento mais acelerado, mas 75% dessas exportações estão concentradas em apenas cinco commodities. O Brasil não está só nessa situação. A Argentina manda soja para a China como seu principal produto de exportação para aquele país, ao passo que Chile e Peru dependem do cobre para a vasta maioria das suas exportações para a China.

Além das políticas comerciais e da necessidade de diversificação de produtos, a benção da China a países ricos em recursos naturais também representa desafios fiscais. É o caso do Chile, maior produtor e exportador de cobre no mundo. Sua gestão dos lucros inesperados com o cobre tem sido sensata até agora. A maioria dos recursos "inesperados" está sendo mantida num paraíso fiscal em moeda estrangeira, com o propósito de aliviar a pressão de valorização do peso chileno. Todos os superávits acima de 1% do PIB continuarão sendo canalizados para um novo "fundo de estabilização social e econômico", que também será mantido no exterior e usado no futuro para educação, treinamento e inovação industrial.

A América Latina e a Ásia estão trocando olhares lascivos e cheios de admiração. Não se trata de um 'flerte' sem conseqüências e sim, de uma mudança de grande significado: pela primeira vez na sua história, a América Latina pode se beneficiar não só de um, mas de três importantes propulsoras de crescimento mundial. Até a década de 1980, os EUA foram o maior parceiro comercial da região. Depois, sobreveio a vigorosa expansão do investimento europeu na América Latina, durante os anos 90. Agora, com essa nova década e século, a China está se tornando o terceiro pretendente à mão da economia da América Latina, sendo que Índia e demais países asiáticos não estão muito atrás.

O perigo para a América Latina é a complacência. Se os produtores de bens primários do país continuarem se contentando em se aquecer ao calor dos lucros inesperados, enquanto os fabricantes tradicionais continuam se apoiando no mercado dos EUA como um dado, o namoro atual poderá levar a uma oportunidade perdida. A região terá de abraçar as reformas, tão vigorosamente como aparenta estar pronto a abraçar a China.

Javier Santiso é economista-chefe e vice-diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE. É autor de "Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketeers" (A economia política do possível da América Latina: para além de bons revolucionários e defensores do livre mercado), Cambridge, MIT Press, 2006.

'É uma pá de cal nas negociações de Doha', diz CNA - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2007

Se a nova lei agrícola dos Estados Unidos (Farm Bill) for sancionada no formato que foi aprovado ontem pela Câmara dos Representantes, será “uma pá de cal nas negociações da Rodada de Doha”, a mais abrangente tentativa de liberalização do comércio mundial. A avaliação é de Antônio Donizeti Beraldo, coordenador da área de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Para ele, o texto aprovado ontem praticamente não muda nada em relação à política atual de subsídios agrícolas nos EUA.

“ Isso é uma punhalada nas costas dos representantes dos Estados Unidos que estão negociando na OMC (Organização Mundial do Comércio)”, diz Beraldo. Ele explica que o texto vai na contra-mão do que vem sendo discutido em Genebra. “Se virar lei, inviabiliza o nível de acordo que está sendo negociado hoje”.

As negociações envolvem a derrubada do teto atual dos subsídios, de US\$ 48,2 bilhões anuais, para uma cifra entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões.

Câmara dos EUA aprova lei de subsídio agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2007

Apesar de pressão do governo Bush, medida não corta ajuda para produtores

Proposta ainda precisa ser votada pelo Senado e, caso não ocorram alterações, é provável que ela seja vetada pelo presidente americano

DA REDAÇÃO - Apesar das promessas da Casa Branca de vetar o projeto, a Câmara dos Representantes dos EUA, controlada pela oposição democrata, aprovou a lei agrícola do país ("farm bill"). E, mesmo com as críticas do governo de George W. Bush, a proposta manteve -e em alguns casos elevou- os subsídios para os produtores. Os subsídios agrícolas são um ponto de conflito nas negociações da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial.

A medida combina aumento de verba para programas de energia renovável, conservação do ambiente e nutrição com subsídios para produtores de soja e milho, entre outros, em um momento em que as cotações de várias culturas estão próximas de seus recordes históricos. Ela promete US\$ 42 bilhões em assistência para os fazendeiros americanos.

Para a presidente da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, o projeto "sinaliza mudanças e mostra a nova direção da nossa política agrícola", mas ainda está distante das mudanças desejadas por vários membros do seu partido. "Ainda é preciso fazer muito mais, mas estamos no caminho certo para a mudança e para a reforma."

Já os republicanos, partido do presidente Bush, afirmam que o projeto é muito caro e que haverá aumento de impostos para custeá-lo. "Essa é uma medida sem precedentes: usar o "farm bill" como veículo para aumentar impostos", afirmou o deputado Adam Putnam. "Nós poderíamos ter deixado a marca da Câmara, mas agora ele é alvo de veto [presidencial], o que é uma tragédia."

O projeto ainda será votado pelo Senado e, caso seja vetado pelo presidente George W. Bush, será difícil para a Câmara dos Representantes alterar a decisão. Para reverter o veto, os parlamentares precisam de dois terços dos votos favoráveis e o placar da decisão de ontem foi apertado: 231 votos a favor e 191 contra.

Antes de saber o resultado, o secretário da Agricultura, Mike Johanns, afirmava contar com o Senado para alterar a lei. Segundo ele, o projeto de lei que a Câmara estava em vias de aprovar punha em xeque US\$ 78 bilhões em exportações americanas de produtos agrícolas.

O projeto de lei da Câmara, que referenda todos os programas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, gasta cerca de dois terços de seu dinheiro em programas de assistência nutricional como os vales para a compra de alimentos distribuídos à população de baixa renda. Aproximadamente 12% do montante será destinado a subsídios agrícolas, a parte mais polêmica do projeto de lei devido ao seu custo e a seu impacto sobre as negociações comerciais mundiais. *Com agências internacionais*

Liderança do Brasil na OMC ganha admiradores e críticos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007

Atuação da diplomacia brasileira nas negociações ganhou força com a criação do G-20

O Brasil passou a fazer parte do grupo de países com poder de influenciar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas a nova realidade da diplomacia brasileira também modificou a forma como o governo atua nos bastidores das reuniões em Genebra e como é visto pelos demais países e até pela imprensa estrangeira. Se a diplomacia brasileira ganhou admiradores por ser ativa, também provocou um sentimento de suspeita, desconfiança, irritação e até temor entre vários governos, alguns até da América do Sul.

Durante décadas, as regras do comércio internacional eram praticamente decididas por americanos e europeus. O restante da comunidade internacional pouco conseguia influenciar, o que explica o "apartheid" em que foi mantida a agricultura por décadas. Mais recentemente, porém, os países emergentes conseguiram redesenhar a geometria das negociações. Os primeiros passos foram dados pelo Brasil no lançamento da Rodada Doha, em 2001, e com a decisão de lançar disputas contra os subsídios americanos e europeus, em 2002. Mas ganhou força com a criação do G-20 (grupo de países emergentes), em 2003. Desde então, o País é um ator constante nas negociações.

“O Brasil se tornou um dos líderes das negociações e atua de forma incisiva. De fato, sua liderança é vista por alguns até mesmo como sendo desproporcional à sua participação no comércio internacional”, afirma o jornalista americano Daniel Pruzin, que há nove anos cobre a OMC e é presidente da Associação de Jornalistas Credenciados na ONU em Genebra. Hoje o Brasil não está nem entre os 20 maiores exportadores e representa apenas 1% do comércio internacional.

Parte da posição de destaque vem do conhecimento dos diplomatas sobre comércio. Claudia Uribe, embaixadora da Colômbia na OMC, lembra que, quando era vice-chanceler, recomendou a seu governo que enviasse os diplomatas colombianos para estudar no Brasil. Outra explicação seria o espaço ainda não preenchido pela China, segunda maior exportadora do mundo, que ainda adota uma postura tímida na OMC.

O resultado é que, na OMC, dificilmente o Brasil fica de fora de uma iniciativa, ainda que seja como vítima. Na última semana, por exemplo, o governo temeu ficar isolado e mobilizou os países emergentes mais protecionistas e outras 70 economias mais pobres. O objetivo era bloquear uma proposta de corte de tarifas de bens industriais. Esses governos não terão de abrir seus mercados e, teoricamente, não teriam por que condenar a proposta. Mas optaram por defender a posição do País.

Se politicamente a operação funcionou, a atitude provocou críticas. Negociadores alegam que a insistência do Itamaraty de se colocar como porta-voz dos países em desenvolvimento nem sempre tem respaldo dos demais governos. “A liderança brasileira na OMC é uma posição autodeclarada”, ataca o uruguaio Carlos Perez de Castillo. Ex-presidente do Conselho Geral, Del Castillo não teve o apoio do Brasil e foi derrotado nas eleições para dirigir a OMC.

DESGASTES - Mas a atuação do Brasil nas negociações também enfrenta desgastes. Durante os últimos seis meses, parte do processo foi mantido em sigilo nas reuniões entre Brasil, EUA, Europa e Índia. Mas, representando os países emergentes, o Itamaraty foi pressionado a dizer o que estava fazendo e revelar se não estava fazendo concessões.

Para diplomatas experientes no Itamaraty, a desconfiança é normal e, para evitar animosidades, reuniões regulares eram organizadas entre o Brasil e os demais emergentes. Mas a desconfiança era tanta que, durante a conferência dos quatro países em Potsdam, há um mês, vários jornalistas recebiam ligações de embaixadores do G-20 para saber o que estava ocorrendo. “Ficamos sem contato com os países que diziam que nos representavam”, disse um negociador, em referência à Índia e ao Brasil.

Dias depois, um grupo de países saiu de uma reunião do G-20 em Genebra criticando a falta de transparência do Brasil. Ao ser publicada a informação no Estado, diplomatas brasileiros ligaram para cada um dos países que haviam se queixado mostrando desagrado com a atitude.

DIVISÃO - Apesar da pressão do Brasil para derrotar a proposta de cortes de tarifas de bens industriais, americanos e europeus acreditam que há uma divisão dos países

emergentes. O embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Allgeier, publicou um artigo na semana passada no *The Wall Street Journal*, no qual questiona até que ponto o Brasil representa os emergentes. Já o ministro das Relações Exteriores da França, Bernard Kouchner, alerta que os países em desenvolvimento não podem ser tratados como um só grupo.

Entre os embaixadores estrangeiros procurados para comentar a situação do Brasil, ninguém quis falar abertamente. “Isso não seria bom para as relações entre os nossos países”, justificou um. “Se eu falar o que penso, amanhã sou enviado de volta a meu país”, disse outro.

Lamy pressiona governo sobre as negociações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, manda um recado ao governo brasileiro: o País quer ou não negociar a Rodada Doha com o objetivo de chegar a uma conclusão? Segundo informou a diplomacia brasileira em Genebra, Lamy mandou seu recado por diferentes emissários. O governo garante que quer negociar, mas em bases diferentes.

A cobrança do francês ocorre depois que o País montou uma operação diplomática e impediu que a proposta da OMC fosse aprovada como base de um acordo. Na semana passada, o Itamaraty neutralizou a proposta de corte de cerca de 60% de suas tarifas de importação de bens industrializados. A proposta foi feita pelo mediador das negociações, Don Stephenson, e apoiada nos bastidores pela OMC.

Diante do bloqueio, Lamy se recusou até mesmo a falar com a imprensa na sexta-feira. O francês alertava há meses de que os últimos dias de julho seriam fundamentais para o processo. Mas o mês será concluído sem que Lamy sequer explique o que teria ocorrido. Não por acaso, sua decisão de cancelar sua conferência de imprensa antes de sair de férias foi tida como um sinal negativo por negociadores.

Para os assessores de imprensa da OMC, o motivo do cancelamento era simples: Lamy não tinha o que dizer mais, já que seu porta-voz já havia dado uma conferência um dia antes.

Na avaliação do Itamaraty, a proposta de corte de 60% foi mais uma tentativa de a OMC tentar impor um acordo. A primeira delas, na avaliação dos brasileiros, ocorreu na conferência de Cancún, em 2003.

Desde então, o padrão se repetiu em várias ocasiões. “Queremos negociar. Mas não nas bases que estão sendo oferecidas”, afirmou um experiente negociador brasileiro.

País se tornou peça-chave na Rodada Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007

Para Itamaraty, ser uma potência agrícola e ter diplomacia multilateral contaram pontos

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) trouxe ao centro da cena um curioso protagonista, o Brasil. Antes titular de papéis secundários, a delegação brasileira foi alçada a círculos mais restritos aos pesos pesados de Genebra ao longo do atual processo de negociação.

O Brasil tornou-se uma das peças-chave da Rodada, ao lado dos Estados Unidos, da União Européia e mesmo da Índia, graças ao investimento do Itamaraty na diplomacia multilateral, ao seu mercado ainda cercado de protecionismo e a sua condição de potência agrícola.

Em todas as oito rodadas anteriores de comércio, o Brasil notabilizou-se como um parceiro a ser consultado. Foi convidado para as reuniões decisivas de um pequeno grupo de países que, no final das contas, respaldavam os acordos entre Bruxelas e Washington. Em nenhuma ocasião, a delegação brasileira contou com força suficiente para se contrapor a essas articulações dos dois pesos pesados.

O Itamaraty, entretanto, não atribui a mudança nesse perfil exclusivamente à gula estrangeira em relação ao Brasil.

Prefere atribuir esse novo perfil à formação de uma frente de economias em desenvolvimento para a negociação, conjunta, do capítulo agrícola da Rodada Doha. A discussão direta entre Brasil, Índia, EUA e União Européia - o chamado G-4 - deve-se à estruturação do G-20, de acordo com essa versão. O País atuou, portanto, como defensor de uma proposta comum de 22 economias, entre importadoras líquidas de produtos agrícolas e dinâmicos exportadores do setor.

O professor Marcelo de Paiva Abreu, da PUC do Rio de Janeiro, discorda dessa avaliação oficial. Para ele, o Brasil participou das articulações mais finas da Rodada Doha porque tem um mercado de 180 milhões de potenciais consumidores e diplomatas hábeis.

“O Brasil foi às reuniões do G-4 e levou pedradas de todos os lados. Não representava o G-20, que está infiltrado por países em desenvolvimento protecionistas na agricultura”, diz. “Foi um erro. O Brasil apostou demais no G-20.”

Para o professor, a única função louvável do G-20 foi impedir que os EUA e a União Européia se componham na área agrícola e empurrem um acordo goela abaixo dos outros 148 membros da OMC.

Sem integração, continente vive crise de energia - Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 30/07/2007

Problemas de Argentina e Chile mostram que América do Sul não consegue superar entraves políticos para explorar energia abundante. Ineficiência custa mais de US\$ 4 bi anuais

BRASÍLIA. O apagão energético na Argentina e o risco iminente de desabastecimento no Chile comprovam que a proposta de integração energética na América do Sul, defendida com unhas e dentes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não passa de retórica. Segundo o especialista Ricardo Sennes, da Prospectiva Consultoria e professor da PUC-SP, estudos internacionais estimam que a América Latina tem um prejuízo anual de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões por causa da ineficiência energética provocada pela falta de integração regional.

Os países sul-americanos costumam destacar as grandes reservas de gás, petróleo em abundância e recursos hídricos como os pontos fortes da região mas, na prática, o cenário é outro e os interesses políticos se sobrepõem às boas intenções.

O assunto fica ainda mais grave quando se verificam os altos consumos de energia nos últimos meses. Só no Brasil, por exemplo, o volume consumido cresceu 8,2% em maio, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), acumulando no ano expansão de 5,2%. O fortalecimento das economias regionais, alegam os especialistas, só torna mais turvo o cenário já perigoso de abastecimento de energia.

Cada um dos países, em geral, tem importantes características que, teoricamente, deveriam complementar as necessidades uns dos outros. A Argentina produz petróleo e gás natural, enquanto o Chile e o Uruguai são totalmente dependentes da energia de seus vizinhos. Já Bolívia e Venezuela, detentores de grandes reservas de gás, não são considerados confiáveis, devido ao gênio intempestivo de seus presidentes.

Integração é consenso, mas difícil na prática. Fontes do governo afirmam ser consenso o conceito de que a integração energética deve ser utilizada como ferramenta para promover o desenvolvimento social e econômico e a erradicação da pobreza. O primeiro passo seria promover investimentos conjuntos em infraestrutura e impulsionar a produção de combustíveis renováveis, mas há também idéias de se aproveitar melhor a estrutura já existente.

— O problema é a falta de investimentos e de entendimento.

Às vezes, esbarramos na falta de visão cooperativa — afirmou ao GLOBO o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim.

No início dos anos 2000 as nações sul-americanas sentaram para conversar sobre a integração e, na época, calculouse potencial de investimentos de US\$ 10 bilhões. O assunto, no entanto, patina e na avaliação de integrantes do governo brasileiro, isso ocorre porque ainda não há disposição para "dividir os ganhos", ou seja, permitir que todos os parceiros se beneficiem, e não olhem apenas para o próprio umbigo.

— Não existe a visão do ganhaganha. Se deixassem apenas os técnicos trabalharem, a solução sairia rápido

— afirmou uma fonte do governo .

Segundo especialistas, o potencial que já existe para integração energética entre os países sul-americanos é da ordem de 3.520 Megawatts (MW), igual à potência de cada uma das duas usinas do complexo do Rio Madeira, que irão à leilão nos próximos meses. Só entre a Argentina e o Brasil, já existe uma linha de transmissão que pode transportar até 2,2 mil MW e, de quebra, chegar ao Chile.

A postura dos presidentes Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela) também é apontada como obstáculo, devido às visões nacionalistas e estatizantes.

Existe a insegurança dos investidores internacionais, devido aos arroubos do presidente venezuelano.

Diante disso, o Brasil decidiu continuar tocando seus projetos de geração de energia, como a construção de Angra 3 e das usinas do Rio Madeira. Somente as hidrelétricas demandam recursos da ordem de R\$ 20 bilhões.

Setor privado cobra política externa ativa - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil-30/07/2007

Diante das incertezas crescentes na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil terá de calibrar logo as prioridades de sua agenda de negociações comerciais. Esse exercício deverá ocorrer em meio a críticas de parte do setor privado sobre o "condicionamento da política comercial aos objetivos de maior protagonismo da política externa brasileira".

No próximo dia 9, o governo reunirá o setor privado para discutir a negociação global e o futuro. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já avisou que espera que o país adote uma agenda comercial "pragmática" para abrir mercados "relevantes" às exportações brasileiras.

O país colocou suas fichas na Rodada Doha, e tem apoio para isso. Mas o calendário político dificulta concessões por parte de países importantes no curto prazo.

Enquanto os Estados Unidos são cobrados a limitar seus subsídios agrícolas domésticos para algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões, a Casa dos Representantes passou uma nova lei agrícola que garante subsídios de US\$ 22 bilhões por ano. O presidente George W. Bush promete vetar o que foi aprovado pela maioria democrata.

A Argentina, com eleição marcada para 28 de outubro, não quer nem ouvir falar em cortar tarifa industrial acima de 50% e recusa a nova proposta do mediador industrial na OMC como base para negociar.

É nesse cenário que os países voltarão a negociar em setembro. Na área industrial, o mediador Don Stephenson, depois da saraivada de críticas que recebeu, disse ao Valor que só fará novo texto com "o que sair das negociações entre os países". Não quer mais correr o risco de propor outros tamanhos de cortes nas tarifas industriais ou novas flexibilidades para setores sensíveis.

A conclusão é clara, para mais e mais analistas. "A Rodada Doha vai entrar num longo período de hibernação", avalia Carlos Perez de Castillo, representante uruguaio que teve sua candidatura a diretor-geral da OMC torpedeada pelo Brasil. "Uma rodada não morre, mas Doha não avançará tão cedo nesse cenário".

Após o fiasco de Potsdam entre o G-4 - grupo formado por Brasil, EUA, União Européia e Índia -, Brasília anunciou que aceleraria outras iniciativas comerciais, em paralelo aos esforços para salvar Doha.

Só que está cada vez mais difícil concretizar uma das opções, que é a negociação Sul-Sul para a troca de reduções tarifárias entre países em desenvolvimento. A China não participa da negociação, para alívio de boa parte dos países. Em contrapartida, o Brasil é temido pela sua competitividade agrícola. E as divergências aumentaram recentemente, ao invés de levar a compromissos para um acordo.

Está nos planos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tentar aproximações com a Ásia a partir da reunião ministerial América Latina-Ásia do Leste, no Brasil, nos dias 22 e 23 de agosto. Também acha que o país precisa ser mais ativo comercialmente na América Central e no Caribe.

Já a CNI, em recente documento, chama a atenção para dois fatores que considera terem contribuído para os "fracos resultados" do país em negociações regionais até agora.

Primeiro, o "condicionamento da política comercial aos objetivos de maior protagonismo da política externa brasileira, que tem levado o país a abrir mão de suas demandas nas negociações com países em desenvolvimento".

E segundo, a "falta de foco na agenda de negociações comerciais, marcada pela multiplicidade de iniciativas. Novas frentes são incorporadas à agenda, sem que estejam definidos com clareza seus objetivos e sem que iniciativas já em curso apresentem progresso".

A entidade sugere esforços principalmente para abrir mercados dos Estados Unidos, União Européia, México, Índia e África, e fechar acordo com países do Conselho de Cooperação do Golfo.

Na verdade, a negociação UE-Mercosul, iniciada há oito anos, não avança porque a competitividade agrícola brasileira causa calafrios aos produtores europeus - e isso causará problemas em outras negociações importantes. Se houver acordo, será o primeiro no qual a UE aceitará abrir seu mercado agrícola.

Quanto ao "protagonismo" brasileiro, causa visíveis ressentimentos entre alguns membros da OMC. E não é só a Costa Rica, pequeno país da América Central, que dispara contra o país. "O Brasil é que se autodenominou líder dos países em desenvolvimento", alfineta Perez del Castillo. Após o fiasco de Potsdam, negociadores brasileiros começaram a fazer nuances. Dizem agora que o país "não representa, mas procura refletir" a posição dos países em desenvolvimento na Rodada Doha.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

